

A hibridez como estratégia

metodologias
(re)desenhadas
para dissertações
em comunicação

Luana Viana
Marcelo Sena
(Organizadores)

A HIBRIDEZ COMO ESTRATÉGIA

Metodologias (re)desenhadas
para dissertações em Comunicação



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora **UFOP**

Diretor Executivo

José Rubens Lima Jardimino

Coordenador Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Francisco José Daher Jr. (Coordenador de Comunicação Institucional)

Paulo de Tarso Amorim Castro (Presidente do Conselho Editorial)

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (Proex)

Sérgio Francisco Aquino (Propp)

Tânia Rossi Garbin (Prograd)

Daniel Ribeiro Pires (Representante TAE)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha

Prof. Dr. Douglas da Silva Tinti

Prof. Dr. Flávio Pinto Valle

Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Luana Viana
Marcelo Sena
(Organizadores)

A HIBRIDEZ COMO ESTRATÉGIA

Metodologias (re)desenhadas
para dissertações em Comunicação

1ª edição

Ouro Preto
2023



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Varnei Rodrigues

Diagramação

Propagare Comercial Ltda.

Revisão

Tikinet

Ficha Catalográfica

(Elaborado por: Elton Ferreira de Mattos - CRB6-2824, SISBIN/UFOP)

H625 A hibridiz como estratégia : metodologias (re)desenhadas para dissertações em comunicação / Luana Viana, Marcelo Sena (Organizadores). 1. ed. – Ouro Preto : Editora UFOP, 2023. 204 p. : il. : color; graf; tabs.

1. Comunicação. 2. Metodologia. 3. Pesquisa - Metodologia. I. Viana, Luana. II. Sena, Marcelo.

CDU: 316.77

ISBN 978-65-89785-14-9

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora. A originalidade dos conteúdos e o uso de imagens são de responsabilidade dos autores da obra.

Obra aprovada no Edital Geral - 01/2019 e publicada apenas no ano de 2023 em decorrência dos prejuízos operacionais causados pela PANDEMIA DO COVID-19.

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação Institucional, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.edu.br

(31) 3559-1463

SUMÁRIO

- 7 PREFÁCIO
- 13 APRESENTAÇÃO
Luana Viana e Marcelo Sena
- CAPÍTULO 1
- 19 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE
 DE DISCURSO NOS ESTUDOS DE JORNALISMO E SUAS
 POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO COM ENTREVISTAS EM
 PROFUNDIDADE
Thalita Neves
- CAPÍTULO 2
- 43 PERSPECTIVAS PARA UMA ANÁLISE DE PESQUISAS DE OPINIÃO
 PÚBLICA: PROPOSTA DE UMA TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA
 A PARTIR DAS NOÇÕES DE ENQUADRAMENTO, NARRATOLOGIA E
 FÓRMULAS
Ana Luísa Ruggieri
- CAPÍTULO 3
- 65 A INTRIGA DO GOLPE DE 1964 EM O ARQUIDIOCESANO:
 ACIONAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DE
 NARRATIVAS EM IMPRESSOS
Marcelo Sena
- CAPÍTULO 4
- 95 ANALISANDO DADOS MÚLTIPLOS EM PESQUISA DE RECEPÇÃO
 RADIOFÔNICA: O USO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA COMO
 PERSPECTIVA PARA PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO
Rafael Medeiros

CAPÍTULO 5

- 123 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE REPORTAGENS
RADIOFÔNICAS EXPANDIDAS: QUANDO A INFORMAÇÃO
TRANSCENDE O DIAL

Luana Viana

CAPÍTULO 6

- 153 PESQUISA QUALITATIVA MULTIMETODOLÓGICA NA APREENSÃO
DOS USOS SOCIAIS DE GRUPOS DO FACEBOOK POR MIGRANTES
BRASILEIROS NA SUÉCIA

Laura Roratto Foletto

- 167 APÊNDICES

CAPÍTULO 7

- 179 AVERSÃO AO POLITICAMENTE CORRETO EM PERÍODO ELEITORAL:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Bruna Silveira de Oliveira

- 201 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Metodologias híbridas para pensar objetos multidimensionais

A pós-graduação é um dos principais espaços de formação do pesquisador. Nela, conhecemos um mundo novo, que traz muitos desafios. Ao ingressar no mestrado, nos deparamos com novas dinâmicas de construção do conhecimento científico, com práticas acadêmicas que diferem da graduação e com um novo olhar para a pesquisa em si.

Entre os principais desafios que precisam ser enfrentados estão o desenho e o desenvolvimento do estudo científico. Trata-se de um processo longo, que contempla desde a aproximação ao fenômeno a ser estudado, o refinamento do projeto de pesquisa proposto, o desenho metodológico, a imersão bibliográfica, o trabalho de campo ou de análise, até a escrita em si. Cada um desses momentos tem seu papel e suas dificuldades.

A obra *A hibridiz como estratégia: metodologias (re)desenhadas para dissertações em Comunicação*, organizada por Luana Viana e Marcelo Sena, trata de um dos elementos principais do desenvolvimento da pesquisa: a perspectiva metodológica. Ainda que tenha seu espaço demarcado no texto da dissertação, a metodologia perpassa e afeta todo o processo e, também, todo o texto final, sendo a intermediária no diálogo entre escopo teórico e objeto, entre a questão de pesquisa e os dados, entre os objetivos e as inferências. Nesse processo, o primeiro desafio é saber, então, como propor uma metodologia, em quais instrumentos e procedimentos ancorar o estudo, e como conectar esse arcabouço com o restante da pesquisa.

Para compreender esse desafio, é preciso dar um passo atrás e mirar seu contexto. Os processos comunicacionais contemporâneos definem-se, cada dia mais, como multidimensionais, complexos e intercam-

biantes. Já não é mais possível, por exemplo, compreender o discurso radiofônico ou televisivo descolado das práticas de difusão e consumo de mídia. Não se pode, também, assimilar fenômenos culturais ou de representação desconsiderando relações interativas entre sujeitos e as afetações midiáticas sobre as relações sociais. Dessa forma, as dimensões do objeto — que nunca foram estanques ou isoladas — veem na sociedade contemporânea suas relações e afetações potencializadas.

Em um contexto que demarca o objeto da comunicação em relações complexificadas e afetadas pelas tecnologias e pelos usos que se faz delas, pelas mudanças nas práticas sociais e de consumo de mídia, pelo estreitamento das temporalidades e espacialidades, a pesquisa em comunicação também é afetada. O próprio sujeito pesquisador reside em — e, portanto, é afetado por — uma sociedade multidimensional e acelerada. Processos como a plataformização (van Dijck, Poell e de Waal, 2018), a cultura da convergência (Jenkins, 2008) e da conexão (Jenkins, Ford e Green, 2014) revelam mudanças nas relações entre os meios e a sociedade, e nas formas de diálogo que afetam direta ou indiretamente as dimensões de uma pesquisa. Como lembra Postman (2015), a nova ecologia midiática afeta as formas de pensar e a organização social e política dos meios. Para o autor, devemos pensar o estudo dos ambientes a partir de sua estrutura, do seu conteúdo e do seu impacto sobre os sujeitos.

Essa abordagem multidimensional e intercambiante pode ser observada também na perspectiva de Fidler (1998), ao tratar da mediamorfose. Para o autor, os meios se afetam contínua e mutuamente, levando a hibridizações e redesenhos em suas características e relações. Assim, a caracterização dos objetos de estudos em comunicação e de seu contexto pode ser compreendida a partir de seu caráter diverso, evolutivo, maleável e complexo. Essa complexificação — é importante demarcar aqui — não é exclusivamente vinculada às tecnologias, mas, sim, ao cenário social, às mudanças nas práticas comunicativas e culturais, às novas dinâmicas de troca e aos enredamentos, cada vez mais intensos, da trama social.

Mas de que maneira esse debate se associa à metodologia e à obra organizada por Luana Viana e Marcelo Sena? Ele está no cerne da caracterização dos estudos, dos objetos e dos fenômenos de pesquisa. Sem a compreensão da complexidade do cenário das relações e do lugar dos sujeitos nessas mesmas relações, não é possível desenvolver um estudo em comunicação. Esse enredamento demanda do pesquisador um olhar crítico e multidimensional para a proposta de estudos que apresenta, buscando compreender o enredamento das relações, dos sujeitos, dos objetos e dos movimentos que eles realizam no tempo e no espaço.

Lembramos aqui que a perspectiva da multidimensionalidade metodológica não é nova e não foi trazida às pesquisas pelas tecnologias digitais ou pelo cenário contemporâneo da comunicação. No entanto, os objetos e fenômenos da contemporaneidade potencializaram a necessidade de estabelecer uma mirada complexa e multidimensional para a pesquisa. Também recordamos que as abordagens metodológicas não são estanques em si, mas são afetadas pelos debates sociais, pela evolução da ciência e da sociedade. Podemos observar essa evolução na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Quadros, Assmann e Lopez, 2014), perspectiva que transita entre as abordagens qualitativa e quantitativa e que foi afetada, em muitos momentos de sua trajetória, pela convenção científica estabelecida como ideal para os estudos em comunicação.

É possível perceber, pelo que falamos até agora, como as escolhas metodológicas afetam uma pesquisa — seja ela uma monografia, uma dissertação, uma tese ou um projeto desenvolvido depois de concluído o processo formativo do pesquisador. Por meio dessas escolhas, podemos trilhar um caminho mais tranquilo ou mais tortuoso para responder às nossas questões. Mas como saber qual caminho trilhar? Como entender a importância da multidimensionalidade na mirada específica de cada objeto?

A obra organizada por Luana Viana e Marcelo Sena busca apontar caminhos e auxiliar pós-graduandos no desafio da organização metodológica. Sem restringir a mirada aos objetos tecnológicos ou a metodologias específicas, constrói diálogos e mostra, nos textos, como essa

construção se dá. Dessa forma, constitui-se em um manual reflexivo, que permite compreender a necessidade da abordagem híbrida e da consideração do caráter multidimensional da pesquisa em comunicação, derivada da complexificação do próprio campo.

Trata-se de uma obra que nasce do amadurecimento dos organizadores e autores, das observações das práticas de pesquisa e do desenvolvimento de um olhar crítico para o fazer científico. Sua natureza revela a preocupação com o processo de formação de pesquisadores, com a evolução da academia e com o campo da comunicação. Por isso, configura-se como uma leitura recomendada para pesquisadores que estão ingressando na pós-graduação, mas também para aqueles que vivem a pesquisa de maneira cotidiana, comprometendo-se com o avanço dos estudos da comunicação, cada vez mais complexos, diversos e híbridos.

Debora Cristina Lopez

Ouro Preto, 09 de julho de 2021

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

FIDLER, Roger F. *Mediamorfosis: comprender los nuevos medios*. Buenos Aires: Granica, 1998.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry, FORD, Sam e GREEN, Joshua. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

POSTMAN, Neil. El humanismo de la ecología de los medios. In: SCOLARI, Carlos A. (ed.). *Ecología de los medios: entornos, evoluciones e interpretaciones*. Barcelona: Gedisa, 2015.

QUADROS, Mirian; ASSMANN, Gabriela; LOPEZ, Debora.Cristina. A análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação: aplicações e derivações do método. In: BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha; RUBLESCKI, Anelise. (org.) *Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens*. Santa Maria: Facos-UFSM. 2014.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The Platform Society: Public Values in a Connective world*. New York: Oxford University Press, 2018.

APRESENTAÇÃO

Em meio a tantas transformações no cenário da comunicação, dedicar tempo às pesquisas demanda do pesquisador maleabilidade para lidar com a mutação de teorias, objetos e, conseqüentemente, metodologias. O processo de convergência como um todo reflete diretamente na ecologia de mídia: “transforma-te ou te devoro”¹ — adaptando para a comunicação a clássica frase da Esfinge de Tebas que eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder ao seu enigma.

Os meios de comunicação que não buscam a transformação dificilmente sobrevivem à rapidez com que o panorama midiático muda. Então, mudam-se os meios, mudam-se as teorias e metodologias. Neste livro, acreditamos que além dessas forças que regem o nosso atual cenário, o objeto é quem fala e demanda. Por isso, os métodos se adequam às necessidades de resposta que surgem do contato, da experimentação e da relação com o objeto. O sujeito que analisa é transformado nessa relação e, atravessado por ela, constrói suas bases de investigação. Por outro lado, o objeto ganha vida e se ressignifica ao ser acionado por esse sujeito, seus métodos e suas técnicas de análise.

Considerando esses aspectos, este livro apresenta algumas perspectivas metodológicas no campo da Comunicação, conectadas pela hibridiz de seus métodos e técnicas, decorrentes de distintas e diversas referências teóricas. O livro reúne estudos aplicados em dissertações de mestrado em Comunicação que evidenciam o rigor analítico dos pesquisadores e que servem de referência a quem planeja trilhar o caminho da academia e não sabe por onde começar.

A presente obra está dividida em sete capítulos. O primeiro, intitulado “Aspectos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso nos estudos de jornalismo e suas possibilidades de interação com entrevistas em profundidade”, tem como autora Thalita Neves, mestra pela Univer-

¹ A frase original é “Decifra-me ou te devoro”.

sidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A autora opta por descrever o método a partir de seus conceitos componentes — contexto histórico-social, formações ideológicas, formações discursivas, intersubjetividade, processo de leitura e produção de sentidos — todos eles imprescindíveis para justificar a Análise de Discurso como método eficaz para aplicação em pesquisas que têm produtos jornalísticos como objeto empírico.

O segundo capítulo, “Perspectivas para uma análise de pesquisas de opinião pública: proposta de uma triangulação metodológica a partir das noções de Enquadramento, Narratologia e Fórmulas”, foi escrito por Ana Luísa Ruggieri. Mestre pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ruggieri apresenta no texto um incentivo a futuras pesquisas que se aprofundem a discorrer sobre as sondagens de opinião e da opinião pública como um material relevante de proposta metodológica aos analistas que se empenharem nessa empreitada.

Voltado às narrativas em meios impressos, Marcelo Sena, mestre pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), apresenta o terceiro capítulo “A intriga do golpe de 1964 em *O Arquidiocesano*: acionamentos metodológicos para uma análise de narrativas em impressos”. Nele, o autor apresenta a metodologia que buscou atender às inquietações surgidas com a leitura dos textos anticomunistas presentes no Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana durante a década de 1960.

Os capítulos quatro e cinco trazem o rádio como objeto em comum, mostrando como um mesmo meio pode demandar diferentes métodos de acordo com o olhar do pesquisador. Rafael Medeiros, mestre pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mostra no capítulo “Analisando dados múltiplos em pesquisa de recepção radiofônica: o uso da Análise Textual Discursiva como perspectiva para pesquisas em Comunicação” o uso do protocolo analítico dos dados — Análise Textual Discursiva (ATD) —, apresentando também uma matriz multimetodológica para analisar a premissa de que o rádio local tem a capacidade de reforçar laços culturais, organizar a vida diária, perpetuar tradições e demarcar temporalidades.

A mestra pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Luana Viana, apresenta o quinto capítulo intitulado “Proposta metodológica para análise de reportagens radiofônicas expandidas: quando a informação transcende o *dial*”. A autora discorre sobre a interface do rádio que está voltada para as reportagens radiofônicas expandidas, recorrendo a uma aplicação metodológica que tem como base a análise de conteúdo, com o objetivo de observar os componentes multimídia que compõem a reportagem de rádio para web, além do uso do áudio em si.

O sexto capítulo, “Pesquisa Qualitativa Multimetodológica na apreensão dos usos sociais de grupos do Facebook por migrantes brasileiros na Suécia”, foi escrito por Laura Roratto Foletto, mestra pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A autora apresenta uma perspectiva metodológica utilizada numa pesquisa empírica, qualitativa, com a combinação de diversos procedimentos, ou seja, um estudo classificado como multimetodológico.

Por fim, o sétimo e último capítulo foi escrito por Bruna Silveira, mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nele, Silveira discute sobre as opções metodológicas escolhidas para coleta, categorização e análise por métodos digitais de pesquisa das controvérsias que rondam o debate sobre as interações sociais e o contexto civil em que as articulações políticas são desenvolvidas.

Se os capítulos metodológicos de dissertações são muitas vezes deixados de lado após a defesa, esta obra valoriza justamente o caminho percorrido pelos pesquisadores em busca dos métodos mais adequados para suas investigações. Agradecemos a todas as pessoas envolvidas no processo de produção deste trabalho. Esperamos que este livro seja útil para os pesquisadores — e para aqueles que almejam adentrar o mundo da pesquisa. Boa leitura!

Luana Viana e Marcelo Sena

CAPÍTULO 1

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO NOS ESTUDOS DE JORNALISMO E SUAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO COM ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Thalita Neves

Introdução

Para se compreender as correlações entre a Análise de Discurso (AD) pecheutiana e os conteúdos noticiosos é preciso, antes, compreender as premissas desse método, introduzido no Brasil pela linguista e pesquisadora Eni Orlandi (1984, 1988, 2001, 2004). Para fins didáticos, optou-se por descrever o método² a partir de seus conceitos componentes — contexto histórico-social, formações ideológicas, formações discursivas, intersubjetividade, processo de leitura e produção de sentidos —, todos eles imprescindíveis para justificar a Análise de Discurso como método eficaz para aplicação em pesquisas que têm produtos jornalísticos como objeto empírico.

A tônica desse método consiste em tomar o discurso não como algo hermético ou finalizado, mas sim como um processo linguístico balizado pelas interações entre a língua e a ideologia na produção de sentidos por e para os sujeitos. Nesse âmbito, Orlandi (1984) afirma que as con-

² Uma versão deste trabalho integra a dissertação de mestrado intitulada “Jornalismo esportivo e a cobertura da rivalidade GreNal em 2016: o título do Grêmio e o rebaixamento do Inter”, defendida em agosto de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

dições de produção do discurso são o principal fator responsável pelo modo como ele será reproduzido e interpretado, considerando-se, sobretudo, o contexto histórico-social em que as palavras são ditas. Dessa forma, “o conceito básico para a AD é o de condições de produção. Essas condições de produção caracterizam o discurso, o constituem e como tal são objetos de análise” (Orlandi, 1984, p. 101).

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (Orlandi, 2001, p. 40).

Portanto, se o estudo da linguagem não pode ser apartado da sociedade que a produz, depreende-se daí a necessidade de se compreender o fenômeno linguístico enquanto processo, e não meramente enquanto produto. “Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística” (Orlandi, 1988, p. 17). Sendo assim, a enunciação passa a ser vista como “um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.” (Orlandi, 1988, p. 17), tendo como sua unidade material o texto. É nessa unidade que se dá o processo de interação entre os interlocutores, por meio da leitura. E, a despeito de sua extensão — uma palavra, uma expressão ou um conjunto de frases —, o que de fato está em jogo no processo de leitura é o funcionamento do texto enquanto “unidade de significação em relação à situação” (Orlandi, 1988, p. 20). Nesse raciocínio, “a noção de texto, enquanto unidade da análise de discurso, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível

segmental. O texto não é soma de frases e não é fechado em si mesmo” (Orlandi, 1988, p. 20).

Isso tudo nos permite conceber o *funcionamento* do discurso, desde que se leve em conta as suas condições de produção. O que significa dizer que a noção de funcionamento remete o discurso à sua exterioridade, necessariamente. Essa relação com a exterioridade, com a situação — contexto de enunciação e contexto sócio-histórico — mostra o texto em sua *incompletude*. Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possível. Assim, o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem — este intervalo — não é vazio, é o espaço determinado pelo social (Orlandi, 1984, p. 181).

Para ir além do nível segmental da análise, como propõe Orlandi, agrega-se a essa discussão a possibilidade de se complementar o método da AD com outros procedimentos a fim de potencializar seus resultados. Acredita-se que a entrevista em profundidade é um desses procedimentos que contribui para a pertinência da Análise de Discurso no trato de produtos jornalísticos. Aqui tomada enquanto técnica ou ferramenta metodológica — e não como método em si —, a entrevista em profundidade se faz útil porque permite uma maior aproximação do analista com a fonte emissora do discurso, no caso, o jornalista produtor do conteúdo. Assim, além de analisar o discurso presente nas linhas e entrelinhas do material noticioso, o analista teria como material empírico também as respostas coletadas nas entrevistas que, obviamente, devem ser articuladas de modo que as perguntas ao entrevistado estejam correlacionadas com os discursos evidenciados e/ou pressupostos pelo pesquisador a partir da análise prévia dos textos noticiosos.

Aqui, cabe problematizar que o jornalista, enquanto produtor do conteúdo, não corresponde integralmente à fonte emissora do discurso. Paradoxalmente, nesse raciocínio, é como se o discurso não se origina-

se nos jornalistas. Afinal, esse profissional “que diz” está suscetível às linhas editoriais da empresa na qual trabalha, bem como a uma estrutura social pré-estabelecida. Inclusive, esse é um dos pontos principais da enunciação na Análise de Discurso: “quem diz”, no exemplo em questão, está muito mais relacionado à instituição jornalística em si do que ao próprio jornalista, ainda que instrumentalmente o discurso se origine dele.

Análise de Discurso e texto jornalístico

Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles — e outros que nem mesmo conhecemos — são parte (Orlandi, 2004, p. 61).

Além de não ser hermético, o texto também não é neutro, independentemente do gênero. O texto jornalístico, objeto deste capítulo, nunca é isento, consideradas suas condições de produção e, principalmente, as formações ideológicas do próprio jornalista — ainda que os fundamentos da profissão prescrevam a neutralidade como uma das balizas do fazer-notícia. E é justamente essa relação entre o aspecto linguístico e o aspecto ideológico, materializada no texto, o que explica seu funcionamento discursivo. Pode-se dizer, então, que “o texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado não enquanto fechado em si mesmo (produto finito) mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala” (Orlandi, 1984, p. 183).

Nessa esfera, Benetti (2008a) caracteriza o texto jornalístico enquanto gênero discursivo, uma vez que ele está condicionado às particularidades de seu processo produtivo. As linhas editoriais do veículo e

a bagagem cultural do próprio jornalista, como sua experiência de vida, seus valores e crenças, são evidências claras dessa condição. Conforme assinala Traquina (2005, p. 1): “a vasta cultura profissional dos jornalistas fornece um *modo de ser/estar*, um *modo de agir*, um *modo de falar* e um *modo de ver* o mundo” e, por isso, não há como ignorar que a atividade jornalística está diretamente relacionada à subjetividade do profissional e às demais condições que interferem em sua produção. Orlandi (1988, p. 60) atesta essa perspectiva quando afirma que o discurso jornalístico “é constituído de uma pluralidade de textos efetivos que, por sua vez, são marcados por formações discursivas diferentes”.

Essas formações discursivas derivam justamente das formações ideológicas dos interlocutores — no caso, jornalista e leitor —, podendo configurar-se, no primeiro, pela voz institucional da empresa e pela bagagem cultural do jornalista, por exemplo; e, no segundo, pela leitura que se faz do texto, também condicionada pelo seu modo de ser/estar no mundo. As diferentes interpretações de um mesmo fato, inclusive, confirmam por si só o caráter ideológico do discurso. Por isso, Orlandi considera a ideologia como um dos pontos-chave da AD, ainda que pondere sobre a ressignificação desse conceito no método em questão, considerando-se a vasta noção de ideologia no tocante a outras áreas de estudo. No plano da Análise de Discurso, contudo, “podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (Orlandi, 2001, p. 46). E essa formação ideológica do sujeito, por sua vez, dá origem às formações discursivas que permearão o texto em debate. A autora esclarece:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição

dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e deve ser dito. (Orlandi, 2001, p. 43).

Em *Teoria do Jornalismo* (2006), José Marques de Melo dá pistas que ajudam a compreender como essa interação ideológica-discursiva entre locutor e interlocutor se dá na esfera mercadológica da atividade jornalística: “em que medida a orientação ideológica das publicações jornalísticas atua como fator decisivo para configurar o público leitor?”. Ou, ainda, “quando o cidadão demonstra preferência por um jornal e o lê regularmente, essa opção decorre também de uma opção ideológica?” (Melo, 2006, p. 55). Acredita-se que sim, pois é exatamente no momento da leitura que a interação verbal se consolida, culminando na formação de sentidos sobre determinado assunto. Isso implica dizer que o discurso em questão somente terá o mesmo significado para os dois interlocutores, caso as formações ideológicas de ambos sejam compatíveis entre si.

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (Orlandi, 2001, p. 43).

Discurso jornalístico e produção de sentido

A Análise de Discurso, por si só, não atribui sentido ao enunciado. “O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando” (Orlandi, 1988, p. 118). Pode-se dizer, então, que as formações discursivas de um texto são pistas para se compreender como aquele discurso funciona para diferentes sujeitos. “É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (Orlandi, 2001, p. 44). Sendo assim, uma formação discursiva nunca é fechada ou estática, definindo-se conforme sua relação com as demais formações discursivas que permeiam o texto, todas condicionadas às formações ideológicas dos sujeitos atuantes.

As condições de produção que, como foi visto, configuram os discursos, também estabelecem correlações entre um discurso e outro(s). Chega-se assim à noção da incompletude discursiva, dada a possibilidade de múltiplos sentidos em um único texto. “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (Orlandi, 1988, p. 39). Todavia, Orlandi (1988, p. 86) pondera que, apesar da multiplicidade de sentidos, o processo de linguagem pressupõe um regulamento: “não se diz o que se quer, em qualquer situação, de qualquer maneira. Também não se pode entender o que se quer, de qualquer maneira, em qualquer situação”.

Sobre a interpretação dos discursos, a autora alerta para outra questão crucial da AD, os processos de significação, visto que não só o enunciador, mas, também, o leitor produz determinados sentidos sobre o texto. Desse modo, o leitor terá sua “identidade de leitura configurada pelo seu lugar social e é em relação a esse ‘seu lugar’ que se define a ‘sua leitu-

ra'. O efeito-leitor é, pois, relativo à posição do sujeito" (Orlandi, 1988, p. 104). Benetti (2008b, p. 20) reforça esse raciocínio ao salientar que tanto o sujeito que enuncia quanto o sujeito que interpreta estão "duplamente condicionados", seja pelas posições que ocupam na situação comunicativa, seja "por suas próprias subjetividades, lembrando que estas não são apenas invenção de um espírito puro, e sim decorrem de estados emocionais, psíquicos e de conhecimento aprendidos socialmente".

O acontecimento-leitura poderia, então, ser descrito mais ou menos da seguinte forma: diante de um texto, um sujeito *x* está afetado pela sua historicidade e se relaciona com o texto por alguns pontos de entrada, que têm a ver com a historicidade do texto e a sua. Como o texto não é transparente em sua matéria significante, há um efeito de 'refração' em relação à sua (do leitor) história de leituras, efeito esse que é função da historicidade do texto (sua espessura, sua resistência). Assim se dá o processo de produção de sentidos, de forma a que o sujeito se apodere e intervenha no legível (o repetível). É desse modo, portanto, que se pode entender a relação dinâmica entre constituição e formulação do sentido (Orlandi, 2008, p. 114).

Retomando a noção da incompletude do texto, Orlandi ressalta outro aspecto igualmente importante na produção da leitura, o implícito, pois o que não está dito também carrega significado. Nesse aspecto, o não dito pode ser aquilo que "sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de dizer o que se disse e que significa com nuances distintas etc." (Orlandi, 1988, p. 11). Isto é, "os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos" (Orlandi, 1988, p. 11).

Orlandi reforça que todos esses conceitos que constituem o método da Análise de Discurso não podem ser vistos como elementos únicos, justamente porque assumem posições relativas durante os processos discursivos. Posições "histórica e socialmente determinadas — em que

o símbolo (linguístico) e o imaginário (ideológico) se juntam”, configurando as condições de produção da leitura (Orlandi, 1988, p. 11). Considerando, sobretudo, a perspectiva da construção social das notícias, Ponte (2005) descreve como esse processo de leitura se dá no texto jornalístico:

As peças jornalísticas não são assim apenas *representações do mundo* pela linguagem, que lhes impõe uma estrutura valorativa semântica. Circulam no discurso jornalístico diferentes textos e vozes, imagens icônicas e para-icônicas, como os títulos, pautam hierarquias de visualização e de leitura. A proposta da pesquisa linguística inclui ler os textos a partir da sua construção do auditório: a que leitores fazem referência, em que enquadramentos os situam, com que autoridade e legitimidade se apresentam (Ponte, 2005, p. 18).

Nessa esfera, e de acordo com Franzoni *et al.* (2011), é possível compreender o conceito de verdade — que é tão caro ao fazer-notícia — como um efeito de sentido, uma consequência discursiva, uma impressão incapaz de transparecer a verdade absoluta, mas apenas de relacionar-se com ela. “Ao considerar os condicionamentos internos e externos ao jornalismo enquanto prática discursiva é importante considerar que a verdade jornalística pode ser pensada também como um efeito” (Franzoni *et al.*, 2011, p. 50). Para esses autores, portanto, a Análise de Discurso evidencia a percepção do que é tomado como verdade em um texto, visto que “quem fala e de onde fala são critérios absolutamente relevantes e definidores do que é ou deixa de ser verdade” (p. 5).

A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. [...] Tendo em vista o fato de que ao jornalismo, mais especificamente, cabe a tarefa de dizer sobre e para as demais instâncias sociais, havemos de considerar que

um dos lugares possíveis em que se instala a correlação de forças, com todas as suas assimetrias e fragmentações, é o campo do discurso (Franzoni *et al.*, 2011, p. 4).

Análise e identificação de discursos

Discutidos alguns conceitos da Análise de Discurso — ainda que de forma breve, despreziosa e priorizando-se a vertente francesa dos estudos da AD —, aproxima-se então da problemática proposta neste capítulo: a viabilidade metodológica da AD na aplicação em pesquisas empíricas de jornalismo. Partindo das três “viragens científicas” que Ponte (2005) sugere para o estudo discursivo do jornalismo — linguística, sociológica e cultural —, pretende-se relacionar os aspectos linguísticos inerentes aos conteúdos noticiosos aos aspectos socioculturais intrínsecos às rotinas produtivas, vendo como “o linguístico e o social se articulam [...] no jogo das formações discursivas que são reflexos e condições das práticas sociais” (Orlandi, 1984, p. 102). Dessa forma, acredita-se ser possível avaliar a eficácia do método na identificação de discursos ideológico-sociais presentes por trás das notícias.

Na viragem linguística, evidenciam-se as formações discursivas presentes no objeto empírico do analista de discurso. A viragem sociológica contempla os discursos ideológico-sociais que se pressupõe existir nas entrelinhas dos conteúdos noticiosos. E, na viragem cultural, tem-se as formações ideológicas dos jornalistas que fazem com que o texto produza determinados sentidos e não outros, considerando-se que “o(s) sentidos de um texto está(ão) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o leem)” (Orlandi, 1988, p. 12). Nessa perspectiva, toma-se o que está nas entrelinhas das notícias como um discurso social balizado tanto pelo contexto sócio-histórico em questão quanto pelas rotinas produtivas do veículo em análise. O discurso evidenciado pelo analista, portanto, pode ser visto como uma forma social de apropriação da linguagem interpelada pelas ideologias do sujeito:

Pela consideração fundamental das condições de produção na AD, não é o sujeito (locutor) que se apropria, mas há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia. É nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos que está representada a determinação histórico-social do discurso. Retomando-se os critérios do que é convencional, podemos dizer que, pela análise do discurso, recupera-se o processo histórico-social. (Orlandi, 1984, p. 102)

Com base no que foi apontado pelos autores citados, tratando o discurso não como um mero conjunto de textos, mas sim como uma prática socialmente condicionada, surgiu a necessidade de avaliar as possíveis interações da AD com um procedimento metodológico complementar que também envolve discursos intrínsecos, a entrevista em profundidade. Considerando-se que na concepção da AD o objeto discursivo nunca é algo dado, é interessante buscar na origem do discurso (jornalista produtor do conteúdo, ainda que suscetível às linhas editoriais da empresa) pistas outras para que os resultados da análise não culminem em uma mera descrição dos fatos, o que comprometeria a potencialidade maior do método, tendo em vista que é possível “analisar uma sociedade pelos discursos que produz, pois o que emerge na materialidade do texto origina-se de sujeitos posicionados em um tempo e um lugar condicionados social e historicamente” (Benetti, 2008b, p. 16).

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (Orlandi, 2001, p. 66).

Análise de Discurso e entrevista em profundidade

A partir do que discutimos até aqui, a entrevista em profundidade torna-se uma técnica viável para que o analista possa compreender como as condições de produção do veículo em análise interferem no funcionamento do discurso noticioso, relacionando-as às premissas básicas da AD: quem diz (a instituição jornalística), de onde diz (em seu contexto sociocultural característico) e, sobretudo, de como diz (conforme as linhas editoriais da empresa e as formações ideológicas dos próprios jornalistas). Ainda que algumas formações discursivas se explicitem nos textos analisados, somente com a complementaridade das entrevistas acredita-se ser possível evidenciar formações outras que foram omitidas ou silenciadas no texto noticioso. As formações omitidas seriam as posições ideológicas dos jornalistas — omissão justificada pelos fundamentos do jornalismo e sua relação com conceitos herméticos do fazer-notícia, como verdade, objetividade e neutralidade. As formações silenciadas, por sua vez, seriam aquelas calcadas na estratégia de se dizer de um modo e não de outro, para que o discurso carregue determinado significado e não outro. Benetti (2008a, 2008b) auxilia nessa compreensão:

Um sentido, porém, é determinado por uma configuração ideológica, que reside nesta espécie de segunda camada da estrutura do discurso. A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra. Por isso conceitua-se uma formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito (Benetti, 2008a, p. 112).

O sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de construção de sentidos — e que, em vez daquelas, poderia ter escolhido outras, agora silenciadas. A evidência das possibilidades negligenciadas seria imobilizadora para quem

enuncia. O indivíduo, já cindido em diversos sujeitos, não poderia lidar conscientemente, todo o tempo, com todas as possibilidades de discursividade que se lhe apresentam. O esquecimento é parte constitutiva da ação do sujeito: é preciso escolher, definir estratégias, eleger um, denegar outro (Benetti, 2008b, p. 17-18).

Ainda que este capítulo não aborde os estudos de recepção, vale ressaltar que o raciocínio construído acima ajuda a compreender porque nem sempre — ou quase nunca — o leitor consegue enxergar o não-dito no texto, considerando-se que a “não-transparência” das rotinas produtivas é uma estratégia dos jornalistas para assegurar legitimidade. “Configura-se aqui o poder de ‘não dizer’ (ou, dito de outro modo, o silenciamento sobre as condições de produção) que o jornalismo utiliza para exibir apenas o que lhe convém” (Benetti, 2008b, p. 23).

Nesse âmbito, pode-se dizer que a técnica da entrevista em profundidade ajuda a correlacionar o dito e o não-dito na Análise de Discurso de produtos jornalísticos, funcionando como uma estratégia híbrida eficaz para alcançar resultados mais amplos. Nesse modelo de entrevista, a elaboração de questões semiabertas permite a recolha de respostas mais densas sobre o tema tratado, explorando ao máximo as contribuições dos entrevistados na tentativa de identificar outros discursos presentes por trás da notícia — ainda que, vale ressaltar, as entrevistas em profundidade não necessariamente pressupõem elaboração de questões semiabertas —, ao passo que, nas entrevistas fechadas e de abordagem linear, as respostas tendem a ser mais previsíveis, o que inviabilizaria o percurso metodológico proposto, uma vez que a intenção é justamente explorar os aspectos qualitativos do discurso, muitas vezes implícitos (no) e exteriores ao texto, tomando-se por discurso tanto os textos analisados quanto as respostas dos entrevistados.

Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas,

não-quantificação ou representação estatística (Duarte, 2008, p. 62).

Eis, então, a diferenciação básica entre a entrevista em profundidade e o modelo convencional inerente às práticas jornalísticas: enquanto no fazer-notícia cotidiano recorre-se à fonte por seu testemunho objetivo diante de um fato, na entrevista em profundidade as fontes são vistas como colaboradores que vão auxiliar na busca da tratativa do problema de pesquisa e, conseqüentemente, na proposição dos resultados. Quanto às diferenças entre entrevistas em profundidade abertas e semiabertas, “as primeiras são realizadas a partir de um tema central, uma entrevista sem itinerário, enquanto as semiabertas partem de um roteiro-base” (Duarte, 2008. p. 64).

Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (Duarte, 2008, p. 62-63).

A flexibilidade e o grau de aprofundamento das questões semiabertas, contudo, dependem muito da disposição do entrevistado, da qualidade de suas respostas e das circunstâncias da entrevista. A escolha do local, por exemplo, deve ficar a cargo do entrevistado, já que, assim, ele poderá se sentir mais à vontade e, presumidamente, suas respostas tenderão a ser mais promissoras.

O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador (Duarte, 2008, p. 66).

Duarte (2008, p. 74) recomenda que se “observe o ambiente onde se dá a entrevista, a relação que se estabelece entre as pessoas, a forma como o entrevistado se comporta, seus movimentos, ênfases, silêncios, pausas, gestos”, pois o comportamento do entrevistado e o contexto da entrevista também carregam teor informativo. Mais do que isso, na AD a avaliação das condições de produção é imprescindível para uma análise efetiva. Embora a entrevista em profundidade seja interessante enquanto procedimento complementar, é importante ressaltar que ela, por si só, não permite testar hipóteses, tampouco “dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. [...] Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (Duarte, 2008, p. 63).

No entanto, a funcionalidade do procedimento está em permitir explorar — em uma conversa informal ou uma “pseudoconversa” — aspectos complexos do problema de pesquisa, a partir da ótica e do conhecimento cruciais do entrevistador, que serão mais bem explorados quanto melhor for a condução do diálogo. Nesse âmbito, Duarte aponta três pré-requisitos para a realização de uma entrevista em profundidade:

1. Seleção de informantes capazes de responder à questão de pesquisa;
2. Uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis;
3. Descrição dos resultados que articule consistentemente as informações obtidas com o conhecimento teórico disponível (Duarte, 2008 p. 68).

O terceiro pré-requisito apontado por Duarte (2008) tem a ver com o que Pereira (2012) alerta sobre o domínio das técnicas de entrevista, de modo que o entrevistador consiga estabelecer a articulação entre os depoimentos colhidos, a problemática de sua pesquisa e o referencial teórico em questão. Sendo assim, “o domínio das técnicas de entrevista, capazes de ‘fazer a pessoa falar’, deve estar também relacionado ao conhecimento que o entrevistador possui da própria interação com o sujeito-entrevistado e o modo como ele pode manejá-la a seu favor” (Pereira,

2012, p. 37). O autor reforça que o preparo do entrevistador, inclusive, se faz ainda mais necessário quando seu interlocutor é também um jornalista, considerando-se a análise de conteúdos noticiosos. Isso porque, assim como o entrevistador, o entrevistado estará ciente das técnicas de condução do diálogo, podendo articular as respostas da maneira que melhor lhe convém.

É dessa relação que derivam outros dois agravantes das entrevistas em profundidade, um ao qual Pereira (2012) chama de “idealismo oficial das fontes” e outro que é a interpretação superficial dos dados. O primeiro diz respeito àquelas respostas prontas, arraigadas aos discursos de missão/visão institucionais, geralmente ditas em modo “piloto automático” e que pouco ou nada agregam ao problema de pesquisa. Esse tipo de resposta muitas vezes é dispensável em “uma entrevista de pesquisa em que o objetivo é compreender um fenômeno social e não ilustrá-lo com boas declarações” (Pereira, 2012, p. 38).

O segundo agravante está ainda relacionado à preparação do entrevistador que, antes de tudo, precisa estar consciente de que “entrevistar alguém não deve ser considerado como um incidente neutro de coleta de dados, mas um processo de negociação em torno da narrativa que será produzida nessa situação” (Pereira, 2012, p. 36). Conforme a perspectiva de Pereira, além de se considerar as condições de produção do discurso no momento da entrevista, é preciso confrontar e contextualizar os depoimentos coletados com a problemática da pesquisa, de modo que se permita “compreender como os sentidos atribuídos pelos atores são, em alguma medida, sociais, partilhadas por uma coletividade” (Pereira, 2012, p. 42). Só assim a escolha desse procedimento como técnica complementar à Análise de Discurso terá feito “sentido”.

Um exemplo prático da hibridez dos métodos

Para dar um pequeno panorama da AD aplicada em conjunto com a técnica de entrevista em profundidade, trago o exemplo da minha pró-

pria dissertação de mestrado, intitulada “Jornalismo esportivo e a cobertura da rivalidade GreNal em 2016: o título do Grêmio e o rebaixamento do Inter” (Neves, 2018). O trabalho, defendido no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, teve como objeto de estudo a cobertura da dupla GreNal (Grêmio x Internacional) pelo jornal *Zero Hora* (ZH), partindo da análise de notícias publicadas e de depoimentos dos repórteres envolvidos nessa mesma cobertura. O objetivo era identificar se e de que modo as preferências clubísticas desses jornalistas intervinham na construção do discurso jornalístico sobre a dupla GreNal, principalmente em um contexto peculiar na história dos dois rivais seculares, ocorrido de forma simultânea no final de 2016: a conquista da Copa do Brasil pelo Grêmio de Foot-Ball Porto Alegre e o rebaixamento do Internacional Sport Club para a Série B do Campeonato Brasileiro.

Ao final da dissertação, viabilizada pelo método da Análise de Discurso em conjunto com a técnica de entrevista em profundidade, evidenciou-se que as preferências clubísticas dos jornalistas da *ZH Esporte* intervinham no conteúdo noticioso em três principais faces: adjetivação, dramatização e aprofundamento. Além disso, notou-se que a preocupação dos jornalistas entrevistados em não assumirem publicamente suas preferências clubísticas está mais relacionada aos aspectos socioculturais do Rio Grande do Sul e ao peso da rivalidade GreNal do que aos fundamentos do jornalismo em si.

Explicando esse percurso na prática, retomo as “viragens científicas” que Ponte (2005) sugere para o estudo discursivo do jornalismo, citadas nos tópicos anteriores deste capítulo. Na viragem linguística, evidenciaram-se as formações discursivas presentes nos textos da *ZH Esporte* discursivamente analisados. A viragem sociológica, por sua vez, contempla o discurso clubístico que se pressupunha existir nas entrelinhas do material. Já na viragem cultural, tem-se as formações ideológicas dos jornalistas que fizeram com que os textos analisados produzissem determinados sentidos e não outros. Nessa perspectiva, o estudo em questão evidenciou o clubismo como um discurso social balizado

tanto pela historicidade do Rio Grande do Sul quanto pelas rotinas produtivas da *Zero Hora* em si. O discurso clubístico, portanto, pôde ser interpretado nessa dissertação como uma forma social de apropriação da linguagem interpelada pelas ideologias dos sujeitos envolvidos naquele processo comunicativo.

Em relação ao procedimento complementar da entrevista em profundidade, a técnica foi especialmente útil nesse caso, porque permitiu identificar as condições de produção a que estão submetidos os jornalistas da *ZH Esporte*, relacionando-as às premissas básicas da AD: quem diz (a instituição *Zero Hora*), de onde diz (do Rio Grande do Sul, em seu contexto sociocultural característico) e, sobretudo, de como diz (conforme as linhas editoriais da empresa e as formações ideológicas dos próprios jornalistas).

Ainda que algumas formações discursivas se explicitassem nos textos analisados, somente com a complementaridade das entrevistas foi possível evidenciar outras formações que foram omitidas ou silenciadas nos textos noticiosos que, no caso, seriam as preferências clubísticas dos repórteres entrevistados — omissão justificada pelos fundamentos do jornalismo em sua relação particular com a editoria esportiva — enquanto as formações silenciadas, por sua vez, seriam aquelas calcadas na estratégia de se dizer de um modo e não de outro, para que o discurso carregasse determinados significados e não outros.

Considerações finais

Nesta breve discussão sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso, embasados sobretudo sob a ótica da linguista Eni Orlandi, buscou-se propor reflexões sobre a pertinência do método nas pesquisas que têm produtos jornalísticos como objeto empírico, além de discutir as possibilidades de interação da AD com técnicas complementares. Por se tratar de uma metodologia repleta de premissas, antes de aplicá-la é preciso compreender alguns conceitos cruciais da análise,

como contexto histórico-social, formações ideológicas, formações discursivas, intersubjetividade, processo de leitura e produção de sentidos.

Uma vez compreendidos tais conceitos, é possível relacioná-los ao conteúdo jornalístico, visando identificar discursos tanto evidentes no texto quanto implícitos nas entrelinhas do material noticioso. Há que se ponderar, contudo, que a quantidade de material empírico analisado e a complementaridade de outros procedimentos metodológicos podem interferir na obtenção e trato dos resultados. Ainda que seja uma grandeza relativa, a quantidade de conteúdos analisados interessa porque, com um número considerável de textos em análise, maior é a possibilidade de se correlacionar os discursos evidentes nas publicações com aqueles implícitos e/ou silenciados pelas linhas editoriais da empresa e/ou bagagem sociocultural do próprio jornalista. Ao passo que, em um corpus empírico pouco numeroso, acredito ser mais desafiador identificar formações ideológicas que sugiram discursos pré-estabelecidos.

Quanto ao uso de procedimentos metodológicos complementares, destaca-se a técnica de entrevista em profundidade como aliada da Análise de Discurso na intenção de se compreender como as condições de produção do veículo — conceito caro à AD — interferem no funcionamento dos discursos noticiosos e sua consequente produção de sentido. Isso porque a hibridez dos métodos permite analisar não só o discurso presente nas linhas e entrelinhas dos textos, mas também aqueles presentes na fala do entrevistado que, no caso, é o jornalista no qual o discurso noticioso se materializa, o que corrobora a eficácia desse percurso metodológico no trato de produtos jornalísticos dos mais variados segmentos.

Referências

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a, p. 107-122.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, São Paulo, n. 15, p. 13-28, 2008b.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; NOVELLI, Ana Lucia Romero (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 62-83.

FRANZONI Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. *Verso e Reverso*, Porto Alegre, vol. XXV, n. 58, 2011.

MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

NEVES, Thalita. *Jornalismo esportivo: Jornalismo esportivo e a cobertura da rivalidade GreNal em 2016: o título do Grêmio e o rebaixamento do Inter*. 2018. 431f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. Ed. Campinas: Pontes, 2004.

PEREIRA, Fábio Henrique. Conversando com jornalistas. A perspectiva do interacionismo simbólico. Pesquisando jornalistas. In: MAROCCO,

Beatriz. (org.). *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012, p. 31-45.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo* vol. I. Por que as notícias são como são? Florianópolis: Insular, 2005.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS PARA UMA ANÁLISE DE PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA: PROPOSTA DE UMA TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA A PARTIR DAS NOÇÕES DE ENQUADRAMENTO, NARRATOLOGIA E FÓRMULAS

Ana Luísa Ruggieri

Introdução

Este capítulo traz algumas considerações advindas do processo de elaboração da dissertação intitulada “A Pesquisa de Opinião Pública como discurso de manipulação: a campanha do Instituto Datafolha pelo Impeachment de Dilma Rousseff” (Ruggieri, 2017), defendida em abril de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto.

O objetivo principal é abordar o processo pelo qual foram tomadas as decisões acerca dos aspectos metodológicos da referida pesquisa, observando as peculiaridades do objeto de estudo que demandaram a combinação e a adaptação de metodologias já estruturadas por outros autores. Neste caso, a principal fundamentação deste texto está no próprio debate entre orientadora e orientanda, que será, aqui, acompanhado por contribuições teóricas de pesquisadores que foram, ou não, citados na dissertação.

Acreditamos que as pesquisas de opinião pública têm se apresentando como importantes fontes de referência, seja para os veículos midiáticos, seja para os partidos e a militância política, ou seja, elas estão no

centro de todo o processo político e democrático de nosso país e, por isso, constituem objetos de estudo cada vez mais importantes. Nesse sentido, o presente texto apresenta tanto como um incentivo a futuras pesquisas que se aprofundem a respeito das sondagens de opinião e da própria opinião pública quanto como um material relevante de proposta metodológica aos analistas que se empenharem nessa empreitada.

Breve apresentação do estudo desenvolvido no curso de mestrado

Primeiramente, consideramos relevante fazer uma breve apresentação do trabalho desenvolvido no curso de mestrado para que o leitor consiga se aprofundar inteiramente neste capítulo. Os questionamentos que levaram à elaboração da dissertação nasceram de discussões a respeito do texto “A opinião pública não existe”, de Pierre Bourdieu (1981). O intuito sempre foi estabelecer as relações entre a mídia e a política partidária, de modo a compreender como, no contexto brasileiro, a primeira influencia (e como é utilizada pelos interessados) no andamento dos processos políticos, mas o grande interesse pelas pesquisas de opinião só foi inflamado por esse sociólogo francês.

Esse norteamento ao estudo veio a calhar: o cenário nacional era turbulento, marcado por graves crises econômica e política. O país, desde as chamadas jornadas de junho de 2013 e das acirradas eleições presidenciais de 2014, mostrava tendências de polarização: de um lado, aqueles que apoiavam os governos petistas e, do outro, os que demonstravam aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT). A palavra “aversão” foi aqui escolhida propositalmente, pois o sentimento é maior do que as divergências partidárias recorrentes: o antipetismo é um fenômeno que penetrou a sociedade brasileira como um projeto político, de forma profunda e com grande legitimidade dentre diversas camadas civis. Fez isso responsabilizando o partido petista por todas as mazelas do serviço

público do país — o que não foi complicado, haja vista a quantidade de denúncias da Operação Lava Jato, publicadas todos os dias nos vários veículos de comunicação e que, sobretudo, ressaltavam as acusações que incriminavam ou desmoralizavam o governo petista — e adquirindo aliados entre os setores mais conservadores, que viam, nessa situação, oportunidades para evoluir interesses políticos próprios (Souza, 2016).

Mas e as pesquisas de opinião? Observa-se que o contexto político que marcou o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff foi conturbado. A presidenta eleita se agarrava à sua cadeira no Executivo em meio aos estratagemas da oposição — e, também, de alguns que, até determinado momento, eram aliados, como o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e seu próprio vice-presidente da República, Michel Temer, ambos personagens importantes para a efetivação do impeachment, em 2016. Além disso, ela precisava enfrentar a opinião pública: as ruas fervilhavam de manifestações, ora contrárias ao PT, ora favoráveis — essas últimas menos recorrentes. Sua popularidade caía mais a cada pesquisa e, então, nos perguntávamos: o Brasil está contra Dilma?

Segundo Bourdieu (1981), esse tipo de pergunta não poderia ser respondido pelas pesquisas de opinião pública, muito embora fossem elas próprias as responsáveis por medir e divulgar a opinião brasileira sobre o governo da presidenta. Um dos argumentos do autor refere-se a algo com que a maioria dos teóricos da opinião pública concorda: é um equívoco considerá-la a partir da soma das diferentes opiniões presentes na sociedade, como se a opinião pública fosse aquela que angariasse mais adeptos dentre as demais. Muito pelo contrário, ela surge em meio a um palco de embates composto de diversos grupos/públicos, caracterizando-se como esse emaranhado de opiniões, sem unanimidade, sem consenso e em um processo de formação contínuo, compreendendo que

os sujeitos e coletivos sempre estarão em busca da hegemonia³ na esfera de debates públicos⁴ (Brittes e Ruggieri, 2019).

Bourdieu (1981) elenca três postulados impostos pelas pesquisas de opinião pública que, a seu ver, estão incorretos e vão contra o próprio conceito de *opinião pública*. Neste capítulo, tais postulados não serão abordados, já que nosso objetivo não é tratar das sondagens de opinião, entretanto há um ponto relevante a ser mencionado para deixar clara a principal indagação que levou ao desenvolvimento da referida dissertação. O sociólogo francês relembra que as pesquisas de opinião são demandas particulares, ou seja, encomendadas por alguém/algum grupo e produzidas por uma empresa também privada. Nesse caso, ele considera de fundamental importância conhecer a fundo quem são esses agentes envolvidos no estudo da opinião, de modo a compreender seus interesses na produção e divulgação dos resultados (Bourdieu, 1981). É justamente nessa compreensão que residiu a dúvida que fundamentou a pergunta-norteadora da pesquisa empreendida no mestrado, entendendo que, se os interesses de terceiros podem interferir na validade dos dados apresentados por essas narrativas, então, são possivelmente manipuladoras. Dessa forma, questionamos: “As pesquisas de opinião pública podem se configurar como recursos estratégicos para direcionar a interpretação do público sobre os fatos? E, mais especificamente, teriam elas sido utilizadas para o enfraquecimento da imagem da presidenta, corroborando sua queda política?”. A partir dessa questão, delineou-se que as sondagens de opinião pública comporiam o objeto de pesquisa do estudo. O corpus analítico foi constituído pelas pesquisas elaboradas pelo Instituto Datafolha no período compreendido entre a reeleição da presidenta e o seu impedimento, ou seja, outubro de 2014 e agosto de

³ O conceito de hegemonia é utilizado em sua perspectiva gramsciana, segundo a qual os grupos sociais estão em constantes conflitos políticos, sociais e ideológicos para conquistar o consenso de outros grupos e conseguir algum tipo de influência sobre eles, seja no pensamento, seja nas práticas (Gramsci, 2002).

⁴ Referimo-nos ao conceito habermasiano de Esfera Pública. Jürgen Habermas (1984) a entendia como um espaço de livre acesso em que os cidadãos podem se reunir para discutir sobre assuntos de interesse público e formular argumentos de forma racional sobre as diversas questões que compõem a vida comum.

2016, totalizando 14 sondagens. Além delas, também foram analisados os relatórios que as acompanhavam e traziam informações gerais sobre sua realização.

A busca empreendida em cima desse corpus analítico foi na tentativa de identificar as estratégias discursivas e argumentativas presentes nas pesquisas de opinião pública centralizadas no segundo mandato da presidenta Dilma; de tentar compreender os enquadramentos construídos por essas sondagens; e analisar a possibilidade de serem vistas como discursos que podem ter contribuído com o impeachment da petista.

Sobre as pesquisas de opinião pública: as especificidades do objeto

As pesquisas de opinião pública são elementos centrais nas democracias modernas e já compõem o dia a dia dos indivíduos das sociedades midiaticizadas. Fontes de referência⁵ para o jornalismo e para as próprias campanhas e militâncias políticas, essas sondagens compõem, principalmente, as notícias sobre política, consolidando, desse modo, parâmetros de atuação do Estado, dos governos e dos cidadãos em nossa sociedade, com base naquilo que as pesquisas de opinião indicam ser mais ou menos aprovado pela população (Echegaray, 2001).

Mesmo com tamanha relevância para o cenário político, encontrar publicações científicas que abordem especificamente essas pesquisas não é uma tarefa fácil. Existem diversos estudos no campo das Ciências Políticas e mesmo no da Comunicação que mencionam as sondagens, utilizam-nas como fontes, mas são poucos os que se propõem a debatê-las como discursos que promovem reflexos nos contextos em que são realizadas e divulgadas.

⁵ “A fonte de referência aplica-se à bibliografia, ao documento ou à mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias” (Schmitz, 2011, p. 12).

Aqueles que cumprem tal objetivo o fazem, principalmente, com foco nas pesquisas eleitorais, observando de que forma elas influenciam no processo e no resultado dos sufrágios. Um exemplo é o texto “Pesquisa Eleitoral e clima de opinião”, de Elisabeth Noelle-Neumann (1993), no qual a autora discorre sobre a relação dessas sondagens com a teoria da espiral do silêncio. Fernanda Barth aponta para igual caminho em sua publicação “Mídia, política e pesquisas de opinião pública” (2007), discorrendo sobre a centralidade e influência midiática nas escolhas eleitorais.

A escassez de estudos que tratassem as pesquisas de opinião pública de forma aprofundada, com distintas abordagens e perspectivas sobre esse gênero textual, investigando sua constituição discursiva, sua estrutura, seus tipos e seus efeitos de modo mais amplo — não apenas relacionado às eleições —, apresentou-se como a primeira dificuldade para o estabelecimento dos aspectos metodológicos da referida dissertação.

Entretanto, já na metade do curso de mestrado, foi publicado o livro *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolas políticas* (2016), de Patrick Charaudeau, que em seu terceiro capítulo dedicou várias páginas a como as pesquisas de opinião pública se configuram como discursos de manipulação e como formatam a própria opinião pública. Já no início dessa discussão, o autor diz: “Uma pesquisa de opinião é um *ato de linguagem* que confronta perguntas e respostas. Deve-se examinar como é formulada a pergunta e o que ela induz como resposta possível” (Charaudeau, 2016, p. 126).

No texto “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso” (2005), Charaudeau explica que um ato de linguagem “é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não) que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes”. Devem ser semelhantes porque precisam ter saberes compartilhados e motivações comuns para que a troca se realize efetivamente; e diferentes porque, nesse processo comunicacional, exercem papéis distintos: enquanto um atua como sujeito comunicante, aquele que produz o ato de linguagem, o outro é o sujeito interpretante, que receberá a mensagem. Uma das

características principais do ato de linguagem é o chamado princípio de influência, em que todo sujeito comunicante produz o ato de linguagem com o objetivo de atingir o outro envolvido no processo, de orientar seu pensamento e suas ações (Charaudeau, 2005).

Na obra de 2016, o autor concorda com o pensamento de Bourdieu (1981): quando se indaga o porquê da realização de uma pesquisa de opinião, deve-se refletir sobre a natureza da organização que a encomenda, bem como o contexto político e social no qual é realizada. Charaudeau (2016) acrescenta que, para que essas sondagens se tornem públicas, precisam ser veiculadas por algum suporte midiático, o que revela a necessidade, também, de se pensar sobre os meios de comunicação que as divulgam e a forma de apresentação dos resultados. O autor acrescenta ainda que as sondagens de opinião se inserem no mercado a partir da justificativa de sua relevância para a democracia, mas, ao se incluir nesse meio, passa a participar dos jogos de concorrência, seja dos próprios institutos que as realizam, seja das mídias que competem por audiência, seja dos políticos, que estão interessados em resultados que possam beneficiar sua imagem ou derrubar o adversário. A partir da consciência dessa inserção das sondagens nas estratégias competitivas, aqueles que as encomendam, elaboram e difundem participam de um processo manipulativo (Charaudeau, 2016). É a partir desse entendimento que o linguista francês entende as referidas pesquisas como discursos de manipulação, visão que foi determinante para a construção metodológica da dissertação aqui discutida.

Um olhar mais atento ao objeto forneceu novas pistas sobre o tipo de metodologia que deveria ser formulada, pois as pesquisas de opinião pública se apresentam como um gênero discursivo com algumas particularidades. A noção de gênero discursivo foi entendida a partir das formulações de Bakhtin (1997), para quem essa conceituação pode ser dada como as práticas comunicativas construídas historicamente, levando em conta as questões sociais da época, bem como a situação comunicativa nas quais são produzidas. Os diferentes gêneros devem ser reconhecidos a partir de três dimensões: o conteúdo temático, referente aos

objetos do discurso; a construção composicional, sobre a estruturação propriamente dita; e o estilo, que aprofunda um pouco mais a segunda dimensão, observando as escolhas lexicais, as preferências gramaticais, as estruturas das frases etc. (Bakhtin, 1997).

Para este estudo, em um momento de pré-análise, atentou-se a essas questões nos textos de apresentação dos resultados das sondagens de opinião. Eles se apresentam, estruturalmente, como uma notícia, com manchete, título auxiliar — ou linha fina — e corpo de notícia. Contudo, não há, como no texto jornalístico, um *lide* com as informações principais de um evento central e o restante das informações encadeadas como se narrasse uma história. Há uma organização temática entre os parágrafos, mas eles não constroem um todo que não pode ser lido separadamente. O conteúdo temático é formado pelos números encontrados no estudo de opinião, destacando um desses dados, o que confere um enquadramento à divulgação dos resultados. Quanto ao estilo, são textos que não seguem uma linha histórica na narrativa, mas vão elencando diversas informações em sequência, e mudanças na ordem dos dados apresentados não interfeririam no entendimento da mensagem, muito embora pudesse interferir nas intenções do sujeito comunicante e nos efeitos causados no sujeito interpretante. As escolhas lexicais lhes são próprias também: não há como fugir de determinadas palavras, como “aprovação” e “reprovação”, por exemplo, o que dificulta uma leitura crítica que possa atribuir algum juízo de valor nessas opções de vocabulário.

Portanto, observaram-se semelhanças muito fortes com o gênero jornalístico, mas com peculiaridades que não permitiam enquadrar o corpus analítico dentro desse gênero. As características encontradas na pré-análise apontavam para a necessidade de unir elementos da Comunicação e da Linguística para que o objeto de estudo fosse contemplado em sua totalidade, compreensão que levou à formulação da triangulação metodológica utilizada na dissertação.

A constituição de uma triangulação metodológica: a combinação da Teoria do Enquadramento, da Narratologia e da noção de Fórmulas

Permanecer no campo metodológico da Comunicação não se justificava apenas por ser uma pesquisa realizada em um programa de pós-graduação em Comunicação, mas porque a apresentação estrutural do próprio objeto demandava que essa abordagem não fosse abandonada: ao recorrer a elementos do gênero jornalístico, as teorias do jornalismo tornavam-se imprescindíveis para o seu entendimento. À perspectiva da Comunicação, somaram-se duas propostas do campo da Linguística, mais especificamente da área da Análise do Discurso, que se mostraram eficientes na leitura desse tipo de discurso e na busca pelos recursos discursivos empregados nas sondagens de opinião pública. Desse modo, a triangulação metodológica da pesquisa foi formada a partir das noções de Enquadramento, Narratologia e Fórmula.

Teoria do Enquadramento: o uso do conceito para uma visão geral sobre o discurso produzido pelo instituto Datafolha

Olhando para a linha do tempo das teorias do jornalismo, a noção de enquadramento — ou *framing* — surge depois da chamada Teoria do Agendamento, ou agenda *setting*. Essa perspectiva discorria sobre a existência de uma seleção prévia daquilo que seria pauta na esfera de debates públicos. O próprio nome da teoria, agendamento, decorre de uma analogia, como se houvesse uma programação predefinida do que seria publicizado e discutido (McCombs apud da Silva Junior *et al.*, 2008). A mídia seria a principal responsável por esse agendamento, pois “seja pela repetição ou pela importância dada aos acontecimentos noticiados, a agenda midiática acaba influenciando a agenda pública, tornando-os,

desse modo, assuntos de interesse público” (Brittes e Ruggieri, 2019, p. 151).

A Teoria do Enquadramento nasce para complementar esse entendimento, partindo do pressuposto de que a mídia não apenas seleciona o que será debatido, mas também define como o assunto será perpassado, ou seja, determina o viés pelo qual o assunto será interpretado e reverberado. Portanto, essa contempla as argumentações apresentadas pela teoria antecessora e acrescenta um ponto fundamental, eximindo o discurso jornalístico de qualquer objetividade e assumindo o fato de que os enunciados carregam intencionalidades de seus emissores. Plínio Leal (2007), lembrando a frase dita por Gaye Tuchman — de que as notícias seriam como janelas para o mundo —, pontua que a visão daquele que olha a paisagem está totalmente ligada à posição, ao tamanho e ao formato da janela: se ela for pequena, o mundo também o será, se estiver voltada para a esquerda, todo o lado direito será ignorado e assim por diante. É justamente assim que se dá o enquadramento: ao narrar um fato, o jornalista enquadra a realidade conforme o seu ponto de vista — ou o da empresa para a qual trabalha —, dando mais ou menos relevância/visibilidade para um aspecto ou outro.

Conforme explica Mauro Porto (2002, p. 6), “enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos”. Cabe ressaltar que o enquadramento é inevitável, não apenas uma estratégia de manipulação, haja vista as adaptações feitas nas histórias para que respeitem o espaço e o formato exigido pela plataforma midiática utilizada (Porto, 2002). Entretanto, não se pode olhar para essa questão sem considerar os recursos discursivos empregados para conduzir a leitura dos receptores da mensagem.

O conceito de enquadramento se faz fundamental para estudos que encaram as sondagens de opinião pública e se preocupam com o modo como elas são feitas e publicadas e como influenciam a sociedade. Isso fica mais evidente ao se perceber que a própria elaboração dessas pesqui-

sas parte de enquadramentos das questões de interesse público a serem debatidas. “O indivíduo sondado é limitado por uma moldura de questionamento que lhe impõe um universo de pensamento numa formulação que problematiza oposições e que propõe antecipadamente uma bateria de respostas” (Charaudeau, 2016, p. 128). Então, ao participar de um desses estudos de opinião, o entrevistado é interrogado acerca de assuntos que não foram instituídos por ele — e que não se sabe se, antes de ser interrogado, constituíam-se como problemas em sua visão — e precisa emitir sua opinião de uma maneira que também não foi formulada por ele.

Bourdieu (1981) também aponta o fato de que as sondagens de opinião pública partem do pressuposto de que existe um consenso sobre os problemas da sociedade a partir do momento em que os institutos responsáveis — e aqueles que encomendam as pesquisas — pautam os temas que devem ser caracterizados como de interesse público. Compreende-se, então, que:

[...] os institutos de sondagem de opinião, juntamente com os veículos midiáticos, agendam o debate da Esfera Pública e o enquadram a partir da elaboração das questões e das opções de respostas, bem como por meio dos textos de divulgação dos resultados (Brittes e Ruggieri, 2019, p. 155).

No procedimento metodológico aplicado na dissertação, o enquadramento de cada uma das pesquisas de opinião pública analisadas foi definido a partir dos títulos de seus textos de divulgação. Entende-se que, para o instituto Datafolha, essas manchetes definiam aquilo que se mostrava mais relevante dentre todos os dados coletados, ou seja, elas formavam as molduras pelas quais os leitores enxergariam a “opinião pública” sobre o governo brasileiro. Essa perspectiva auxiliou na construção de uma visão geral de como essa instituição descreveu o segundo mandato de Dilma Rousseff, corroborando a interpretação de uma presidenta em constante decadência, reprovada pela população de seu país

e supostamente envolvida nos escândalos de corrupção que assolavam a Petrobras, mesmo que, de fato, ela não fosse formalmente acusada por essas ilegalidades.

Narratologia: adaptações dos procedimentos metodológicos desenhados por Luiz Gonzaga Motta

Também chamada de análise pragmática da narrativa, a Narratologia é uma proposta apresentada por Luiz Gonzaga Motta, em seu livro *Análise Crítica da Narrativa* (2013). O autor parte da concepção de que as narrativas não são ingênuas, mas, sim, dispositivos argumentativos que buscam envolver e seduzir o interlocutor, portanto carregadas de intencionalidades do emissor; entendimento parecido com aquele determinado por Charaudeau (2005) sobre o ato de linguagem.

Em sua obra, Motta (2013, p. 23) descreve uma série de procedimentos metodológicos formulados para identificar as estratégias discursivas e argumentativas empregadas nas narrativas, o que ele propõe sem desconsiderar “os fatores extralinguísticos que interferem no ato de fala”, bem como “as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores, suas intenções e fins”. Portanto, o autor está em concordância, também, com Bourdieu (1981), ressaltando a importância de saber quem são os agentes envolvidos no discurso para que a análise seja completa.

A metodologia desenhada por esse teórico é composta de sete movimentos analíticos: (1) compreender a intriga como síntese do heterogêneo; (2) compreender a lógica do paradigma narrativo; (3) deixar surgirem novos episódios; (4) permitir ao conflito dramático se revelar; (5) personagem: metamorfose de pessoa a persona; (6) as estratégias argumentativas; e (7) permitir às metanarrativas aflorar. Motta (2013) explica como o objeto deve ser observado em cada uma dessas etapas, considerando diferentes gêneros discursivos; entretanto, as pesquisas de

opinião pública apresentam peculiaridades que não foram contempladas pelo autor, exigindo algumas adaptações metodológicas para a aplicação de seus procedimentos. Na dissertação, foram desenvolvidos cinco movimentos, formulados a partir de todas as disposições presentes no livro de referência: (1) elaboração do resumo da história; (2) compreensão do encadeamento da narrativa e identificação de episódios omitidos; (3) identificação do conflito dramático; (4) reconhecimento dos personagens; e (5) percepção das estratégias argumentativas.

Uma adaptação relevante foi a constituída no primeiro movimento de análise. Motta (2013) explica que o analista precisa ser capaz de unir todas as partes da narrativa para formar um enredo geral, uma espécie de sinopse, contendo os episódios, os conflitos, os pontos de virada, a função de cada personagem e todas as passagens relevantes para a intriga narrada. Em seu livro, ele propõe que esse resumo-síntese seja elaborado a partir dos elementos que compõem o objeto analisado, mas, no caso das sondagens de opinião, foi preciso ir além. Esses textos trazem diversas opiniões sobre fatos e indivíduos sem contextualizar o cenário em que ocorrem, sem aprofundar as questões políticas, econômicas e sociais, sem mencionar eventos e conflitos, então, “entendemos que centrar a análise somente nas pesquisas de opinião seria deixar de fora parte de uma narrativa participante no processo de elaboração do corpus analítico” (Ruggieri, 2017, p. 64). A solução encontrada foi redigir a sinopse a partir das sondagens e de notícias veiculadas nos dias de sua publicação. Desse modo, para cada uma delas, coletamos as notícias políticas — publicadas no Jornal Folha de S. Paulo, assumidamente contrário ao governo da petista — que circularam no dia exato da divulgação dos resultados da sondagem e de dois dias antes. Além disso, acrescentamos informações retiradas do livro “À Sombra do Poder” (2016), escrito por Rodrigo de Almeida, secretário de imprensa de Dilma Rousseff durante seu segundo governo e, portanto, testemunha dos bastidores da crise política que a tirou de seu cargo.

Outra adaptação correspondeu ao quinto movimento analítico, no qual, dentre as estratégias argumentativas analisadas, foram incluídas

as *fórmulas*, uma noção apresentada por Alice Krieg-Planke (2010) que será tratada no tópico seguinte.

A narratologia, portanto, permitiu que fossem identificados com mais facilidade o enredo construído a partir do conjunto de pesquisas de opinião pública que formavam o corpus analítico; os personagens principais dos acontecimentos — dentre eles, o próprio “povo brasileiro”, constantemente mencionado nos textos de divulgação dos resultados das sondagens; como os episódios omitidos — seja nos questionários ou nos materiais de apresentação dos dados coletados — contribuíam para uma visão equivocada de todo o contexto político que caracterizou a crise política entre os anos analisados; e a limitação do conflito dramático em torno das denúncias sobre a Petrobrás, que definiam os dois lados envolvidos na trama — Dilma e PT versus “brasileiros” — esquecendo os demais conflitos e pontos de virada de toda a narrativa.

A noção de Fórmula: inclusão de um novo conceito entre as estratégias argumentativas definidas na análise pragmática da narrativa

Conforme apontado, entre as peculiaridades das pesquisas de opinião pública como objeto estava na escolha lexical que, muitas vezes, atendia a um padrão do próprio gênero discursivo, o que dificultava uma análise sobre as intenções do emissor a partir daquele vocabulário. Além disso, muitas formulações textuais são incluídas em seus textos sem que haja um aprofundamento contextual. Por exemplo, fala-se em “Lava Jato”, mas não se explica sobre essa operação da Polícia Federal. Nesse caso, buscava-se uma forma de visualizar a seleção de palavras como estratégias argumentativas a partir de uma perspectiva que enxergasse na construção lexical uma contextualização maior dos significados dos termos empregados, propósito atendido pelo uso do conceito de Fórmula.

Krieg-Planque (2010, p. 09) esclarece:

[...] por fórmula, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir.

Retomando o exemplo apresentado sobre o termo “Lava Jato”, em outro tempo e contexto político, remeteria a um ponto comercial especializado em lavar automóveis, entretanto, quando empregado nas narrativas atuais, carrega consigo diversas outras questões cristalizadas em nosso tempo, como corrupção, ilegalidades políticas, desvio de verba, a decadência do Estado, abusos de autoridade etc.

A autora segue explicando que a Fórmula é atuante, ou seja, assim como Motta (2013), ela compreende o discurso como um dispositivo argumentativo que busca atender a determinados objetivos de quem o produz. Acrescenta ainda que a Fórmula “tem uma eficácia, ela gera um processo de aceitabilidade, ela tem como efeito tornar alguma coisa aceitável” (Krieg-Planque, 2010, p. 45). Observe que o título da pesquisa veiculada pelo Datafolha no dia 13 de abril de 2015 diz que “Por *Lava Jato*, maioria quer a abertura de processo contra Dilma Rousseff”, demonstrando uma aplicabilidade dessa capacidade da fórmula de “tornar algo aceitável”. A presidenta, em momento algum, chegou a ser formalmente acusada pelo Ministério Público por alguma ilegalidade descoberta por essa operação, sequer seu impeachment decorreu dessas contravenções, mesmo assim, em nome da *Lava Jato*, a abertura do seu processo de impedimento era aceita pela maioria dos entrevistados.

Esse ponto fica ainda mais evidente quando se observa que tal fórmula foi utilizada da seguinte maneira na pergunta que originou a manchete da sondagem mencionada: “Na sua opinião, considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da *Operação Lava Jato*, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência?”. Observa-se que o termo foi ativado na pergunta justamente para cumprir suas ca-

pacidades enquanto fórmula, que é o de recuperar as contextualizações políticas e sociais cristalizadas por elas.

O acréscimo desse conceito à concepção metodológica permitiu, portanto, observar o vocabulário — tanto do texto de divulgação das pesquisas de opinião quanto das perguntas realizadas aos entrevistados — para além de seus significados primeiros, ampliando a visão analítica de modo a possibilitar que determinados termos cumpram uma função estratégica de direcionamento de interpretação de texto. Na dissertação, houve um aprofundamento sobre cinco fórmulas encontradas: Impeachment, Petrobras, Lava Jato, Corrupção e Collor, “formulações estas que, associadas à imagem de Dilma, reforçam leituras negativas a respeito de sua pessoa e de seu governo, uma vez que se referem a transgressões de conduta — todos os termos estão vinculados à corrupção” (Brittes e Ruggieri, 2019, p. 159).

Considerações finais

A definição da triangulação metodológica se deu a partir de um olhar atento da pesquisadora e das intensas discussões no processo de orientação do estudo. Este capítulo traz um breve resumo desse percurso em busca da melhor metodologia a ser aplicada para que o objeto de pesquisa fosse contemplado, se não em sua totalidade, da maneira mais apropriada possível para atingir os objetivos elencados no projeto de pesquisa.

Ressalta-se que os procedimentos analíticos empregados na dissertação em questão foram experimentais em um corpus analítico composto de pesquisas de opinião pública, portanto entende-se a necessidade de aperfeiçoamentos metodológicos e de mais estudos direcionados a esses aspectos para estabelecer uma metodologia mais definitiva que possa atender aos estudos que se prestem a tratar as sondagens de opinião enquanto discurso — ou ato de linguagem — e que se preocupem com

seus modos de produção, divulgação e com suas influências na sociedade.

As metodologias híbridas podem se apresentar como boas opções para objetos inovadores e/ou com peculiaridades que não são atendidas por métodos já estabelecidos e consagrados por outros autores. É óbvio que o processo de “criação” de procedimentos próprios, mesmo que emprestando conceitos e técnicas desenhadas em outras metodologias, demanda muita responsabilidade e não deixa de configurar um risco no processo de pesquisa, pois, ao final, sempre existe a possibilidade de que diversos aspectos do objeto analisado não sejam contemplados da maneira mais apropriada, mas, afinal, procurar incansavelmente as melhores formas de desvendar os mistérios e responder às perguntas é a representação do fazer científico. O ideal é que a construção metodológica não se fundamente primordialmente nos desejos do pesquisador, mas naquilo que o objeto de estudo demanda. Desse modo, é imprescindível que o fenômeno observado seja intensamente explorado antes da definição dos métodos analíticos para que seja possível ouvir tudo aquilo que ele tem a dizer, encontrar todas as suas especificidades, que, alinhadas aos objetivos da pesquisa, ditarão os rumos pelos quais o estudo deve seguir.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo de. *À sombra do poder: bastidores da crise que derubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya, 2016.

BARTH, Fernanda. Mídia, política e pesquisas de opinião pública. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 26-48, jul./dez. 2007. DOI: 10.22456/1982-5269.2472

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151. Disponível em: <https://bit.ly/3m3Ap9q>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRITTES, Juçara Gorski; RUGGIERI, Ana Luísa. A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação: a campanha do instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 143-166, 2019. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v41n2p143-166.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3ulxDA3>. Acesso em: 16 out. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da Opinião Pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad.: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

DA SILVA JUNIOR, José Afonso; PROCÓPIO, Pedro Paulo; DOS SANTOS MELO, Mônica. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. *Intercom — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 31, n. 2, p. 205-221, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Wj1z3p>. Acesso em: 27 set. 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana S. Salgado e SÍrio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. *Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso*. Compolítica — Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política, 2., 2007. *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3zPSywm>. Acesso em: 15 out. 2019.

MOTTA, Luis Gonzaga. *Análise crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *Pesquisa eleitoral e clima de opinião*. *Opinião Pública*. Campinas, v. 1, n. 2, p. 74-97, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3ARP7qk>. Acesso em: 12 out. 2019.

PORTO, Mauro P. *Enquadramentos da Mídia e Política*. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS. Caxambu. 2002. *Anais [...]*. Caxambu, 22 a 26 de outubro, 2002.

RUGGIERI, Ana Luisa. *A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação: a campanha do instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff*. 2017. 166f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: UFOP, 2017.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Classificação das fontes de notícias*. In: SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3usGwYH>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

SOUZA, Cláudio André de. Antipetismo e o ciclo de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 35-51, mai. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ujeGOB>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAPÍTULO 3

A INTRIGA DO GOLPE DE 1964 EM O ARQUIDIOCESANO: ACIONAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS EM IMPRESSOS

Marcelo Sena

Introdução

Este capítulo foi escrito tendo como base a pesquisa que originou a dissertação de mestrado “Em nome do padre, do jornal e do golpe: a intriga de 1964 em *O Arquidiocesano*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPG-COM/UFOP). A metodologia utilizada buscou atender às inquietações surgidas com a leitura de textos anticomunistas presentes no jornal “*O Arquidiocesano — Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana*”, publicados durante a década de 1960.

Fundado em 1959, pelo então Arcebispo Coadjutor de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, o jornal era publicado semanalmente e poderia ser adquirido por meio de assinaturas mensais ou vendas avulsas. As assinaturas eram oriundas de dezenas de cidades que compunham a Arquidiocese de Mariana, como Viçosa, Governador Valadares, Caratinga, Juiz de Fora, Barbacena, Ouro Preto, Raul Soares, entre outras. A partir da edição 59, de 30 de outubro de 1960, o jornal anuncia a marca alcançada de seis mil tiragens por edição⁶.

A primeira publicação anticomunista do jornal *O Arquidiocesano* consta da edição 4, de 6 de setembro de 1959. O título da matéria é “Co-

⁶ A tiragem deixa de ser explicitada a partir da edição 155, de 02 de setembro de 1962.

munismo em 3 tempos”. Sem explicitar a sua autoria, o texto é iniciado pelo seguinte parágrafo:

Razão tem o Papa de continuar alertando o mundo em face do perigo comunista. A possibilidade de mais frequente comunicação entre o mundo ocidental e os países comunistas, certas táticas usadas ultimamente pelos dirigentes soviéticos para captar a simpatia das nações livres, tornam mesmo mais necessárias as advertências pontifícias (O Arquidiocesano, ano 1, edição 4, 6 de setembro de 1959).

A empreitada anticomunista do jornal se intensifica na primeira metade da década de 1960 e podem ser percebidas diferentes estruturas textuais que se enquadram nessa categoria: manchetes, editoriais, notas de rodapé, chapéus, matérias e charges. Em 7 de outubro de 1962, por exemplo, o jornal publica uma lista de candidatos aprovados pela Aliança Eleitoral pela Família (AEF) que não estariam alinhados aos ideais comunistas, para os cargos de governador, senadores, deputados estaduais e federais. As eleições ocorreram no mesmo dia.

Em 1964, o jornal apresenta um acréscimo no número de publicações anticomunistas até o mês de abril. Interessa-nos essa curva estatística pois ela pode sugerir um aumento da tensão político-social nos meses que antecedem ao golpe militar. Mais que isso, a nossa hipótese é de que a tomada de poder em 1 de abril é narrada como o evento pacificador dessa tensão, pelo qual o Brasil teria se livrado da ameaça comunista. Assim, os eventos de abril são o clímax da estória que cai logo em epílogo (Motta, 2013). Para isso, foi construída uma metodologia com base nas reflexões de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (Ricoeur, 2012) e na *Análise Crítica da Narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta (2013). A lógica narrativa de Paul Ricoeur se constrói por meio de uma “intriga”, termo absorvido da Poética de Aristóteles. A intriga ricoeuriana é uma representação da ação e da experiência humana, tecida por meio da linguagem. Ela desenvolve-se a partir de uma tríplice mimese, na qual o texto (mimese II) é a instância mediadora entre o mundo prefigurado (mimese I) e o mundo refigurado a partir da ação do leitor (mimese III).

O autor francês entende o texto como a materialização de um discurso, situado entre o mundo prefigurado do compositor da intriga e o mundo refigurado pelo leitor. Apesar disso, o autor afirma que essa inscrição do texto no que ele chama de mimesis II vai muito além de uma dimensão de enquadramento e localização (Ricoeur, 2012). É justamente a função de mediação simbólica que o texto exerce entre um mundo anterior e outro posterior à leitura que o posiciona em uma instância intermediária entre as mimesis I e III. O texto é construído, assim, em uma “operação de configuração” (Ricoeur, tomo I, 2012, p. 114). É, portanto, o ponto de partida de uma análise da narrativa escrita, já que é por meio do texto que se começa a busca pela intencionalidade discursiva do narrador.

Em busca das intencionalidades dos narradores de *O Arquidiocesano*, as técnicas utilizadas na pesquisa tiveram seu percurso metodológico construído a partir da *Análise Crítica da Narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta. O autor parte da perspectiva de que nenhuma narrativa é ingênua. Elas são dispositivos argumentativos com o objetivo de seduzir o leitor para o sentido buscado (Motta, 2013).

O universo da pesquisa, no entanto, apresenta uma vastidão de heterogêneos a serem sintetizados, pesquisados e problematizados. Entre 1959 e 1964, foram encontrados 509 textos classificados como anticomunistas. Os resultados obtidos pela *Análise Crítica da Narrativa* não seriam possíveis sem as contribuições obtidas com a codificação e categorização das unidades de registro, apreendidas da Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (2010), por exemplo.

Da monografia à dissertação

A investigação pelas páginas de *O Arquidiocesano* não começou com a aprovação, em 2018, do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPG-COM/UFOP). Desde 2012, visitamos as páginas do jornal, preservadas nos acervos do Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Mariana

e do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) para buscar vestígios da comunicação narrativa presente no jornal. Dessa investigação predecessora, extraímos informações importantes para o percurso feito no mestrado.

A principal delas é um banco de dados categorizado, composto por 2402 enunciados publicados em *O Arquidiocesano*. Foram 405 edições de jornal analisadas, entre os anos de 1959 e 1967. À época, nos interessava a frequência dos textos anticomunistas e os enunciados referentes às reformas católicas vivenciadas pela Igreja Romana, trazidas e traduzidas para os fiéis da Arquidiocese de Mariana. Além das categorizações temáticas, marcávamos também se os textos eram manchetes, se estavam ou não na primeira página, se continuavam ou não no interior da edição e em edições subsequentes.

Essa codificação nos dá, por exemplo, a informação de que entre 1959 e 1964 foram publicados 509 enunciados classificados como anticomunistas no jornal. Focamos nossa análise nos textos produzidos em 1964 como ponto de partida para compreender a intriga do golpe de 1964.

Algumas edições podem ser entendidas como pontos de virada (Motta, 2013) da intriga de 1964. Elas apresentam publicações específicas que nos ajudam a compreender a atividade narrativa desenvolvida em *O Arquidiocesano*. Para facilitar a visualização e ajudar a conduzir a catalogação do material secundário, desenvolvemos um quadro com os títulos desses pontos de virada, organizados por data.

Quadro 1 – Títulos dos pontos de virada

Data	Título	Autor	P	M	CE
09/02/1964	COMUNISMO, RELIGIÃO E PÁTRIA	Dom Oscar de Oliveira	1 e 4	Sim	Sim
05/04/1964	[ROSÁRIO COM FORMATO DE MAPA DO BRASIL COM PROJÉTIL DENTRO]	ILUSTRAÇÃO	1	Não	Não
19/04/1964	Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista	NCB — Rio	4	Sim	Não
19/04/1964	E era nisso em que Jango não acreditava...	Alberto Deodato – O Estado de Minas	3	Sim	Não
06/09/1964	Pátria	Dom Oscar de Oliveira	1	Não	Não
27/12/1964	Revolução Necessária	Dom Oscar de Oliveira	1	Não	Não

P= Página | M= Manchete | CE= Continua na edição.

Fonte: Elaboração própria

Em 09 de fevereiro de 1964, chegamos a uma das mais importantes publicações de nossa análise. A carta “Comunismo, Religião e Pátria”, assinada por Dom Oscar de Oliveira. O documento ocupa toda a página um e três colunas da página quatro. Nessa edição, a nota de rodapé da primeira página diz: “Alguém que se diga católico ligado ao socialismo ou às esquerdas, não é católico”. Na página dois, um texto com o título: “Os comunistas querem ganhar os estudantes”.

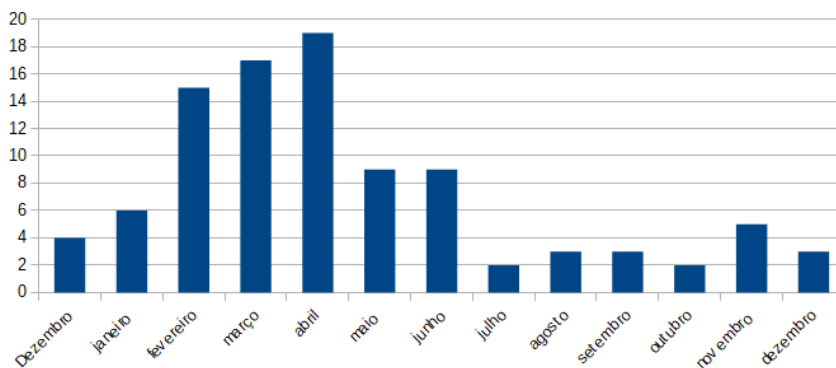
A incidência de textos com a temática anticomunista alerta sobre um aumento nas tensões narradas no jornal até abril de 1964. O jornal narra os acontecimentos da tomada de poder na edição de 19 de abril. Duas das quatro manchetes abordam diretamente o fenômeno. Na página três, “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”. Na última página, uma manchete assinada por Alberto Deodato intitula-se “E era nisso em que Jango não acreditava...”.

Depois disso, outros dois textos assinados por Dom Oscar abordam diretamente a tomada de poder e a interrupção do mandato presidencial.

Em ambos, o autor utiliza o termo “Revolução”, para referir-se ao golpe de Estado de 1964. Em 5 de setembro é publicado “Pátria” e em 27 de dezembro de 1964, Dom Oscar assina “Revolução Necessária” na primeira página de *O Arquidiocesano*.

Ainda que, qualitativamente, esses textos tenham sido selecionados para a análise da narrativa, aspectos quantitativos também podem revelar características da intriga analisada. No caso de *O Arquidiocesano*, por exemplo, as publicações anticomunistas de 1964, se classificadas por mês, geram o seguinte gráfico com os índices de incidência dos textos.

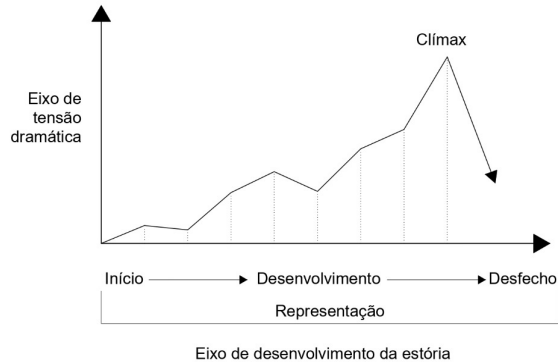
Gráfico 1 – Incidência de textos anticomunistas entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964



Fonte: Elaboração própria

Esse apelo imagético impulsiona a análise quanto ao projeto dramático desempenhado por *O Arquidiocesano* no eixo de tensão das disputas políticas de 1964. A proximidade da intriga observada no jornal ao “eixo de tensão de uma narrativa tradicional” (Motta, 2013, p. 158) é atestada se compararmos o Gráfico 1 com o Gráfico 2, apresentado por Motta, que relaciona o eixo de tensão dramática ao “eixo de desenvolvimento da estória” da narrativa tradicional. Após o clímax da estória, ocorre uma queda brusca na tensão dramática em direção ao desfecho ou epílogo.

Gráfico 2 — Eixo de desenvolvimento da estória



Fonte: Motta (2013, p. 158)

Assim surgiu a hipótese de que *O Arquidiocesano* constrói o golpe de 1964 como o clímax que tem a intervenção militar como desfecho pacificador da restauração da ordem social. Com a tomada de poder, as tensões diante de uma ameaça comunista são aliviadas dentro da narrativa do jornal e apenas alguns episódios merecem destaque sobre esse tema, como as comemorações da Proclamação da Independência do Brasil e a efeméride do final do ano, por exemplo.

Apesar disso, a performance desempenhada pelo jornal *O Arquidiocesano* na intriga de 1964 é atravessada por poderes distintos que, inevitavelmente, também se manifestam nos textos publicados pelo veículo. Por autointitular-se um jornal, estabelecer as regras de seu contrato de comunicação, cultivar suas quase cinco mil assinaturas mensais (em 1962), codificar parte de sua estrutura simbólica em uma lógica parecida com a de outros veículos, entre outras características, fazia com que o semanário buscasse, também, esse lugar ocupado pelo discurso jornalístico da época. Por outro lado, o poder transcendental e espiritual são a base fundadora do pensamento católico e estão presentes nos enunciados analisados.

Análise Crítica da Narrativa de *O Arquidiocesano*

A inscrição da narrativa jornalística no conjunto das não ficcionais se dá pela promessa que calça o próprio fazer jornalismo como o conhecemos: a busca pela verdade. Hoje já sabemos o quanto esse conceito movimentou as pesquisas nas ciências humanas e sociais. Fizemos uma caminhada, no entanto, em outra abordagem: a promessa de narrativa verídica e construída sob uma performance que ganha tal legibilidade pelo leitor do veículo nos fornece informações sobre o momento de produção desses enunciados.

Desse modo, acessamos no presente as páginas do jornal como documentos históricos de uma situação de comunicação que se estabeleceu no início da década de 1960. Nossa experiência como analistas, em 2019, nos oferece uma perspectiva diferente dos assinantes do jornal no período pesquisado. Temos acesso à obra fechada dos exemplares e podemos pesquisar os acontecimentos históricos na internet para depois lê-los no jornal. Já a experiência do leitor de *O Arquidiocesano* é mediada simbolicamente em uma negociação que tem cláusulas próprias e faz com que introduzamos o que, de fato, faz a narrativa jornalística diferente das outras. Sobre isso, argumenta Motta (2013):

O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico, invertido. Por isso, a lógica e a sintaxe narrativas só despontarão se pudermos reconfigurar os relatos como unidades temáticas, intrigas que contêm princípio, meio e final de uma história única (como aliás fazem, de maneira natural, os leitores, ouvintes e telespectadores nos atos de recepção). Reunindo informações dispersas sobre *um mesmo tema ou assunto* (que podem estar separadas por intervalos de dias, semanas ou meses no noticiário), o analista junta as pontas, encontra os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga, como o leitor faz corriqueiramente. O analista precisa reordenar temporalmente a história, configurar a cronologia do enredo que no jornalismo costuma apresentar-se invertida: a história começa muitas vezes pelo final, quando o incidente

é reportado, e só depois as causas e antecedentes são trazidos a público. Recompôr a serialidade é reorganizar o tempo narrativo no relato difuso e confuso do jornalismo, que não produz uma definição dos limites de cada estória. O analista precisa identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga (Motta, 2013, p. 96-97).

Se a narrativa tem o poder de ser a guardiã da memória, a narrativa jornalística goza do direito de ser a organizadora do tempo presente, ao selecionar os acontecimentos recentes e reapresentá-los em uma lógica própria e indiscutível. Os textos jornalísticos recebem a *cenografia* necessária para colocar na cena dos eventos os leitores que neles acreditam. Como assinala Motta, a “intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade” (Motta, 2013, p. 96).

Ao entendermos o jornalismo como fato cultural operado em uma lógica própria de configuração, nos sentimos confortáveis em aplicar o que nos diz Luiz Motta, em *Análise Crítica da Narrativa* (2013). Propor uma análise crítica requer considerar a narrativa como instância atravessada por relações de poder, controle e, por isso, como uma instância de discurso. É entender como um agente, sujeito ou, no nosso caso, o narrador (seja ele veículo, jornalista ou fonte) se manifesta em uma lógica de representação que lhe confere legibilidade e credibilidade. É pensar, portanto, como essas situações se manifestam no texto, ainda que o objetivo, muitas vezes, seja silenciá-las.

Uma intriga jornalística não se encerra em um texto. Ela é impulsionada pela mediação simbólica entre um mundo anterior e outro posterior à leitura. Por isso, circunscreve-se em uma teia de enunciados e enunciações que, cronologicamente, podem aparecer antes ou depois de uma determinada manifestação textual. “É preciso, portanto, reordenar a selvagem cronologia jornalística, encontrar os antecedentes, identificar e reposicionar as personagens, seus papéis e *funções* no desenrolar dos episódios; enfim, domar pela força da ordem narrativa o selvagem tempo jornalístico” (Motta, 2013, p. 98, grifo do autor).

Diante da complexidade de remontar a intriga do golpe de 1964 no jornal *O Arquidiocesano*, foi preciso pensar formas de sistematizar os elementos textuais que alimentam a análise. Assim, acionamos as sugestões metodológicas da *Análise Crítica da Narrativa*, de Luiz Motta. Para desenvolver os procedimentos de investigação, o autor considera que o discurso narrativo se desenvolve em três instâncias de análise: 1. plano da expressão; 2. plano da estória; e 3. plano da metanarrativa. O autor defende, no entanto, que um discurso narrativo só pode ser separado nessas instâncias para fins de sistematização e análise.

Para ele, a análise da narrativa se constrói, principalmente, com foco no plano da estória, ou seja, “na sequência das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens, seus papéis ou funções, etc.” (Motta, 2013, p. 135). Apesar disso, esse plano depende do plano do discurso (ou da expressão, da linguagem), responsável por projetar a estória e, sem o qual, não seria possível revelar as intenções comunicativas. O autor adverte, ainda, que a análise “dificilmente se completará” se não se relacionar o plano da metanarrativa (ou modelos de mundo) aos planos da estória e da linguagem. Com o intuito de compreender as especificidades e a relevância de cada instância de análise, optamos por elencá-las, ainda que de forma breve.

Plano da expressão: Consiste no plano da linguagem, ou do discurso ou, ainda, o plano de “superfície do texto” (Motta, 2013, p. 136). O autor argumenta que é nesse plano que o narrador constrói o enunciado narrativo e utiliza recursos linguísticos para apresentar ao mundo do leitor a realidade que “quer evocar, que vai plasmar a estória”. Assim, a utilização de figuras de linguagem, ênfases e tonalidades podem ser observadas como indícios das intenções comunicativas e dos efeitos pretendidos pelo narrador.

Para Motta, é nesse plano “que a análise pode identificar os usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido, tipo comoção, medo, riso, etc.” (Motta, 2013, p. 136). No caso do jornal *O Arquidiocesano*, entender as intenções e os efeitos buscados pela Arquidiocese de Mariana no processo de tomada de poder de abril de

1964, nos ajuda, portanto, a analisar as ênfases e as figuras de linguagem utilizadas nas manchetes de 19 de abril de 1964, por exemplo.

Plano da estória: Também citado pelo autor como o plano do conteúdo ou da intriga, consiste no plano da representação daquela realidade buscada pelo narrador. É, para Motta (2013, p. 137), o “plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador”. Assim, nesse plano “virtual da significação”, evoca-se uma realidade referente por meio da intriga estruturada em forma de texto.

É, portanto, o plano do universo da significação, ou da “diegese”, no qual a análise da narrativa se concentra, “sem prescindir, em nenhum momento, dos outros dois planos”. Analisar esse plano é investigar a sintaxe e a lógica narrativa. Motta (2013, p. 137) define, portanto, que é “analisar as unidades nucleares e a funcionalidade delas na estória” ou analisar as micro e macroestruturas que configuram a narrativa desse ou daquele modo no ato de contar. Assim, estabelecemos nosso ponto de partida nos textos que compõem a intriga do golpe em 1964 no jornal *O Arquidiocesano*, com o objetivo de compreender como essas estruturas textuais revelam estratégias argumentativas de seus compositores.

Plano da metanarrativa: Essa instância recebe, de Motta, o nome de fábula, tema de fundo ou modelos de mundo. Para o autor, é nesse plano em que “temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico” (Motta, 2013, p. 138).

O autor aponta que nesse plano estão as “situações éticas plasmadas” pelo narrador no momento de narrar. Como exemplo, no caso de *O Arquidiocesano*, apontamos o modelo de mundo católico que vivenciavam narradores e leitores do jornal no início da década de 1960. Como assinala Motta, explorar esse campo pode contribuir de forma significativa aos estudos sobre política e ideologia.

Pensando na indissociabilidade dessas três instâncias do discurso narrativo, construímos as bases desta análise. Assim, partimos da intriga formada pelos textos anticomunistas publicados pelo jornal *O Arquidio-*

cesano, em 1964, em busca de rastros das situações discursivas em que se inscrevem esses enunciados. Ainda que, como nos ensina Motta (2013), o plano da metanarrativa seja “menos tangível” pelos analistas, também acreditamos que a profundidade de nossas investigações possa servir de estopim para outras pesquisas sobre o modelo de mundo político, católico, midiático, narrado por *O Arquidiocesano* no início dos anos 1960.

Procedimentos operacionais para uma análise empírica

Aportamo-nos em alguns procedimentos para análises sugeridos por Luiz Gonzaga Motta. Como alerta o autor, ainda que pareça, os procedimentos apresentados por ele não configuram um “roteiro de análise”.

Cada análise de comunicação narrativa segue um caminho próprio e individual. Dependendo do esforço e fôlego do analista, algumas análises podem esgotar os procedimentos narrativos, semânticos ou simbólicos, ir além deles e extrair conclusões amplas e profundas. Outras utilizam parcialmente os procedimentos em função de seus objetivos específicos de curto prazo. Tudo depende de até onde o analista pretende chegar, que aspectos da análise pretende privilegiar, e das ilações sugeridas pelo seu próprio objeto (o texto e a comunicação narrativa em contexto) (Motta, 2013, p. 134-135).

Assim, decidimos elencar alguns desses procedimentos que julgamos relevantes a partir da relação entre pesquisadores e objeto, no nosso caso, as publicações anticomunistas de 1964 de *O Arquidiocesano*. O primeiro deles disserta sobre a composição da intriga. Já o segundo aborda o paradigma narrativo. Por fim, o sexto movimento apontado por Motta aborda as estratégias argumentativas.

1º movimento: Compreender a intriga como a síntese do heterogêneo. Para Motta, esse é o primeiro passo de uma análise fenomenológica, pensada a partir de procedimentos da narratologia pragmática. O autor

argumenta que a intriga possui uma “força aglutinadora” (Motta, 2013, p. 140) na narrativa, capaz de “colocar compreensivamente junto o que estava separado”. Essas reflexões de Motta desvelaram-se neste trabalho em duas perspectivas, ainda que assimétricas.

Na primeira (e principal) delas, observamos como os acontecimentos de 1964 são reduzidos e refigurados na narrativa do golpe de estado de 1964 presente no jornal *O Arquidiocesano*. Para isso, relacionamos os contextos sociopolíticos do Brasil da década de 1960 aos atores presentes nesse jogo narrativo e às marcas textuais encontradas nos enunciados. Refletimos, portanto, sobre como o enredo da tensão política de 1964 é reconfigurado em uma lógica própria, a partir dos eventos daquele ano. Como assinala Motta (2013, p. 140), é “preciso perceber como o enredo funciona enquanto agente organizador das partes”.

Por outro lado, ao remontarmos a intriga, reordenamos os enunciados em uma lógica que nos permita compreender as estratégias de produção de sentido arquitetadas por seus compositores. Motta alerta que toda narrativa “tem princípio, meio e final”. O autor aponta que uma investigação da comunicação narrativa só é possível quando “se conhece muito bem a estória integral e o enredo no qual ela se estrutura” (Motta, 2013, p. 140). Por isso, em algumas narrações jornalísticas, o analista precisa fazer “uma opção arbitrária” para delimitar o início, o desenvolvimento e o desfecho da situação narrativa que se pretende analisar.

Em algumas situações, o analista da narrativa jornalística (ou da internet) terá de fazer uma opção arbitrária de corte na sequência sem fim de notícias sobre algum assunto da política, economia, internacional, etc., determinando ele mesmo o início e o final da estória que pretende analisar, pois as estórias parciais relatadas a cada dia dificilmente se concluem no noticiário. Neste caso, seus cortes terão de ser muito bem justificados, considerando-se o problema da pesquisa e suas demandas. Em algumas *análises de cobertura* essa tarefa é facilitada por causa da identificação pelos próprios veículos, que costumam chamar episódios noticiosos com repercussão nacional de *casos*. Por exemplo, o *Caso Renan Calheiros*, ou o *Caso Severino Cavalcanti*,

no jornalismo político; e o *Caso Isabella Nardoni* no jornalismo policial, episódios que têm um enredo completo mais ou menos definido pela própria cobertura jornalística. Enquanto *casos*, estes episódios ou *acontecimentos-intriga*, como eu os chamo, prestam-se convenientemente a serem estudados como uma obra completa (Motta, 2013, p. 140-141).

No caso do golpe de 1964 narrado em *O Arquidiocesano*, escolhemos como início da intriga analisada a publicação “Comunismo, Religião e Pátria”, assinada por Dom Oscar de Oliveira, em 9 de fevereiro de 1964. Encontramos marcas do discurso anticomunista desde as primeiras publicações do jornal, em 1959. Apesar disso, optamos pela Carta Pastoral, por ancorarmos nossa análise nas publicações de 1964 que simbolizem pontos de virada da intriga que tem como clímax o golpe de 1º de abril.

Além de ocupar toda a primeira página e três colunas da página quatro, a carta foi aclamada na tribuna do Congresso Nacional, em 16 de fevereiro de 1964. Por meio dos índices de incidência catalogados nos bancos de dados, percebemos que, a partir de fevereiro, acontece um aumento nos textos publicados com temática anticomunista até o mês de abril.

Assim, para ilustrar o clímax da tensão que culmina no golpe (narrado no jornal como “Revolução”), analisamos a manchete “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”, publicada em 19 de abril de 1964. A matéria narra os acontecimentos da tomada de poder e exalta o braço católico do movimento golpista. Como desfecho, analisamos o texto “Revolução Necessária”, publicado na primeira página em 27 de dezembro de 1964, assinado por Dom Oscar de Oliveira.

2º movimento: Compreender a lógica do paradigma narrativo, para Motta, requer perceber que o ordenamento temporal da realidade, a partir das ideias de *começo*, *meio* e *fim*, não são provenientes da experiência, mas de “efeitos de ordenamento da intriga”.

[Ricoeur] insiste que as ideias de princípio, meio e fim são efeitos de ordenação temporal da intriga: só na intriga a

ação tem contorno, limite, duração temporal (mais lógica que cronológica), pois a intriga é o elo entre a ética (o mundo real) e a estética (o mundo imaginário) (Motta, 2013, p. 147).

Entre o real e o imaginário, ancorado em Ricoeur, Motta (2013, p. 147) defende a ideia de que a narrativa deve ser compreendida, em seu contexto comunicativo, “como um *projeto dramático* de construção da realidade”. A representação da realidade que ocorre nos jornais, por exemplo, recorre a estatutos que lhe conferem veracidade. Além disso, mesmo as narrativas ficcionais coconstroem seus sentidos com o leitor, a partir de elementos retirados da experiência humana.

Sem aprofundar nesse debate, nos concentramos nas proximidades percebidas entre a estrutura de um conto tradicional que Motta extrai de Abdala Júnior, e os índices de incidência de textos anticomunistas em 1964. A estrutura do conto tradicional sugere um gráfico, a partir da relação entre o eixo de tensão dramática (efeito sobre o leitor) e o desenvolvimento da narrativa.

No gráfico, a linha de tensão vai subindo à medida que a história se desenvolve, até atingir o pico no momento do clímax. Entre outras possibilidades, o gráfico pode ser útil para visualizar a linha de tensão nos estudos comparativos entre duas ou mais narrativas ou várias sequências de uma mesma narrativa (Motta, 2013, p.157).

Nesta análise, entendemos a intriga política de 1964 como uma mesma narrativa e vemos como clímax da tensão, diante dos contextos e cotextos, as edições do mês de abril. Os índices de incidência sugerem um aumento da tensão discursiva nas semanas que circundam o golpe de 1º de abril de 1964.

6º movimento: as estratégias argumentativas. Nesse movimento, Motta (2013, p. 196) reforça a ideia de que nenhuma narrativa é ingênua. Assim, a narrativa é um dispositivo argumentativo que “quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido”. Estudar as

narrativas é, portanto, “descobrir os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador no processo de comunicação” (Motta, 2013, p. 196).

Toda narrativa é um permanente jogo entre os efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.) mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática. As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico, mas criam incessantemente efeitos catárticos, como na ficção. A retórica dessas narrativas estimula um permanente jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor. É quase sempre polisêmica, polifônica, híbrida, transitando contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica, *realia* e poética, premissas mais verossímeis (*eikós*) ou menos verossímeis (*éndoxon*), *logos* e *mythos*. Cabe ao analista capturar as sutilezas desse jogo de contrários (Motta, 2013, p. 196-197).

Em *O Arquidiocesano*, fomos em busca de vestígios das estratégias de produção de efeitos de real perceptíveis nos enunciados publicados. Para isso, interessa-nos as personagens, os contextos e as referências de tempo e lugar encontrados nos textos. Para sistematizar a nossa análise qualitativa, foi criada uma tabela que permite analisar os textos em busca da situação de enunciação. As colunas foram criadas para valorizar os elementos buscados. Por isso, além de referenciais como data de publicação, edição e autor, é possível analisar as matérias por trechos e separar as personagens e as marcas textuais. Vemos também que um campo de observações se faz necessário para otimizarmos a interpretação dos dados, anotando as descobertas desde um primeiro olhar. O esqueleto da ficha é desenhado, portanto, da seguinte forma:

Quadro 2 — Ficha de aplicação

Título				
Data:		Edição:	Autor:	
Trecho	Estrutura	Personagem(ns)	Marca textual	Obs.
1				
2				
3				

Fonte: Elaboração própria

As vozes e personagens

Nessa etapa do trabalho, abordamos os jogos de poder entre as vozes narrativas que compõem a intriga do golpe nas páginas do jornal. Motta (2013, p. 221) classifica a narrativa como um “dispositivo discursivo que visa seduzir e envolver os sujeitos interlocutores na criação de uma representação dramática do mundo”. A essa representação, o autor dá o nome de “projeto dramático”. Assim, os interlocutores participam de um jogo de “*coconstrução* da realidade”, em que os sentidos surgem não apenas dos conteúdos, mas também “dos artifícios discursivos postos em prática em um ato comunicativo em contexto”.

O ordenamento das ações e sequências, a demarcação de episódios, a criação do suspense e de pontos de virada, a caracterização e o posicionamento das personagens, etc., foram tomados como artifícios do ato de fala narrativo. Insisto, portanto: quem narra tem sempre algum propósito, e à análise interessa descortinar este propósito e sua realização (ou não) (Motta, 2013, p. 211).

Buscar a ação comunicativa como propomos, portanto, é um movimento que coloca a atuação do narrador como protagonista da análise. Esse é, para Motta (2013, p. 221), o “agente que anuncia a narrativa, seu ato de enunciação e as *instruções de uso*” a serem repassadas ao leitor. Ao fazê-lo, o agente enunciator converte-se em “ator do discurso” daque-

la situação de comunicação específica. Assim, ainda que em constante interlocução com o destinatário, esse ator tem o “poder de voz” para “organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e instruções de uso por meio das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado” (Motta, 2013, p. 211).

Esse processo de interlocução, no entanto, está presente ainda que o destinatário seja indeterminado, como no caso dos leitores de *O Arquidiocesano* e outros mecanismos de comunicação de massa. Ela ocorre, então, em uma relação assimétrica e verticalizada de poder e hierarquia (Motta, 2013, p. 212).

Se existem, pois, disputas discursivas pelo poder de voz nos jornais, surge-nos as perguntas: *de quem são essas vozes e como elas se manifestam?* Como estamos em busca de características dos atos de enunciação que podem ser percebidos no veículo, o caminho percorrido exige que investiguemos quem são os narradores responsáveis por esses atos de enunciação. Citando Ricoeur, Motta (2013, p. 213) diz que a voz narrativa é “aquela que se dirige ao leitor apresentando-lhe o mundo”.

O Primeiro-narrador, o jornal como instituição que fala, é extradiegético: enuncia uma história da qual não tomou parte, não testemunhou nem apurou diretamente. O jornalista, Segundo-narrador, desempenha o papel de narrador intradieético, dentro da estória, porque ele apura, seleciona, dispõe e hierarquiza as ações, conflitos, personagens, cenas e enredo. A personagem, Terceiro-narrador, é um narrador definitivamente intradieético e detém menor poder de voz que o jornal e jornalistas na cadeia. Entre estes três níveis há, portanto, uma hierarquia de poder que flui de fora para dentro, do Primeiro para o Segundo-narrador, e deste para o Terceiro. O narrador principal, a partir do qual os outros dois se expressam, é o narrador-jornal (Motta, 2013, p. 225).

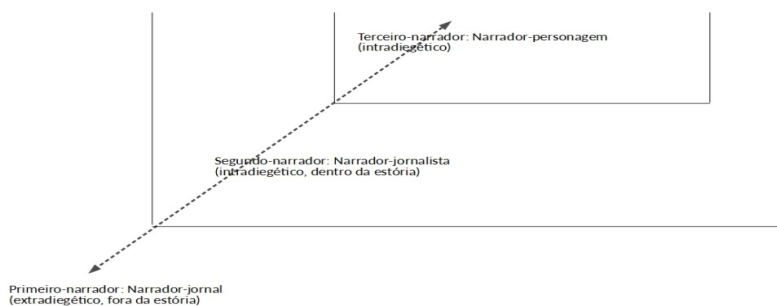
Acreditamos que o jornal *O Arquidiocesano* deve ser visto como o Primeiro-Narrador, que enuncia a história do golpe de fora, ou seja, de forma extradiegética. Ele determina os conteúdos a serem publicados,

mas não aparece como testemunha ou apurador direto dos enunciados. Os autores dos textos encontrados nas análises correspondem ao Segundo-narrador de cada enunciado. São padres, cônegos, o próprio arcebispo e outros autores que compõem a teia narrativa do jornal em 1964 e que assinam os textos, ou seja, atuam de forma intradieética, dentro das histórias contadas e apuradas por eles.

Por fim, os Terceiros-narradores são as fontes encontradas nos textos. Em prévia análise, já constatamos a presença de algumas figuras históricas da Igreja, como os Papas João XXIII, Pio XII, Leão XVI, personagens políticas como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo. Há também a presença de personagens tidas como anti-heróis, como Lenin, Marx e o presidente João Goulart. Por fim, há ainda a presença de personagens transcendentais, como Deus e o Diabo.

Como foi dito, esse jogo de vozes possui relações assimétricas de poder de fala e peculiaridades em cada situação discursiva. Nosso objetivo nessa análise passa também por compreender aspectos dessas assimetrias. Para auxiliar, recorreremos ao diagrama dos níveis de poder na narração jornalística apresentado por Motta (2013)

Figura 3 — diagrama dos níveis de poder na narração jornalística



Fonte: Motta (2013, p. 226)

O autor observa que o poder flui “predominantemente de fora para dentro, mas pode se reverter dependendo das negociações, e fluir também de dentro para fora” (Motta, 2013, p. 226). Isso é demarcado pela

escolha da linha pontilhada no gráfico. Assim, o poder simbólico de fala no jornalismo é “continuamente negociado e pode refluir de dentro para fora, dependendo do capital político de cada ator e da correlação de forças em cada situação concreta”. Motta defende que o Segundo e o Terceiro narradores possuem uma força política própria e que não são raras as artimanhas desenvolvidas por eles que “põem em prática um contrapoder em cada momento” (Motta, 2013, p. 226).

Tendo *O Arquidiocesano* como o Primeiro-narrador dessa intriga, acompanhamos Motta para compreender a performance narrativa desempenhada pelo veículo. O autor afirma que a performance do veículo tem a função de “atrair a audiência genericamente definida, *vender* a estória através de uma apresentação sedutora dos conflitos, tensões e contradições relatados nas páginas e telas” (Motta, 2013, p. 227). Há, portanto, um jogo semiótico de “atração, sedução e persuasão”, que também é atravessado por “interesses comerciais e institucionais desse narrador”. A primeira compreensão da estória ocorre com a confirmação da relação “jornal-público”.

O leitor só realiza a ação de ler se o narrador-jornal consegue persuadi-lo a *querer ler*, desencadeando a vontade de saber, o desejo de ler, ver ou ouvir os relatos noticiosos. É a partir dessa posição e no desenvolvimento dessa performance que este narrador estabelece sua relação com os jornalistas, e entre estes e as fontes (nem sempre hamônicas ou isentas de conflitos, como se costuma supor) (Motta, 2013, p. 227).

Motta (2013, p. 228) cita ainda que o poder do veículo de comunicação também é oriundo de “sua competência institucional e monopólio comercial de poder dizer, tornar públicas informações supostamente necessárias ao funcionamento da sociedade”. Esse poder é exercido também por meio da comercialização do discurso proferido. Os jornais seduzem e aguçam a curiosidade do leitor, sedimentados em um “monopólio de competência” que lhes conferem o poder de dizer.

O Segundo-narrador é a voz que “enuncia propriamente a narração”. Corresponde ao jornalista, ou autor do texto, que organiza a argumentação, ao dispor os conflitos, as ações, as personagens e as cenas. É, portanto, quem “costura a tessitura da intriga” (Motta, 2013, p. 228). Para Motta, sua performance enunciativa é tecer os fios da estória ao interpretar os papéis e as posições dos personagens em conflito.

Em uma negociação que flui tanto para cima (sua performance ocorre em uma posição subordinada ao Primeiro-narrador) quanto para baixo (na negociação com as fontes, Terceiro-narrador), ele tem o poder de converter os atores sociais em personagens da estória narrada, ao selecioná-los e posicioná-los em sua construção narrativa. No jornal *O Arquidiocesano*, buscamos a ação desse narrador, a partir das assinaturas e referências presentes nos textos. As fontes podem ser, por exemplo, protagonistas, antagonistas, heróis ou vilões das narrações, de acordo com a escolha do Segundo-narrador. Assim,

ele inclui, exclui, destaca, hierarquiza segundo seus valores pessoais, profissionais e os interesses do jornal ao qual está subordinado, que ele assimila como uma cultura profissional, e de acordo ainda com a sua *negociação* com a fonte (Motta, 2013, p. 229).

Já o Terceiro-narrador corresponde às personagens que aparecem nos textos. No caso do texto jornalístico, esse papel normalmente é ocupado pelas fontes das matérias. Motta (2013, p. 230) reforça que essas fontes são as “vozes dos atores sociais ouvidos como fontes, que vão se manifestar como personagens no interior do relato das notícias, com papéis e falas próprias”. Elas estão submetidas aos outros dois narradores, numa relação de poder de menor autonomia. Uma relativa autonomia existe, no entanto, pois as “fontes entram em relação com o jornalista desde seus próprios interesses” (Motta, 2013, p. 230).

Eles são introduzidos na intriga pelo narrador-jornalista e seus relatos “ficam embutidos na narrativa maior” (Motta, 2013, p. 230). O discurso desse narrador poderá ser mais ou menos autônomo, de acordo

com os jogos de poder envolvidos em cada situação de comunicação específica. Ao serem convertidos em personagens da intriga, esses atores sociais podem começar a “narrar como testemunhas, ganham status de personagem e voz ativa na estória”. Isso faz com que eles se transformem, também, em narradores.

Nas narrativas analisadas aqui, buscamos vestígios dessas disputas nos textos do jornal. Nosso primeiro enlaçamento está na relação entre Dom Oscar de Oliveira e *O Arquidiocesano*. Buscamos os atravessamentos entre o arcebispo e os textos publicados no jornal. Em que casos ele assina e quais outros não.

Também nos atentamos para os autores de cada texto de modo a buscar conexões, produções e influência dos personagens da história. Nesse momento, nos preocupamos tanto com os nomes que assinam os textos quanto com outras marcas que podem revelar aspectos da produção, como local e relação entre fontes e segundos-narradores.

Para isso, encontramos algumas fontes que atuam como narradores terciários envolvidos nesses jogos de poder. É o caso das personagens dos Papas que, apesar de terem posição superior na hierarquia da Igreja Católica mundial, tendem a desempenhar menos força discursiva que Dom Oscar de Oliveira ao serem todos convertidos em atores desses discursos. Outro caso é o das personagens transcendentais que, eventualmente, aparecem nos textos apresentadas em outra lógica. Sabemos também que algumas personagens antagônicas são conhecidas, como Lenin e Marx, por exemplo.

Refigurações

No histórico que enreda este capítulo, autores como Mateus Pereira (2015) pesquisam as disputas de memória sobre o golpe de estado de 1964 e a ditadura militar nos fóruns de discussão da *Wikipédia*. Boa parte das referências bibliográficas utilizadas aqui só foram alcançadas por existirem versões digitalizadas ou virtuais dos textos. A obra de Marialva

Barbosa (2010) aborda a História Cultural da Imprensa entre 1900 e os anos 2000. Documentos dos EUA abertos em 2014 revelaram a participação de Roberto Marinho na articulação do golpe de 1964. A Comissão da Verdade iniciou suas ações de reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura e ela própria foi assassinada por inanição. O livro de Motta que nos serve de referência cita o Orkut, que não existia em 1964 e não existe mais em 2019. A obra *Brasil, Nunca Mais!* (1985) aponta a participação de setores da Igreja Católica no golpe. O presidente atual da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, defende o regime militar, nega ter acontecido uma ditadura no Brasil e exalta a figura de um torturador. O Brasil vive uma cruzada obscurantista contra as universidades, a ciência e o conhecimento. As fake news tomaram conta da narrativa contemporânea...

Poderíamos continuar narrando por centenas de páginas os aspectos que julgamos necessários para traduzir a experiência temporal do momento de produção desses enunciados. Sentimos esse ímpeto pois nossa narrativa inscreve-se em (pelo menos) duas temporalidades distintas. Na primeira delas, olhamos para uma atividade performática que o jornal desenvolve em 1964, com a qual exerce, ou busca exercer, seu poder simbólico. Em outra perspectiva, fazemos acionamentos a esses enunciados de um lugar que os considera documentos históricos disponíveis em acervos e visitados no final dos anos 2010.

Desse modo, como nosso objetivo passa pelas situações de enunciação, ou seja, pelo momento de construção dos enunciados, em busca das intenções dos narradores, o mundo prefigurado ao qual damos mais atenção é o que permite e condiciona as publicações da década de 1960. Pensando assim, defendemos que tanto o olhar para as vozes narrativas quanto a análise da configuração dêitica contribuirão para sabermos “quem” escrevia “o quê”, “quando” e “de onde” na intriga do golpe.

As narrativas, entretanto, não são obras fechadas. Nem aquelas, nem esta. Hoje, enunciados da década de 1960 são guardiães de uma experiência temporal que ajuda a construir a memória acionada agora. Os cenários de disputa passam pelos campos institucional, político, midiá-

tico, social e religioso. Se, em 1960 a Igreja Católica tinha poderes políticos exacerbados na política brasileira — sendo a principal responsável pelas Marchas da Família, por exemplo —, hoje vemos um movimento evangélico protestante neopentecostal encabeçar setores do governo e promoverem a Marcha para Jesus.

Nesse sentido, Ricoeur (2012, p. 396) argumenta que o tempo humano acontece em um presente histórico, povoado pelo “ser-afetado-pelo-passado” e por seu horizonte de expectativas. O autor afirma que sua própria meditação sobre o presente histórico teve seu aporte inicial no tempo do calendário. O tempo do calendário se constitui em um terceiro tempo, entre o tempo físico e o tempo fenomenológico. Pelo tempo do calendário seria possível, portanto, demarcar a data de início e de fim de um evento ou situação de ruptura de uma ordem social vigente. Surge, assim, a ideia de momento axial, ou seja, um instante vivo e presente, responsável pelo surgimento de uma história. Configura-se em um acontecimento fundador que “supostamente inaugura uma nova era [...] senão do tempo, ao menos no tempo”.

Dessas considerações, retiramos a defesa da não existência de um único tempo, linear e intransponível, onipresente e onipotente, capaz de organizar todas as nossas vivências no mundo. Ricoeur nos diz que o tempo se torna tempo humano quando narrado. São, portanto, os nossos acionamentos às temporalidades que as mantêm vivas, ao mesmo tempo em que estão inscritos em muitas experiências temporais distintas, antes mesmo de cumprirem os objetivos para os quais eles surgiram.

Assim, o tempo como conhecemos (quase uma entidade sagrada única capaz de abarcar todos os seres humanos) não nos parece adequado para esta análise. Pensamos em *tempos*, no plural, que nos constroem e são construídos por nós, de acordo com as nossas experiências.

Mesmo o passado, que parece uma instância fechada dessas temporalidades ao abarcar, em tese, todas as coisas que *já aconteceram*, é intensamente construído no presente, sobretudo pelos acionamentos de memória que fazemos hoje. Justamente por isso, também partimos da ideia de *memórias*, no plural. Mesmo as memórias partilhadas em grupo,

ou seja, as memórias coletivas, tem características específicas dependendo do lugar de que partem e o que se busca justificar ou defender com elas. Esses acionamentos, por sua vez, só são possíveis por meio da linguagem e dependem muito de “quem fala o quê”.

Ao lembrarmos que o ato de narrar tem sempre uma instância judicatória, inscrevemos as análises de memória também em uma perspectiva discursiva. São disputas de poder que se manifestam também como disputas de discurso. Assim, é diante de um cenário de disputas pelas memórias do golpe de estado de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira que acionamos os enunciados como possíveis guardadores de vestígios de sua situação de produção.

Paul Ricoeur (2012, p. 397) também se apoia na noção de contemporaneidade que se forma a partir do “fenômeno biológico e simbólico da sequência de gerações”. Ela configura a dimensão de um “ser-em-comum” e permite que o presente histórico seja identificado como um “espaço comum da experiência”. Nesse espaço, o jornalismo adquire papel importante na construção da opinião pública, pois, gozando da função de traduzir o mundo, adquire o poder de quem tem a capacidade de falar sobre o presente. Não é, no entanto, uma situação sempre harmônica de convívio e aceitação. É um cenário de disputas discursivas, por reconhecimento, controle e, portanto, poder.

Essas disputas fazem com que pensemos também na denominação do fenômeno de abril de 1964. Enquanto forças conservadoras insistem em chamar o golpe de revolução, nossa discussão percorreu os caminhos das participações midiáticas e religiosas no clima que culmina no golpe. Dreifuss (1981) introduz o termo civil ao evento então denominado golpe militar de 1964. Em 2014, Juremir Machado (Silva, 2014) defende o termo midiático-civil-militar, evidenciando a participação de setores da imprensa na desestabilização do governo João Goulart. Ainda que ele não se atente à complexidade do trabalho do jornalismo que narra Marialva Barbosa, sua argumentação quanto à denominação do evento é validada pela investigação de Carlos Fico (2004), em *Além do Golpe*,

ao referenciar matérias como as de O Globo e os editoriais do Correio da Manhã.

Diante do vasto universo da pesquisa, a análise não se encerra em uma dissertação de mestrado ou capítulo de livro. Nas projeções de nosso percurso analítico, figuram problematizações adjacentes à questão central da pesquisa abordada aqui. Sabemos da dificuldade de ter fôlego para investigar todo o material disponível, mas alguns gatilhos de nossas próximas preocupações podem ser adiantados: a personificação da ameaça comunista nas charges de *O Arquidiocesano*; os papéis desempenhados pelas personagens transcendentais presentes nos textos (Deus e o Diabo, por exemplo); e a tentativa de delimitação do lugar da mulher nos textos anticomunistas do jornal.

Em suma, diante de todos os poderes que nos atravessam e atravessam nossas narrativas hoje, são buscados vestígios das manifestações do poder simbólico que podemos perceber em *O Arquidiocesano* ao remontarmos a intriga do golpe de 1964. Defendemos, por fim, que a memória oriunda das violências da tomada de poder e da ditadura estão mais vivas que nunca.

Esta narrativa, por sua vez, não é ingênua e é a materialização de uma argumentação por meio de um texto — neste caso, por meio de um capítulo de livro. Isso propicia que deixemos alguns rastros de nossas defesas também nos caracteres escolhidos para compor a análise. Nem sempre intencionais, decidimos, ao final da dissertação, evidenciar alguns vestígios sobre nossas escolhas que deixamos transparecer de propósito. Por exemplo, tensões relacionadas à denominação do evento.

Antecipando-nos à disputa sobre os termos “golpe militar”, “golpe civil-militar” ou “Revolução”, estacionamos nosso argumento no termo “golpe” grafado com letra minúscula. Trata-se de uma escolha pois defendemos que golpes que vertiginem a democracia (como os de 1964 e 2016, por exemplo) não mereçam qualquer reconhecimento e exaltação. Vemos, todavia, que suas demais denominações (civil, empresarial, midiático, religioso etc.) são importantes, inclusive para responsabilizarmos todos os envolvidos no processo.

Referências

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Luiz G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Unb, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*. Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. DOI: 10.1590/0104-87752015000300008

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomos I, II e III. SP: Martins Fontes, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

CAPÍTULO 4

ANALISANDO DADOS MÚLTIPLOS EM PESQUISA DE RECEPÇÃO RADIOFÔNICA: O USO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA COMO PERSPECTIVA PARA PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO

Rafael Medeiros

Introdução

Este capítulo apresenta a perspectiva metodológica concebida para realização da pesquisa de recepção que culminou na dissertação intitulada “O rádio e a cidade patrimônio: experiências de escuta, localismo e migração nos discursos de ouvintes ouro-pretanos” (Medeiros, 2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O foco do recorte que se desenrola nas próximas páginas está no uso do protocolo analítico dos dados — Análise Textual Discursiva (ATD) —, entretanto, a matriz multimetodológica que gerou os dados híbridos analisados também será apresentada para o entendimento integral das etapas trilhadas.

A pesquisa desenvolvida partiu do entendimento que o rádio local tem a capacidade de reforçar laços culturais, organizar a vida diária, perpetuar tradições e demarcar temporalidades. Ele aproxima as zonas rurais das urbanas, faz a população ser ouvida e se ouvir, é parte do cotidiano das pequenas cidades em hábitos de escuta compartilhados entre

gerações. Desde 1973, a Rádio Itatiaia Ouro Preto⁷ desempenha esse papel na cidade patrimônio⁸, buscando construir um elo bastante próximo com a população ouro-pretana que se vê representada pela emissora.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi explorar discursos de ouvintes da Rádio Itatiaia Ouro Preto sobre aspectos que envolvem o lugar social, memorial e tecnológico das experiências de escuta radiofônica, as dinâmicas do localismo nas características da emissora ouro-pretana e verificar as expectativas da audiência em meio à migração da rádio do AM para FM⁹.

Para Ronsini (2014), as teorias representam um guia de perguntas e respostas que ajudarão a construir um caminho de pesquisa, porém as configurações são traçadas a partir do desenvolvimento, a partir da empiria do caminhar. Os instrumentos de pesquisa foram definidos com base na percepção de mutabilidade dos objetos estudados e nas demandas exigidas por uma pesquisa de recepção. O trabalho desenvolvido teve sustentação multimetodológica, dividida em duas etapas: a primeira buscou entender como a Rádio Itatiaia Ouro Preto se constituiu e se inseriu na vida cotidiana da cidade e as ações referentes ao seu processo de migração para FM; a segunda etapa, central na pesquisa de recepção, averiguou diferentes vertentes da relação do ouvinte com a emissora. A definição dos procedimentos foi realizada com base nos objetivos da pesquisa, na possível relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica e nas respostas buscadas para o problema de pesquisa a cada passo.

⁷ A história da Rádio Itatiaia Ouro Preto teve início oficialmente no dia 27 de abril de 1974, quando a emissora foi inaugurada com o nome de Rádio Cultura de Ouro Preto, sendo a primeira legalizada da cidade (Marinho, 1982). Antes disso, a emissora operou em caráter experimental desde 1973. Outras informações podem ser encontradas na pesquisa que originou este capítulo (Medeiros, 2019).

⁸ O termo “cidade patrimônio” referencia o reconhecimento da cidade de Ouro Preto como patrimônio da humanidade, sendo a primeira propriedade cultural do Brasil tombada pela UNESCO, em 1980.

⁹ Apontado como um projeto concebido para salvar as emissoras AM da estagnação mercadológica e tecnológica, o processo de migração foi iniciado em 2013 pelo Governo Federal, após estudos de viabilidade técnica. A partir da liberação dos canais de TV que passaram para o modelo digital foi possibilitada a ocupação desses espaços pelas rádios AM. Mais de 90% das emissoras solicitaram a adaptação de outorga para FM. O processo tem previsão para conclusão em 2022.

Considerando que a ótica sociodiscursiva dos estudos de recepção “trata do discurso dos sujeitos a partir de enfoques que se dedicam à análise dos discursos sociais, que emanam da mídia e dos receptores, ancorados em um contexto social” (Jacks *et al.*, 2017, p. 16), a pesquisa utilizou o método de Análise Textual Discursiva (ATD), buscando a interpretação, categorização e o agrupamento dos dados estruturados. Desenvolvida pelo professor Roque Moraes e usada em diferentes áreas do conhecimento, “a análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (Moraes e Galiazzi, 2006, p. 118).

Tencionando explorar as diversas possibilidades da pesquisa de recepção, o uso do método da Análise Textual Discursiva, em combinação com outras técnicas já exploradas nas pesquisas de comunicação, de rádio e de recepção midiática — como entrevistas, pesquisa documental e escuta sistematizada da programação —, possibilitou captar os discursos dos receptores sobre seus modos de escuta e sua relação com a Rádio Itatiaia Ouro Preto, ao passo em que observa a relação desses sujeitos com a mídia em seu contexto histórico, social, cultural e tecnológico.

Primeira etapa: as ondas do rádio em meio à neblina de Ouro Preto

No início da investigação, foi realizada uma pesquisa documental na Biblioteca Pública de Ouro Preto e na hemeroteca da Biblioteca Nacional que constatou a existência de poucos dados que pudessem explicar a constituição da Rádio Itatiaia Ouro Preto, sendo necessário, então, buscar pessoas que contribuíram de maneira direta para a concepção e efetivação da emissora. A busca pelo histórico da emissora em jornais da época, na sede da rádio e em conversas informais com jornalistas levou ao nome da primeira secretária, Maria Nazaré Oliveira, que indicou ou-

tros sujeitos que poderiam contribuir com as informações procuradas¹⁰. Assim, após a localização desses informantes, foram realizadas entrevistas baseadas na história oral com o objetivo de identificar as características fundantes da então Rádio Cultura de Ouro Preto e descrever a conjuntura da mídia ouro-pretana daquela época. O uso desse método para recuperação histórica da emissora se mostrou útil na “obtenção de dados sobre o passado, inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza, como os escritos, os iconográficos e os audiovisuais” (Ribeiro, 2015, p. 75).

As entrevistas foram feitas com o primeiro jornalista e programador da emissora, Maurílio Torres; com a primeira secretária, Maria Nazaré Oliveira, e com o bispo emérito Francisco Barroso Filho (Dom Barroso), incentivador da rádio nos primeiros anos da emissora. A escolha desses três sujeitos pode ser justificada pelo entendimento de que “os depoimentos ajudam a recuperar informações sobre fatos e processos que só podem ser conhecidos pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou daqueles que os presenciaram de alguma maneira” (Ribeiro, 2015, p. 75).

Considerando, ainda segundo Ribeiro (2015, p. 75), que “o ideal é ouvir, ao lado das personalidades e grandes lideranças, profissionais ligados à ponta do processo produtivo e que possam testemunhar os fatos e os processos de diferentes perspectivas”, os entrevistados forneceram à pesquisa um panorama dos modos de produção, modelo de programação e da inserção da rádio na comunidade de Ouro Preto nos primeiros anos de funcionamento, o que foi complementado pela pesquisa documental. Essa recuperação histórica em contextualização com o cotidiano dos sujeitos foi importante, pois

apreender somente o tempo presente pode significar ocultar a conexão com as apropriações pretéritas das tecnologias ao longo de gerações, privilegiando as apropriações

¹⁰ Em entrevista ao pesquisador: “Ele [Maurílio Torres] morava ali de frente o Correio, na subida, pra cima do Fórum, de frente mesmo o Correio, acho que ele mora lá até hoje. Mas ali se você perguntar, se ele morar, o pessoal vai saber ou que paradeiro ele tomou. Mas ele deve morar ali ainda, ele já deve estar aposentado” (Oliveira, 2018).

espaciais. Esconde-se o que o espaço tem de tempo, isto é, esconde-se o lugar (Ronsini, 2018, p. 113).

Além das entrevistas e da busca documental, nessa primeira etapa também foram utilizados dados gerados como parte da pesquisa coletiva do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), sobre o impacto do processo de migração do rádio AM para FM. Tal pesquisa teve coordenação das professoras Nair Prata (UFOP) e Nélia Del Bianco (Universidade de Brasília — UnB), envolveu investigadores e emissoras migrantes de todo o Brasil e explorou o caminho do fenômeno da migração por meio da análise do processo, sustentabilidade, audiência e impacto no conteúdo, programação e estratégias de relacionamento com a audiência (Prata e Del Bianco, 2018). A Rádio Itatiaia Ouro Preto foi uma das emissoras participantes e as respostas dadas em questionário específico da pesquisa foram incorporadas ao longo da análise. Complementarmente à aplicação do questionário, foi feita uma entrevista semiestruturada com o diretor promocional da Rádio Itatiaia de Ouro Preto, Daniel Pedrosa, para entender os detalhes internos do processo de migração.

Sob a ótica das vertentes incluídas na pesquisa do GP Rádio e Mídia Sonora foi possível verificar de maneira completa os aspectos da mudança feita na emissora que puderam ser comprovados e complementados pela entrevista e pela audição sistematizada da programação durante quatro semanas, entendendo que a amplitude e o ineditismo do fenômeno de migração têm reflexos também nas práticas de produção. A audição sistematizada consiste na ordenação de dias e horários distintos de acompanhamento da programação da emissora para verificar a grade como um todo e possíveis rupturas e continuidades no decorrer da programação.

As entrevistas transcritas, a audição sistematizada, o questionário aplicado, além dos documentos e de reportagens jornalísticas sobre o rádio ouro-pretano encontradas durante a busca documental, geraram dados textuais que foram aproveitados tanto na teorização do objeto

estudado quanto na análise propriamente dita, em uma associação dialógica com os discursos dos ouvintes que foram captados na etapa mais complexa, descrita a seguir.

Segunda etapa: quem ouviu rádio na cidade patrimônio?

Considerando a natureza empírica dos estudos de recepção, foi preciso inicialmente definir quais seriam os participantes da pesquisa diante de um público já reconhecidamente grande da emissora na cidade de Ouro Preto e como seriam obtidas as respostas buscadas pela investigação. Com a reflexão de que os sujeitos desse processo seriam os ouvintes da Rádio Itatiaia Ouro Preto de maneira geral, não foi definido um número específico de participantes ou a segmentação da amostra, sendo a pesquisa feita sob a ótica de um público que se ofereceu para participar ou uma amostra por conveniência. O uso da técnica amostral por conveniência é comum em estudos de diversas áreas do conhecimento e “consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível. Ou seja, os indivíduos empregados nessa pesquisa são selecionados porque eles estão prontamente disponíveis, não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico” (Ochoa, 2015). Para os anseios do estudo, a técnica tem aplicabilidade, já que as entrevistas foram realizadas com ouvintes voluntários.

A busca pelos ouvintes

Para o entendimento inicial do comportamento da audiência da Rádio Itatiaia Ouro Preto em suas experiências de escuta, uso de dispositivos receptores de rádio, percepções sobre a emissora e sobre o processo de migração, foi elaborado um questionário online a partir da ferramen-

ta Google Formulários¹¹. A divulgação do formulário foi feita na programação da rádio, na página do Facebook da emissora e em jornais impressos de Ouro Preto.

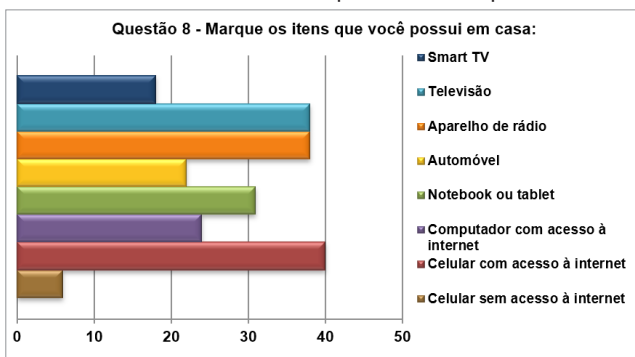
O questionário obteve retorno de 47 ouvintes que registraram suas respostas em oito seções com temas específicos de acordo com os objetivos da pesquisa. Os dados foram visualizados em planilha e gráficos estruturados pela própria ferramenta Google Formulários, entretanto a tabulação de dados gerada automaticamente foi verificada manualmente e adaptada em formato compatível com a análise das respostas obtidas nas entrevistas. A planilha apresenta linha a linha as respostas de cada um dos ouvintes, já os gráficos dão a dimensão compactada das respostas.

As questões que compuseram o questionário foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e nas informações já coletadas na primeira etapa. As seções buscaram identificar os respondentes no âmbito socioeconômico e territorial; indicar as formas de consumo radiofônico dos ouvintes, incluindo tipos de dispositivos utilizados e conteúdos preferidos; verificar a relação entre os respondentes e a Rádio Itatiaia Ouro Preto, como tempo de sintonia e forma de escuta; examinar as reações iniciais dos ouvintes sobre a ida da rádio para FM. Foi colocado, ainda, um espaço para receber os dados dos ouvintes interessados em participar da entrevista.

Todas as questões foram estruturadas com base em algum interesse da pesquisa. Como exemplo, entre os aspectos socioeconômicos que influenciam diretamente no modo de consumo de rádio está aquele que indica os bens de consumo duráveis que os ouvintes possuem, por isso foi uma questão incluída no questionário com resultados apresentados no gráfico seguinte:

¹¹ O questionário foi disponibilizado por 113 dias e teve o endereço divulgado por meio de spots veiculados diariamente na programação da Rádio Itatiaia Ouro Preto.

Gráfico 1 — Bens duráveis que os ouvintes possuem



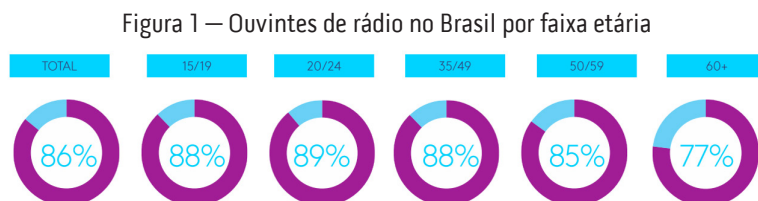
Fonte: Medeiros (2019).

Os bens incluídos na questão são aqueles que poderiam indicar de alguma maneira variações no consumo de rádio dos ouvintes da Rádio Itatiaia Ouro Preto. Por exemplo, os ouvintes possuírem celulares, notebooks, computadores e aparelhos de televisão conectados à rede mundial de computadores pode ser um indicador do consumo de rádio via internet. São necessários estudos complementares para indicar essa relação, uma vez que os hábitos de escuta não dependem apenas de fatores tecnológicos ou de consumo.

Nesse sentido, com a expectativa de obter uma análise mais aprofundada, a pesquisa também utilizou dados gerados por terceiros em combinação com as respostas. Como exemplo, as informações obtidas no questionário sobre a faixa etária dos ouvintes da Rádio Itatiaia Ouro Preto foram cruzadas com dados do Kantar Ibope Mídia, para identificar que, em detrimento de hipóteses prévias, considerando a tradicionalidade da rádio e as transformações do meio, há um equilíbrio entre os ouvintes com mais de 40 anos (51%) e aqueles que estão com menos de 40 anos (49%), sendo possível inferir que o hábito de escuta da Rádio Itatiaia Ouro Preto vem sendo passado entre as gerações de ouro-pretanos.

Pesquisa do Kantar Ibope Media mostra que os jovens não estão deixando de ouvir rádio, já que 89% das pessoas entre 20 e 24 anos afirmaram ter ouvido rádio nos 90 dias anteriores à pesquisa do Instituto.

Essas informações são pormenorizadas na imagem seguinte, que mostra as faixas etárias e a porcentagem de pessoas consultadas que ouviram rádio no período considerado pela referida pesquisa.



Fonte: Adaptado de Kantar Ibope Media (2018), por Medeiros (2019).

Para o método de Análise Textual Discursiva, o corpus da pesquisa não é constituído dos sujeitos, mas sim qualquer dado textual qualitativo que o pesquisador julgue importante para compor a investigação. Desse modo, os dados obtidos a partir dos questionários foram aprofundados e substanciados nas entrevistas, que também puderam pormenorizar questões teóricas específicas. Estudos de recepção e consumo midiático em geral têm por particularidade discorrer sobre uma realidade com base na vivência de alguns sujeitos, buscando nos seus discursos ou nas relações sociais as respostas para as formas de consumo midiático. Todos os dados coletados até essa fase da pesquisa ajudaram a estruturar as questões das entrevistas.

Definindo o corpus da pesquisa

Dos 47 respondentes ao questionário, 18 se interessaram em participar das entrevistas inicialmente, porém, após os contatos, foram realizadas efetivamente sete entrevistas, já que as demais pessoas não foram encontradas ou revogaram a decisão de responder nessa etapa. O número de entrevistados, selecionados então por meio de amostra por conveniência, foi suficiente para a obtenção das respostas buscadas em

conjunto com os dados obtidos a partir do questionário e das fases iniciais do estudo, como a pesquisa bibliográfica, as entrevistas de história oral e a busca documental.

O uso de diferentes técnicas de coleta de dados em complementaridade permitiu confirmar ou negar hipóteses, as entrevistas aprofundaram impressões tecidas a partir da inserção do pesquisador no cotidiano da cidade e colaboraram para o entendimento das complexas conjecturas sociais de um município como Ouro Preto. As entrevistas foram agendadas por telefone informado no questionário e realizadas nas casas ou no local de trabalho de cada um deles. Com a intenção de tratar de assuntos de natureza mais pessoal, como memórias e afetos, a escolha do local de realização foi definida pela pessoa entrevistada para que ela se sentisse à vontade. O quadro que se segue apresenta alguns dados iniciais dos ouvintes entrevistados:

Quadro 1 – Identificação dos ouvintes entrevistados

Nome	Gênero	Idade	Ocupação	Bairro
Ana Luisa Reis	Feminino	27	Jornalista	Água Limpa
Conceição Aparecida da Mata	Feminino	53	Professora	Tavares
Euclides José Gomes	Masculino	52	Pedreiro	Saramenha
Geraldo Antônio Gomes	Masculino	53	Pedreiro	Saramenha
Maria Aparecida Albergaria	Feminino	78	Costureira	Rosário
Fátima da Silva Paiva	Feminino	46	Agente legislativo	Antônio Dias
Vicentina Rosa de Oliveira	Feminino	52	Costureira	Tavares

Fonte: Medeiros (2019)

Mesmo que não tenha sido fator determinante para a seleção dos entrevistados, os sujeitos que fazem parte dessa etapa da pesquisa são de cinco bairros diferentes da cidade, o que reforça a aceitação dos depoimentos como representativos dos ouvintes de forma geral. As variadas profissões ajudam a demonstrar a abrangência da Rádio Itatiaia Ouro Preto em termos sociais, porém a faixa etária dos entrevistados, seis de-

les com mais de 45 anos, não reflete os dados obtidos pelo questionário, que apresentou equidade na divisão dos ouvintes entre faixas etárias.

As questões definidas para as entrevistas partiram da observação dos dados do questionário, mas não se limitaram a eles. Com tais dados foi possível estruturar o roteiro de entrevista em quatro grandes blocos, sendo o primeiro denominado “experiências de escuta”, com o objetivo de entender os modos de consumo de rádio dos ouvintes, como foi construído socialmente o ato de escuta e como esses modos estão sendo modificados ao longo dos anos; o segundo bloco buscou entender as produções de sentido apreendidas na relação cotidiana do ouvinte com a Rádio Itatiaia Ouro Preto; as questões do terceiro bloco se conectaram às anteriores, mas diferiram ao procurar identificar questões mais tangíveis da relação entre emissora e ouvinte; o último bloco abordou especificamente as percepções a respeito da migração da rádio para FM. Como se trata de entrevistas semiestruturadas, o roteiro serviu como “um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Lüdke e André, 1986, p. 34). Dessa forma, existiram questões mais ou menos exploradas ou nem sequer interpeladas a depender do desenvolvimento da conversa.

As entrevistas foram conduzidas guiando os entrevistados pelas temáticas do roteiro, mas deixando-os à vontade para expor suas memórias e suas opiniões, possibilitando ao pesquisador “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo [...] desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 134). Isso justifica o tempo dessemelhante entre as entrevistas, a mais extensa foi feita com o ouvinte Geraldo Antônio Gomes e teve duração de 1 hora, 23 minutos e 57 segundos, já a mais curta, com a ouvinte Ana Luisa Reis, teve duração de 29 minutos e 42 segundos. Embora de duração e profundidade variadas, todas as entrevistas ofereceram dados e pontos de vista relevantes que ajudaram a obter os resultados propostos pela investigação.

O roteiro com os blocos de questões serviu como guia para essa fase, que teve como base os dados obtidos por meio dos questionários, porém

esses dados puderam ser modificados a partir da instrumentalização do tratamento qualitativo por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), uma vez que esse método analítico considera não apenas os documentos gerados pela pesquisa, mas também aqueles previamente existentes e incorporados ao estudo (Moraes e Galiazzi, 2016).

Análise dos dados múltiplos: o que em palavras se exprime

A matriz multimetodológica pensada para a pesquisa gerou um número vultoso de materiais e proporcionou diferentes caminhos de análise. Buscando uma interseção dos elementos dispersos nesses variados caminhos da pesquisa de recepção sociodiscursiva é que o método da Análise Textual Discursiva se apresentou como uma alternativa capaz de possibilitar o entendimento das complexas mediações tecnológicas, cognoscitivas, situacionais e institucionais presentes nas relações entre os ouvintes e a migrante Rádio Itatiaia Ouro Preto. Concordando com Moraes e Galiazzi (2016, p. 33), a “pesquisa qualitativa pretende chegar a interpretar os fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa” dos textos já existentes ou do material de análise produzido a partir de observações e entrevistas. A base qualitativa da pesquisa tomou, desse modo, as entrevistas como elementos centrais da investigação, mas não desprezou nenhuma outra unidade de sentido gerada anteriormente por meio de outras técnicas.

Este tópico tem por objetivo demonstrar as etapas da Análise Textual Discursiva realizadas na interpretação dos dados qualitativos no estudo, a partir de um extrato de duas das entrevistas realizadas. As etapas exemplificadas aqui foram feitas com cada uma das sete entrevistas transcritas.

O primeiro passo foi transcrever os áudios de todas as entrevistas (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 — Fragmento 1 de transcrição de áudio de entrevista

Lá em casa tinha um rádio que só tocava de noite, porque a luz era muito ruim e de dia ficava muito fraca. Quando era à noite a luz melhorava e a gente ouvia rádio, porque de dia não tinha jeito, não porque o negócio parecia mais uma caixa de marimbondo, mas o rádio tava ligado. Hoje eu uso aquele ali, o rádio mesmo.

Fonte: Medeiros (2019)

Quadro 3 — Fragmento 2 de transcrição de áudio de entrevista

Era um rádio tipo um caixotinho, era um caixote assim de madeira com dois botões: um pra ligar e o outro pra trocar a faixa. A antena ficava num bambuzinho lá fora, pra fazer ficar bom, colocava a antena lá em cima e pegava, não chiava nem nada. E ficava na sala, aí a gente ouvia, os vizinhos que não tinham rádio iam lá e ouviam. Depois, o tempo passou, e meu primo chegou lá com um toca-discos. Você já ouviu falar de toca-discos, né? Era vinil, né?, desse tamanho, e ele colocava lá numa caixinha assim também e tampava, pegava a tampa assim e punha em cima e a gente ficava ouvindo. Era bom demais.

Fonte: Medeiros (2019)

Com os áudios já transcritos, os textos foram fragmentados em unidades de sentido. Essa etapa é chamada de *unitarização* ou desmontagem dos textos e “implica examinar os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 33). A fragmentação dos textos (áudios transcritos) de cada um dos entrevistados foi feita em planilha específica. Cada unidade foi codificada, reescrita e recebeu palavras-chave que ajudaram, na etapa seguinte, a estabelecer relações entre os textos de cada um dos entrevistados. As palavras-chave foram definidas com base no texto transcrito, nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico estabelecido de antemão. Como as interpretações analíticas propostas partiram de teorias emergentes da própria pesquisa, é importante ressaltar que, no avançar da análise, as categorias e palavras-chave puderam ser revistas, já que “o momento interpretativo, ainda que derivando da descrição e se prendendo à realidade empírica, constitui abstração e afastamento da realidade imediata investigada [...] no sentido de expressar novos entendimentos e construções teóricas produzidas na pesquisa” (Moraes e Galiazzi,

2016, p. 123). Os Quadros 4 e 5 exemplificam a fase de unitarização aplicada à pesquisa. Nesse caso, o Sujeito 5 (S5) é Maria Aparecida e o Sujeito 7 (S7) é Vicentina, conforme consta na reescrita.

Quadro 4 — Exemplo 1 da fase de unitarização da Análise Textual Discursiva

Código	Unidades de sentido	Reescrita	Palavras-chave
S5.1	Lá em casa tinha um rádio que só tocava de noite, porque a luz era muito ruim e de dia ficava muito fraca	De acordo com Maria Aparecida, antigamente ela tinha um rádio que só funcionava bem à noite porque durante o dia a energia elétrica era fraca.	Memória
S5.2	Quando era à noite, a luz melhorava e a gente ouvia rádio	Segundo Maria Aparecida, antes ela ouvia rádio à noite porque a energia elétrica era melhor.	Dificuldade na sintonia
S5.3	Porque, de dia, não tinha jeito, não, porque o negócio parecia mais uma caixa de marimbondo, mas o rádio tava ligado	Segundo Maria Aparecida, o rádio, durante o dia, tinha muitos chiados, mas mesmo assim ele ficava ligado o tempo todo.	Tipo de escuta
S5.4	Hoje, eu uso aquele ali, o rádio mesmo.	Segundo Maria Aparecida, hoje ela escuta rádio pelo aparelho tradicional.	Tipo de aparelho

Fonte: Medeiros (2019)

Quadro 5 — Exemplo 2 da fase de unitarização da Análise Textual Discursiva

Código	Unidades de sentido	Reescrita	Palavras-chave
S7.1	Era um rádio tipo um caixotinho, era um caixote assim, de madeira, com dois botões: um pra ligar e o outro pra trocar a faixa	Segundo Vicentina, o primeiro aparelho de que ela se recorda de ter ouvido rádio foi um de madeira, parecido com um caixote, com apenas dois botões, um para ligar e outro para selecionar a rádio.	Tipo de aparelho
S7.2	A antena ficava num bambuzinho lá fora, pra fazer ficar bom, colocava a antena lá em cima e pegava, não chiava nem nada.	Segundo Vicentina, era preciso colocar a antena fora da casa, em um lugar mais alto, para a sintonia do rádio ficar boa.	Dificuldade na sintonia
S7.3	E ficava na sala, aí a gente ouvia, os vizinhos que não tinham rádio, iam lá e ouviam.	De acordo com Vicentina, a família se reunia para ouvir o rádio, que ficava na sala e até mesmo os vizinhos iam a sua casa para ouvir.	Influência da família
S7.4	Depois, o tempo passou, e meu primo chegou lá com um toca-discos.	De acordo com Vicentina, com o passar dos anos, o aparelho foi substituído por um toca-discos.	Tipo de aparelho
S7.5	Era vinil né, desse tamanho, e ele colocava lá numa caixinha, assim também, e tampava, pegava a tampa assim e punha em cima e a gente ficava ouvindo. Era bom demais.	Segundo Vicentina, o novo aparelho tinha suporte para vinil e ela gostava de ficar ouvindo os discos.	Sentimento em relação ao rádio

Fonte: Medeiros (2019)

As unidades de sentido e palavras-chave variam de acordo com o corpus textual da pesquisa e com as percepções do pesquisador. No processo de unitarização, o pesquisador “precisa estar constantemente atento à validade das unidades que produz. Os objetivos da investigação, o problema e as questões de pesquisa ajudam a construir essa validade” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 137).

A partir da composição das categorias iniciais (palavras-chave), foi possível estabelecer relações entre os elementos unitários que foram agrupados para a determinação das categorias intermediárias e finais. Ao chegar à etapa de *categorização* intermediária, o pesquisador já terá um entendimento conjuntural da análise, o que facilita o estabelecimento das conexões em categorias mais específicas e aproximadas da etapa final. É preciso considerar na categorização que “categorias podem ser concebidas como aspectos ou dimensões importantes de um fenômeno que o pesquisador decide destacar quando trabalha com esse fenômeno. São opções e construções do pesquisador, valorizando determinados aspectos em detrimento de outros” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 139).

O quadro a seguir mostra algumas categorias iniciais e seus agrupamentos nas categorias intermediárias. Os agrupamentos são feitos, sobretudo, com base nos novos entendimentos e construções teóricas produzidos na investigação, que serão condicionados nas categorias finais e no metatexto. “Cada categoria corresponde a um conjunto de unidades de análise que se organiza a partir de algum aspecto de semelhança que as aproxima. As categorias são construtos linguísticos, não tendo por isso limites precisos” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 139). No trabalho originário deste capítulo, a transcrição foi fragmentada em 407 unidades de sentido, 46 categorias iniciais e 12 categorias intermediárias.

Quadro 6 — Organização da categorização inicial em intermediária

Categorias iniciais	Categorias intermediárias
Memória	Memória
Primeira escuta	
Tipo de aparelho	
Ouvir coletivamente	Experiência de escuta
Ouvir no trabalho	
Tipo de escuta	
Sentimento em relação ao rádio	Afeto
Reunir para ouvir rádio	
Influência da família	

Fonte: Medeiros (2019)

Essa etapa busca “constituir relações entre as unidades de base combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 34). A formação dos conjuntos depende também dos objetivos da investigação e dos pressupostos já assumidos no decorrer do trabalho. Como exemplo, no estudo as categorias iniciais (palavras-chave) “reunir para ouvir rádio” e “ouvir coletivamente” têm sentidos diferentes e por isso foram agrupadas em categorias intermediárias distintas: “ouvir coletivamente” diz respeito a um modo de escuta radiofônica que pode acontecer apenas por dois ou mais sujeitos estarem em um ambiente com rádio ligado e, por isso, está presente na categoria “experiência de escuta”, já a categoria inicial “reunir para ouvir rádio” produz sentido de afeto, de ouvir rádio junto com familiares, com vizinhos ou como memória da família reunida para escutar rádio. Dessa forma, a interpretação do pesquisador e o entendimento contextual da entrevista e da vivência do entrevistado são elementos importantes e válidos para definir as categorias e dar sentido ao texto. Os Quadros 7 e 8 indicam essas categorias construídas a

partir da relação entre unidades de sentido verificadas através das falas de Maria Aparecida (S5) e Vicentina (S7).

Quadro 7 – Exemplo 1 – Categorias inicial, intermediária e final do processo de ATD

Código	Reescrita	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Categoria Final
S5.1	De acordo com Maria Aparecida, antigamente ela tinha um rádio que só funcionava bem à noite, porque durante o dia a energia elétrica era fraca.	Memória	Memória	Experiência de escuta
S5.2	Segundo Maria Aparecida, antes ela ouvia rádio à noite porque a energia elétrica era melhor.	Dificuldade na sintonia	Acesso à tecnologia	
S5.3	Segundo Maria Aparecida, o rádio durante o dia tinha muitos chiados, mesmo assim ele ficava ligado o tempo todo.	Tipo de escuta	Experiência de escuta	
S5.4	Segundo Maria Aparecida, hoje, ela escuta rádio pelo aparelho tradicional.	Tipo de aparelho	Experiência de escuta	

Fonte: Medeiros (2019)

Quadro 8 – Exemplo 2 – Categorias inicial, intermediária e final do processo de ATD

Código	Reescrita	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Categoria Final
S7.1	Segundo Vicentina, o primeiro aparelho em que ela se recorda de ter ouvido rádio foi um de madeira, parecido com um caixote, com apenas dois botões, um para ligar e outro para selecionar a estação.	Tipo de aparelho	Memória	Experiência de escuta
S7.2	Segundo Vicentina, era preciso colocar a antena fora da casa, em um lugar mais alto, para a sintonia do rádio ficar boa.	Dificuldade na sintonia	Acesso à tecnologia	
S7.3	De acordo com Vicentina, a família se reunia para ouvir o rádio, que ficava na sala, e até mesmo os vizinhos iam a sua casa para ouvir.	Influência da família	Afeto	
S7.4	De acordo com Vicentina, com o passar dos anos, o aparelho foi substituído por um toca-discos.	Tipo de aparelho	Desenvolvimento tecnológico	Migração
S7.5	Segundo Vicentina, o novo aparelho tinha suporte para vinil e ela gostava de ficar ouvindo os discos.	Sentimento em relação ao rádio	Afeto	Experiência de escuta

Fonte: Medeiros (2019)

Como exemplificação da transformação das categorias com base nos elementos teóricos e percepções do autor ao longo da pesquisa, a categoria intermediária “Memória” foi incluída na categoria final “Experiência de escuta”, porque, na discussão teórica abarcada, o lugar social da escuta radiofônica está ligado a experiências, relações sociais, tradições, partilhas e reverberações cotidianas, entendendo o papel da memória nas escolhas, atitudes sociais, e delimitações temporais repetidas. Assim é preciso explicar que

diferentes pesquisadores poderão fazer opções diferentes, ainda que investigando o mesmo fenômeno. Aceitando-se isso e se concebendo a realidade como algo em constante movimento e socialmente construída, compreende-se que em relação ao mesmo *corpus* podem ser derivadas várias estruturas de categorias válidas, ainda que todas podendo ter elementos comuns (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 139).

A partir dos aspectos determinantes, das percepções do autor enquanto inserido na comunidade ouro-pretana e dos objetivos do estudo, foram definidas as categorias que facilitaram a terceira etapa do ciclo analítico da ATD.

Quadro 9 – Categorias intermediárias e finais do processo de ATD

Categorias intermediárias	Categorias finais
Memória	Experiências de escuta
Experiência de escuta	
Afeto	
Interação com a rádio	
Acesso à tecnologia	
Consumo de notícias	Localismo
Laços culturais	
Cotidiano	
Interação com outros sujeitos	
Desenvolvimento tecnológico	Migração
Programação	
Tradicionalidade	

Fonte: Medeiros (2019)

A última etapa processual da Análise Textual Discursiva busca combinar os elementos das fases de unitarização e categorização. Nessa etapa, o pesquisador, já conhecedor dos fragmentos textuais analisados, busca uma nova compreensão do todo. Dessa fase é resultante o *metatexto* que “representa um esforço de explicitar a compreensão que se apre-

sentada como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 34). O Quadro 10 apresenta um fragmento de metatexto, formado pela categoria final “experiências de escuta”.

Quadro 10 – Fragmento de Metatexto – Experiências de escuta

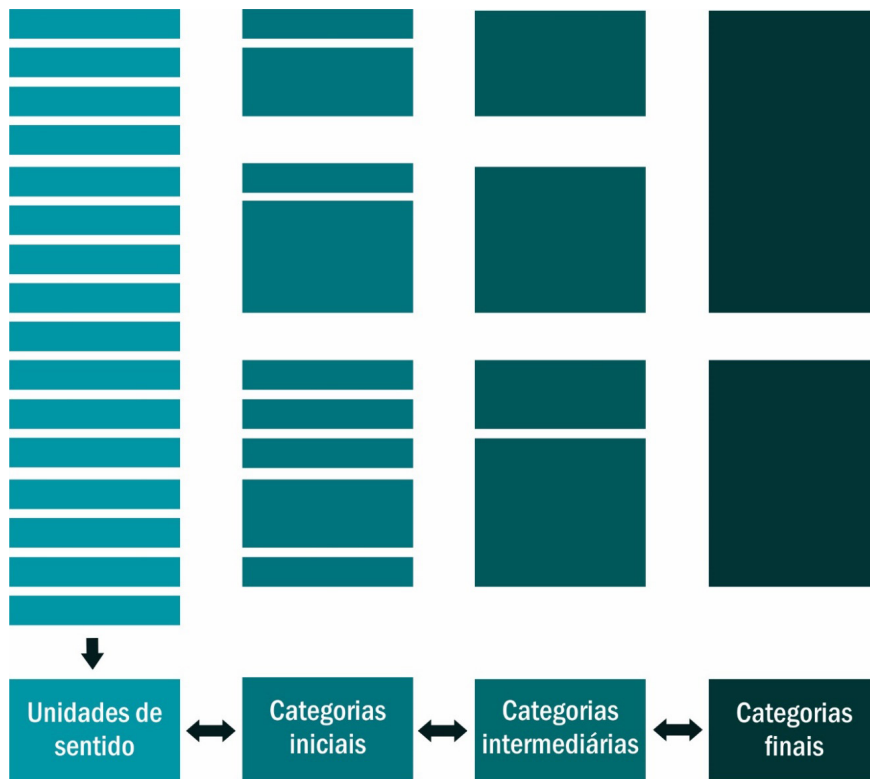
O primeiro aparelho de rádio que Vicentina se recorda de ter acesso foi um de madeira, parecido com um caixote, com apenas dois botões, um para ligar e outro para selecionar a estação. Além disso, a entrevistada recorda que era preciso colocar a antena fora da casa, em um lugar mais alto, para a sintonia do rádio ficar boa: “A antena ficava num bambuzinho lá fora pra fazer ficar bom, colocava a antena lá em cima e pegava, não chiava nem nada” (Oliveira, 2019). Da mesma forma, Maria Aparecida rememora que suas primeiras experiências de escuta radiofônica eram mediadas negativamente pelas dificuldades de acesso a tecnologias, já que ela só ouvia o rádio à noite porque durante o dia a rede de energia elétrica era fraca, fazendo com que o rádio ficasse com muitos chiados.

De acordo com Del Bianco, a partir da década de 1930 o rádio começou a se popularizar no Brasil, mesmo assim, “o alcance limitado das ondas radiofônicas e o preço elevado do aparelho para a população de baixa renda” fez com que nas décadas de 1950 e 1960 ainda existissem poucos aparelhos receptores no país (Del Bianco, 1999, p. 2). Geraldo lembra que passou a ouvir rádio a partir da década de 1980 porque “antes não era qualquer um que tinha rádio, porque não tinha condição de comprar, era caro” (Gomes, 2019).

Fonte: Medeiros (2019)

Como forma de facilitar o uso desse procedimento de análise de dados por outros pesquisadores, a Figura 2 desintrinca as etapas descritas e exemplificadas neste capítulo a partir do processo emergente de construção de categorias.

Figura 2 — Unidades e níveis de categorização em ATD



As **unidades de sentido** são os primeiros fragmentos textuais (trechos) obtidos a partir da unitarização do texto. As **categorias iniciais** são palavras-chave atribuídas pelo pesquisador para cada unidade de sentido. Na **categorização intermediária**, o pesquisador associa as categorias iniciais (e suas respectivas unidades de sentido reescritas) para agrupá-las em categorias mais amplas. A **categorização final** prevê o agrupamento ainda mais ampliado do texto compilado nas categorias intermediárias, já que essa categorização final permite que o metatexto seja gerado.

Fonte: Adaptado de Moraes e Galiuzzi (2016, p. 141) por Medeiros (2019)

O processo de ATD com base em categorias emergentes costuma ser “mais trabalhoso, exigindo conviver com a insegurança de um caminho que precisa ser construído no próprio processo. Geralmente vai de categorias específicas, restritas e em grande número, a categorias cada vez

mais amplas e em menor número” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 140), como mostra a Figura 2. A partir da fragmentação do corpus tem-se múltiplas unidades de sentido de dimensões e amplitudes variadas, sejam frases, parágrafos ou partes maiores dos textos. Esses fragmentos são organizados a partir de aspectos semelhantes, formando as categorias iniciais. Os vários subconjuntos vão sendo agrupados em conjuntos mais amplos e em número menor até as categorias finais. A unitarização e categorização servem como guia para estruturar o metatexto. “Sintetizando, pode-se afirmar que o sistema de categorias e subcategorias que emerge de uma análise textual discursiva servirá como macroestrutura para a construção do metatexto descritivo e interpretativo” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 140). Dessa forma, o texto final, fruto dos processos da Análise Textual Discursiva,

surge a partir de movimentos recursivos de categorização e de expressão das novas compreensões, sempre em interlocução com teóricos e com a realidade empírica, visando a obter argumentos válidos e aceitos em comunidades de especialistas nos temas tratados. No mesmo movimento o autor se envolve numa reconstrução coletiva de discursos sociais que expressam modos de entendimento da realidade dos grupos em que está inserido (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 215).

Considerações finais

O modelo multimetodológico que orientou a pesquisa possibilitou observar o complexo fenômeno como um todo nas variantes que o estudo se propôs a investigar. Com múltiplos e híbridos dados qualitativos coletados, o processo de Análise Textual Discursiva utilizado possibilitou uma visão bastante ampliada da concretude do processo de migração em sua complexidade e múltiplas relações.

Através da ATD foi possível identificar três grandes categorias de análise que convergem às observações traçadas ao longo da pesquisa. A

categoria que trata das *experiências de escuta* agrupa fatores como memória coletiva, afetos, formas de interação entre emissora e ouvinte e as possibilidades de acesso à tecnologia. O *localismo* é tratado como outro eixo central na pesquisa e explorado na análise dos dados, agrupando elementos que dizem respeito a laços culturais, cotidiano, consumo de notícias locais e interação entre os sujeitos em sociedade. Por último, a *migração* representa os dois lados da ponte em construção: ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto final. Fatores como desenvolvimento tecnológico, programação e tradicionalidade da Rádio Itatiaia Ouro Preto foram explorados sob o viés das mudanças que trazidas pelo processo.

As falas dos ouvintes sobre a Rádio Itatiaia Ouro Preto, contando suas experiências de escuta radiofônica, sobre seus cotidianos e relações com a emissora, representam um corpus bastante proveitoso quando tangenciado com os marcos teóricos e com as observações do pesquisador a respeito da cidade e do próprio processo de pesquisa. O uso da ATD em “O rádio e a cidade patrimônio: experiências de escuta, localismo e migração nos discursos de ouvintes ouro-pretanos” representa uma contribuição para futuras pesquisas no campo da comunicação, já que é um método de análise poderoso que permite estender o olhar aos dados em consonância com os processos de pesquisa.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa; PIENIZ, Mônica; JOHN, Valquíria. *Meios e audiências III: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

KANTAR IBOPE MEDIA. *Book de Rádio*. São Paulo, 5 de out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iAmVQw>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MARINHO, Vânia. Maior orgulho de José Russo é ser ouro-pretano honorário. In: *Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, 19 dez. 1982.

MEDEIROS, Rafael. *O rádio e a cidade patrimônio: experiências de escuta, localismo e migração nos discursos de ouvintes Ouro-Preтанos*. 2019. 276 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3kTb02X>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostra por conveniência. *Netquest*, São Paulo, 21 out. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3zVVIIE>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, Maria Nazaré. *O começo da Rádio Ouro Preto*. Entrevista cedida a Rafael Medeiros. Ouro Preto, ago. 2018.

PRATA, Nair; DEL BIANCO, Nélia (orgs.). *Migração do rádio AM para o FM: Avaliação de impacto e desafios frente à convergência tecnológica*. Florianópolis: Insular, 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. *Revista Contracampo*. Niterói, v. 32, n. 2. ed. abril-julho ano 2015. p. 73-90, 2015. DOI: 10.22409/contracampo.v0i32.668.

RONSINI, Veneza Mayora. *Entre a capela e a caixa de abelhas* (identidade cultural de gringos e gaúchos). Porto Alegre: EDUPUC, 2004.

RONSINI, Veneza Mayora. Trajetos com Jesús (e para além): autoanálise da pesquisa dos usos sociais da mídia. *Intexto*. Porto Alegre, n. 43, , 2018. DOI: 10.19132/1807-8583201843.107-118.

CAPÍTULO 5

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE REPORTAGENS RADIOFÔNICAS EXPANDIDAS: QUANDO A INFORMAÇÃO TRANSCENDE O DIAL

Luana Viana

Introdução

Neste capítulo, a proposta é estudar a mídia valorizando o processo de comunicação e seus componentes, buscando identificar as relações entre os formatos multimídia e a mídia sonora, considerada o fio condutor das reportagens radiofônicas expandidas. É fruto do capítulo metodológico da dissertação “O áudio em reportagens radiofônicas expandidas” (Viana, 2017), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto.

Ao tratar de pesquisas contemporâneas relacionadas ao rádio e à mídia sonora, Kischinhevsky *et al.* (2015, p. 149) defendem que a expansão da apropriação radiofônica exige uma abordagem multimétodo, já que cada faceta do rádio — como produção, transmissão, linguagem etc. — abrange diversas esferas e que “cada uma destas perspectivas traz consigo um arcabouço teórico-metodológico específico”.

Como essa pesquisa se limita a investigar apenas a interface do rádio que está voltada para as reportagens radiofônicas expandidas, recorremos a uma aplicação metodológica que tem como base a análise de conteúdo, com o objetivo de observar tanto os componentes multimídia que compõem a reportagem de rádio na web quanto o uso do áudio em si. Dessa forma, é possível observar tanto os aspectos provenientes do formato midiático principal — o áudio — quanto os elementos multi-

midiático que vão compor narrativas secundárias e complementares ao conteúdo sonoro.

Uma breve contextualização sobre a reportagem radiofônica expandida

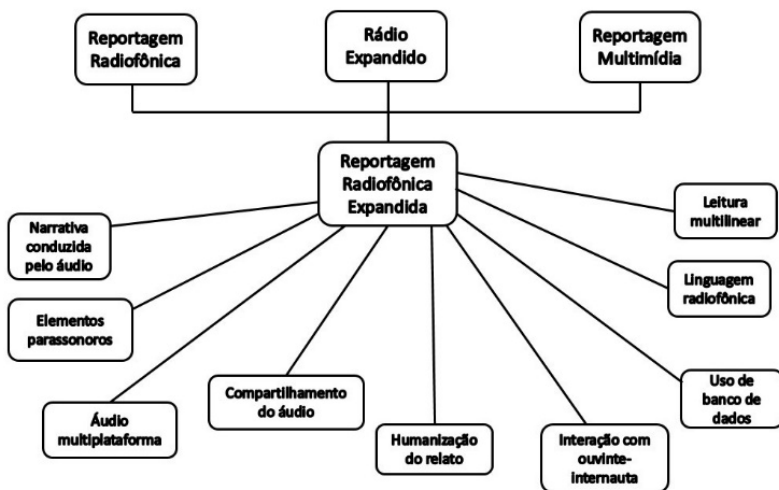
O conceito de reportagem radiofônica expandida deriva do contexto de rádio expandido apontado por Kischinhevsky (2016), no qual o rádio vai além da transmissão hertziana, estando presente na TV por assinatura, no podcasting, no portal da internet, no aplicativo para celular, nas redes sociais, entre outras plataformas. Recorre, inclusive, às ideias de um rádio hipermediático (Lopez, 2010), já que assume diferentes formatos possibilitados pela nova lógica de produção e apuração e tem como característica fundamental uma espinha dorsal sonora, mas que permite a criação de narrativas multiplataforma secundárias complementares ao áudio.

Uma reportagem radiofônica expandida (Viana, 2018), então, possui características derivadas de produções radiofônicas tradicionais e de reportagens multimídia. Em outra oportunidade, apresentamos traços que compõem uma reportagem radiofônica expandida ideal:

a produção voltada para as plataformas digitais deve possuir destaque para o áudio, que é acompanhado de elementos parassonoros que vão servir como complementação. Deve, prioritariamente, transcender o *dial*, atingindo novas plataformas, como redes sociais ou aplicativos de dispositivos móveis através de compartilhamento ou download desses arquivos. A reportagem deve ser multilinear, permitindo que o ouvinte-internauta escolha o caminho que deseja seguir ao acessar as informações que também podem ser encontradas em bancos de dados disponibilizados e possibilitar a interação com ouvintes, seja através de espaço para comentários ou por meio de contato com os produtores (Viana, 2018, p. 119).

A título de ilustração, apresentamos o seguinte esquema que contribui para a compreensão dos aspectos que envolvem as reportagens radiofônicas expandidas:

Figura 1 – Elementos da reportagem radiofônica expandida



Fonte: Viana (2018, p. 119)

Ressaltamos que esses atributos são apontados como uma tendência geral de construção de reportagens radiofônicas expandidas, mas não se limitam a eles. Este capítulo vai explorar cada um desses elementos e como podem ser observados para uma análise mais ampla e aprofundada.

Análise de conteúdo como base metodológica

A Análise de Conteúdo (AC) é uma das estratégias utilizadas numa etapa explicativa de pesquisa. Esse método permite que sejam construídas interpretações ao passo que também possui um foco empírico, ba-

seado em dados, ou seja, é “um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa” (Triviños, 1987, p. 158).

A AC é uma ferramenta metodológica capaz de investigar diversos elementos presentes em uma mesma informação, característica importante ao se considerar que serão analisadas reportagens radiofônicas que possuem linguagem multimídia na composição de sua narrativa. Herscovitz (2007) se baseia na Análise de Conteúdo para refletir sobre sua aplicação em produções voltadas para o jornalismo. Para a autora, esse é um

método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-se em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicações (Herscovitz, 2007, p. 127).

A Análise de Conteúdo é um método centenário utilizado nas primeiras tentativas de interpretar livros sagrados. Aparece de forma mais sistematizada nos séculos XVII, na Suécia, e XIX, na França (Triviños, 1987, p. 159). Triviños (1987) aponta que a obra *Análise de Conteúdo*¹², de Bardin — publicada em 1977 em Paris —, é uma publicação notável sobre essa ferramenta, já que aparece configurada em detalhes, tanto em relação à técnica de seu emprego quanto em seus conceitos fundamentais. E por isso lançamos mão dessa autora para utilizar como base seus princípios nesta proposta metodológica.

Bardin (1977) defende que a análise de conteúdo compreende

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de co-

¹² No original: “*Lanalyse de contenu*”.

nhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Para a autora, a interpretação da AC oscila entre a objetividade e a subjetividade, e o investigador deve se ater, inclusive, às mensagens latentes, ou seja, refletir sobre o que a ausência de uma dada característica do conteúdo representa diante do todo. A leitura realizada sobre um objeto não deve se limitar às primeiras impressões, é importante que o olhar alcance as mensagens presentes no segundo plano. Bardin (1977) vai estruturar esse método em cinco etapas: (1) organização da análise; (2) codificação; (3) categorização; (4) inferência; (5) tratamento informático.

A organização da análise se divide em outras cinco etapas: (1) a leitura flutuante, que consiste em estabelecer os primeiros contatos com os documentos estudados; (2) a escolha dos documentos, que serve para definir o corpus que será submetido aos procedimentos analíticos; (3) a formulação das hipóteses e dos objetivos, que servem como guia para atingir os resultados; (4) a referência dos índices e a elaboração de indicadores, que vão facilitar a categorização; (5) a preparação do material, uma organização — que consiste na análise propriamente dita.

A codificação corresponde a uma “transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 1977, p. 103) e se desdobra em três fases. A primeira, unidades de registro e de contexto, “correspondem ao segmento de conteúdo que será considerado como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Quadros *et al.*, 2014, p. 93) e ajudam a guiar e delimitar quais tipos de dados são relevantes na busca pela resposta do problema de pesquisa.

Olhando para o conteúdo digital e conteúdo sonoro

A ideia de reportagem radiofônica expandida foi definida a partir do contexto de rádio expandido, cruzando-o com características das reportagens radiofônicas e das multimídia. Para Kischinhevsky (2016, p. 133), “o rádio expandido, remediado pelos meios digitais, pode oferecer não apenas seus elementos sonoros tradicionais — voz, música, efeitos —, mas também imagens, vídeos, gráficos, links para blogs e toda uma arquitetura de interação”.

A linguagem radiofônica é construída a partir da voz humana, música, efeitos sonoros e silêncio (Balsebre, 2005) e precisa ser composta por frases claras e concisas. Utilizando-se desses elementos, a reportagem de rádio tem como objetivo proporcionar uma noção mais aprofundada do fato narrado através de histórias de interesse humano, com destaque para o relato da vida humana, e do uso mais intenso, expressivo e diverso dos diferentes elementos da linguagem sonora com a utilização de diversas vozes. O ouvinte pode ter participação nessas produções (como na sugestão de pautas), que são compostas, inclusive, por uma narrativa linear e efêmera. Já a reportagem multimídia oferece uma narrativa multilinear com linguagem multimídia e hipertextualidade presentes nas produções e, conseqüentemente, pode possuir maior profundidade e contextualização do tema tratado.

No Quadro 1, apresentamos as unidades investigadas que vão contribuir para a coleta de dados e categorização da informação colhida, considerando que temos composições sonoras e digitais nas produções das reportagens radiofônicas expandidas. Dessa forma, essas unidades estão divididas em duas classes: conteúdo digital e conteúdo sonoro.

A primeira se refere aos componentes multimídia encontrados nessas reportagens, no entanto não incluem uma análise voltada às redes sociais na internet. A segunda categoria, a análise de conteúdo sonoro da reportagem digital, tem um foco direcionado aos arquivos de áudio e suas composições qualitativas e quantitativas. As unidades de registro

representam as categorias observadas, enquanto as unidades de análise são as subcategorias específicas a serem analisadas

Quadro 1 – Ficha de análise de conteúdo digital da reportagem radiofônica expandida

Análise de conteúdo digital		
Unidade de registro	Unidade de análise	CrITÉrios
Arquitetura de interação	Comentário	Disponibilidade de espaço para comentários na reportagem e especificamente no áudio da reportagem. Verificar se há retorno da emissora sobre os comentários produzidos pelos ouvintes.
	Compartilhamento	Ferramentas disponíveis de compartilhamento. Verificar quais são exclusivas para o áudio e quais são exclusivas para a reportagem.
	Contato	Disponibilidade de contato com a emissora ou repórter.
	Download dos áudios	Possibilidade de download dos arquivos de áudios.
	Etiquetagem de conteúdos	Quais são as <i>tags</i> ou outra forma de etiquetagem. Verificar se o áudio está etiquetado de forma independente da reportagem.
	Ferramentas de atualização	Possibilidade de o usuário seguir ou receber atualizações sobre a reportagem ou assuntos relacionados a ela.
Multimedialidade	Áudio	Presença de áudios e sua relação com a reportagem.
	Fotografia	Presença de fotografias e sua relação com o áudio da reportagem.
	Ilustração/desenhos	Presença de ilustrações/desenhos e sua relação com o áudio da reportagem.
	Infografia	Presença de infografias e sua relação com o áudio da reportagem.
	Texto	Presença de textos e sua relação com o áudio da reportagem.
	Vídeo	Presença de vídeos e sua relação com o áudio da reportagem.

Análise de conteúdo digital		
Unidade de registro	Unidade de análise	Critérios
Hipertextualidade	Hiperlink	Presença de links externos e se estão relacionados ao áudio da reportagem.
		Presença de links internos e se estão relacionados ao áudio da reportagem.
Personalização	Assinatura de newsletter	Verificar se há possibilidade de personalização do conteúdo recebido de acordo com o perfil do ouvinte.
	Cadastro do usuário	Login no site da emissora e o que ele permite. Verificar se há possibilidade de contribuição no conteúdo da reportagem por parte do ouvinte.
Personalização	Multilinearidade	Verificar se, apesar de haver uma sugestão de leitura previamente definida, o usuário pode traçar seu próprio caminho dentro da reportagem sem que haja uma ordem específica de navegação.
	Adaptação para dispositivos móveis	Verificar se há adaptação da interface da reportagem quando acessada por dispositivos móveis.
Memória	Banco de dados	Verificar se na reportagem há a disposição de banco de dados relacionada a ela e como essas informações se relacionam com o áudio da reportagem.
	Conteúdo histórico	Mídias que remetem a acontecimentos passados (fotos, vídeos, áudios) e essa reconstituição da memória se relaciona com o áudio da reportagem.

Fonte: Viana (2017, p. 113)

O Quadro 1 apresenta cinco unidades de registro (arquitetura de interação; multimídia; hipertextualidade; personalização; memória), adaptadas por Kischinhevsky (2016), que são baseadas nas categorias estabelecidas por Palacios *et al.* (2002) para análises de portais de webjornalismo (interatividade; hipertextualidade; multimídia/convergência; personalização e memória). Kischinhevsky (2016, p. 82)

acredita que essas categorias adaptadas podem ser úteis para uma melhor compreensão do rádio expandido.

Cada unidade de registro é dividida em unidades de análise. A “arquitetura da interação” é dividida em comentário, compartilhamento, contato, download dos arquivos, etiquetagem de conteúdos e ferramentas de atualização, e tem como objetivo investigar toda a estrutura da reportagem que permite a interação pelos ouvintes-internautas, para que observemos como é planejada a construção do conteúdo pensando no público que vai acessá-la.

A “multimedialidade” é dividida em áudio, fotografia, ilustração/desenho, infografia, texto e vídeo, compondo, além dos elementos sonoros, os parassonoros. Dessa forma, podemos observar a variedade de mídias utilizadas na composição da narrativa e como elas se relacionam com o áudio, formato principal.

A unidade de registro “hipertextualidade” consiste apenas na unidade de análise hiperlinks, que nos apresenta as possibilidades de navegação permitidas por links, que podem direcionar para conteúdos externos ou internos ao site que disponibiliza a reportagem. Assim, podemos investigar se a estratégia é manter o usuário “dentro” do site ou se há um direcionamento para outras plataformas por meio dos links.

A “personalização” é dividida em assinatura de newsletter, cadastro do usuário, multilinearidade e adaptação para dispositivos móveis, e representam a possibilidade de o usuário fazer determinadas escolhas, de acordo com seu perfil. Essa estratégia contribui para potencializar a fidelização do usuário por meio do conteúdo disponibilizado.

Por fim, as unidades de análise da “memória” consistem em banco de dados e conteúdo histórico, que permitem a recuperação de informação previamente disponibilizada, fato que permite maior contextualização da informação apresentada, aproximando ainda mais o usuário do assunto tratado.

Quadro 2 – Ficha de análise de conteúdo sonoro da reportagem radiofônica expandida

Análise de conteúdo sonoro da reportagem radiofônica expandida		
Unidade de registro	Unidade de análise	Critério
Característica do áudio	Número de áudios	Quantidade de áudios disponíveis na reportagem.
	Duração	Duração dos áudios da reportagem.
	Indicação de tema principal	Verificar se há identificação no áudio sobre o assunto central da reportagem.
Uso do áudio	Aprofundamento	O áudio assume um papel fundamental no aprofundamento da reportagem.
	Exclusivo	O áudio é produzido exclusivamente para a reportagem em plataforma digital.
	Replicação	O áudio é uma replicação do que foi veiculado em antena.
	Sobreposição	Repetem informações apresentadas em outros formatos na reportagem.
Organização textual do áudio	Texto opinativo	Texto que reverbera a opinião da fonte e/ou do jornalista.
	Texto descritivo	Texto que contempla a descrição por parte da fonte e/ou do jornalista.
	Texto informativo	Texto que reverbera a informação.
	Texto interpretativo	Texto que contempla a interpretação.
Tipos de fontes	Especialista	Há a voz de um especialista como fonte no áudio da reportagem.
	Personagem	O protagonista do acontecimento é utilizado como fonte no áudio da reportagem.
	Oficial	Há a presença de fonte oficial no áudio da reportagem.
	Testemunha	Testemunhas são utilizadas como fonte do áudio da reportagem.
	Documentos sonoros	Uso de áudios históricos na reportagem

Análise de conteúdo sonoro da reportagem radiofônica expandida		
Unidade de registro	Unidade de análise	Critério
Composição sonora	Exclusivo de trilha	Verificar se há apenas trilha sonora na composição do áudio.
	Sonoras simples	Verificar se há apenas alternância entre vozes do jornalista e da fonte.
	Áudios sem intervenção	Verificar se o áudio não possui intervenção do jornalista.
	Áudios em edição simples	Verificar se há mais de uma fonte, com alternância entre as vozes.
	Áudios de edição complexa	Verificar se há edição de trilha combinada com efeitos sonoros e vozes.
Expansão do áudio	Site da emissora	Verificar se o áudio da reportagem está hospedado no site da emissora.
	Redes sociais de áudio	Verificar se o áudio da reportagem está presente em outras redes sociais de áudio.
	Redes sociais “generalistas”	Verificar se o áudio da reportagem se expande para sites de redes sociais em geral.
	Aplicativo para dispositivos móveis	Verificar se o áudio da reportagem está disponível em aplicativo da emissora.

Fonte: Viana (2017, p. 115-116)

As unidades de registro do conteúdo sonoro da reportagem digital são divididas em seis categorias: característica do áudio; uso do áudio; organização textual do áudio; tipo de fonte; composição sonora e expansão do áudio. A primeira é dividida em três unidades de registro, sendo o número de áudios, a duração e indicação de tema principal. Essa categoria nos permite conhecer melhor as composições sonoras disponíveis na reportagem e suas características.

“Uso do áudio” é dividida em quatro subcategorias, aprofundamento, exclusivo, replicação e sobreposição, nos permite compreender a principal relação da mídia sonora com a reportagem digital. Algumas delas podem estar presentes ao mesmo tempo, sem que haja uma exclusão, como é o caso de aprofundamento e replicação, por exemplo.

“Organização textual do áudio” apresenta quatro divisões: texto opinativo, descritivo, informativo e interpretativo, que nos demonstram quais classificações reverberam nas reportagens.

“Tipo de fonte”, dividida em especialista, personagem, oficial, testemunha e documentos sonoros, nos apresenta quais vozes estão presentes nos áudios das reportagens enquanto fontes detentoras de informação. A unidade de registro “composição sonora” é dividida em outras quatro: exclusivo de trilha, sonoras simples, áudios sem intervenção, áudios de edição simples e áudios de edição complexa. Aqui, as categorias nos permitem conhecer como a paisagem sonora é elaborada para compor a reportagem para que possamos compreender qual envolvimento se deseja entre ouvinte e locutor.

Por último, “expansão do áudio” é dividida em site da emissora, redes sociais de áudio, redes sociais generalistas e aplicativos para dispositivos móveis, e permite que observemos a disponibilização da composição sonora em outros espaços, retratando assim, o caráter multiplataforma que a reportagem sonora pode assumir.

Vistas essas unidades de análise, a segunda fase da codificação corresponde às regras de enumeração que dizem respeito ao modo de contagem das unidades de registro. A última fase é a análise quantitativa e qualitativa. A categorização consiste na transformação de dados brutos em dados organizados e, após essas três primeiras etapas, entramos na inferência dos dados coletados, fase que vai permitir maior compreensão do que foi coletado para gerar significados.

Como visto, foram desenvolvidas duas fichas de análise: uma para ser aplicada no conteúdo digital, ou seja, em toda a reportagem, e outra mais específica, voltada para o áudio presente na produção. Essa análise nos ajuda a compreender, dentre outros aspectos, como o áudio é utilizado em reportagens radiofônicas para plataformas digitais em ambiente de convergência e em que medida outros elementos midiáticos são utilizados para compor essas narrativas. As fichas trazem as unidades de registro e de análise que foram explicitadas anteriormente, e devem vir acompanhadas das frequências da produção analisada.

Um exemplo de aplicação — Reportagem “Tancredo, o homem da transição”

“Tancredo Neves, o homem da transição” é uma série de reportagens da Rádio Jovem Pan que conta a história do primeiro presidente civil eleito indiretamente após o fim da ditadura militar¹³. Produzida pelo repórter Thiago Uberreich, traz informações de Tancredo desde que entrou para a política até sua morte, em 1985, e é dividida em quatro capítulos: (1) O nascimento político do conciliador; (2) As diretas e a esperança democrática; (3) A vitória nas indiretas e a comoção nacional na doença; e (4) Os últimos dias e a esperança de fazer uma grande nação.

O primeiro capítulo foi postado em 13 de abril de 2015 e os outros foram publicados em dias subsequentes, iam para a web conforme a reportagem era transmitida pela Jovem Pan via ondas hertzianas. Todos os capítulos possuem links para os demais, apresentando uma “linkagem” múltipla que oferece caminhos diversos, embora a produção indique qual a ordem proposta dos capítulos. Nesse exemplo, daremos mais foco ao primeiro episódio da série.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/3F9jFWU>. Acesso: 20 jan. 2021.

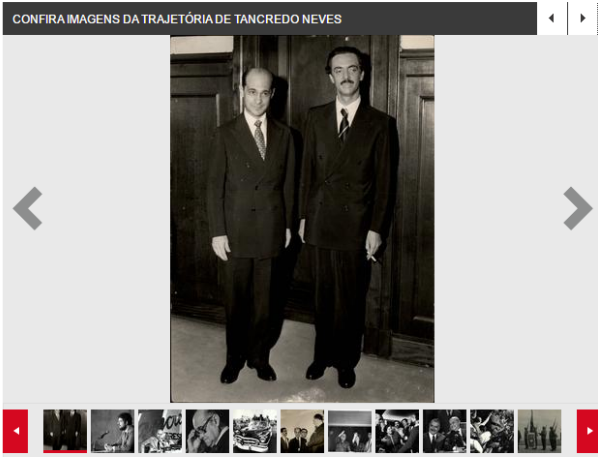
Figura 2 — Apresentação da reportagem na Jovem Pan

Especial "Tancredo Neves, o homem da transição"; capítulo 1: o nascimento político do conciliador

Tweet Curtir Compartilhar 4 Compartilhar G+ 0

Por Thiago Uberreich/ Jovem Pan

CONFIRA IMAGENS DA TRAJETÓRIA DE TANCREDO NEVES



Confira o primeiro capítulo da série especial sobre os 30 anos da morte de Tancredo Neves, preparada pelo repórter Thiago Uberreich.

Um conciliador é aquele capaz de harmonizar, pacificar, trazer a paz para as trincheiras da guerra. Na política são poucos os estadistas que conseguiram fazer do adversário um aliado e, ao mesmo tempo, atrair multidões cheias de esperança. "Não vamos nos dispersar; continuemos reunidos como nas praças públicas, com a mesma emoção e a mesma decisão", dizia Tancredo Neves.

Moderado, franciscano, mineiro, entusiasmado por democracia e ideais de um novo Brasil. um Brasil que precisava se livrar do entulho autoritário. "Nunca em nossa história tivemos tanta gente nas ruas para reclamar a recuperação dos direitos de cidadania e manifestar o apoio a um candidato", comemorava Tancredo.

Fonte: Site da Rádio Jovem Pan

Em sua totalidade, a produção apresenta 11 parágrafos textuais que vêm logo abaixo de uma galeria de fotografias históricas: cada capítulo possui subtítulos que dividem a reportagem em blocos, todos iniciam com um título principal e na sequência são marcados por essas frações. O primeiro capítulo possui três deles que são repartidos por “Início polí-

tico” e “Modelo conciliador”. Os textos trazem transcrições dos áudios, mas adaptados para o jornalismo impresso (com uso de aspas no lugar das sonoras, por exemplo).

Os personagens das sonoras que não são identificados nos áudios têm seus nomes no texto escrito. Além desse detalhe, não há nenhuma informação que não conste nos áudios, mas sim o contrário: como a mídia sonora predomina no especial, há trechos de falas no áudio que não foram transcritos. Os arquivos sonoros são reportagens com depoimentos atuais, informações narradas pelo repórter e áudios históricos.

Em relação às fotografias, identificamos que uma mesma galeria com 18 imagens está presente em todos os capítulos. As imagens do capítulo um aparecem seguindo uma temporalidade, acompanhando a história desenrolada pelo áudio: a primeira é um encontro de Tancredo Neves com Getúlio Vargas, em 1954, a segunda, retrata a visita de Neves à Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, em 1962. As imagens vêm ilustrando a narrativa radiofônica, complementando a história ouvida com informações visuais. Há uma versão *mobile* da série, ou seja, uma adaptação automática da interface quando o site é acessado por dispositivos móveis. A reportagem ganha uma fotografia aleatória que está presente na galeria logo abaixo do título de abertura, provavelmente para despertar o interesse do usuário, e na sequência vem o arquivo de áudio. A galeria de imagens é mantida, entretanto, aparece no final de cada capítulo.

Na apresentação da reportagem, observamos uma galeria de fotografias e logo abaixo o arquivo de áudio e início do texto (como demonstra a Figura 2). Acima da galeria, apontamos a presença das redes sociais Twitter, Facebook, LinkedIn e Google+, além do e-mail. As estruturas dos quatro capítulos são semelhantes: há áudio, fotografias e texto em todos eles e no fim de cada um há espaço destinado aos comentários dos usuários, entretanto, trata-se de uma ferramenta ligada ao Facebook (*Facebook comments plugin*), ou seja, para que se consiga comentar é necessário estar logado na rede social. O capítulo um possui apenas um comentário. A Jovem Pan não interage com os usuários, pois seu per-

fil no Facebook não curtiu nem respondeu nenhum dos comentários presentes em todos os quatro capítulos do especial, dando a impressão de afastamento de envolvimento com sua audiência. O Quadro 3 traz o resultado quantitativo de nossa análise.

Quadro 3 – Análise de conteúdo digital na produção da Jovem Pan

Unidade de Registro	Unidade de Análise	Cap 1
Arquitetura de Interação	Comentário	Sim
	Compartilhamento	Sim
	Contato	Não
	Download dos áudios	Não
	Download dos vídeos	Não
	Etiquetagem de conteúdos	Sim
	Ferramentas de atualização	Não
Multimedialidade	Áudio	1
	Fotografia	20
	Ilustração	0
	Infografia	0
	Texto	3
	Vídeo	0
Hipertextualidade	Hiperlinks	8
Personalização	Assinatura de newsletter	Não
	Cadastro do usuário	Não
	Multilinearidade	Sim
	Adaptação para dispositivos móveis	Sim
Memória	Banco de dados	Sim
	Conteúdo histórico	Sim

Fonte: Viana (2017, p. 158-159)

Aqui, adotamos duas estratégias diferentes. Em alguns operadores — Arquitetura da Interação; Personalização e Memória — olhamos para o caráter qualitativo. Em outros — Multimedialidade e Hipertextualidade — os números significam a quantidade de vezes que determinado operador aparece.

Em relação ao compartilhamento, em cada episódio separadamente é possível realizá-lo por meio das mesmas ferramentas que estão no início do especial. Destacamos que há um contador para os compartilhamentos via Facebook (F) e Google+ (G): o primeiro capítulo foi compartilhado por 4 (F) e 0 (G). Há um botão de curtir do Facebook em cada capítulo, uma integração possibilitada pela Jovem Pan, em que o internauta pode curtir a reportagem sem acessar o site da rede social, mas é necessário estar logado.

O especial não pode ser compartilhado de forma única, em sua totalidade, mas pode ser feito de forma fragmentada, de cada capítulo da reportagem. Isso pode resultar em duas consequências opostas: ou instigar a curiosidade de outras pessoas levando-as a acessar a produção ou, por estar postada na rede social parte da série, não significar nada para quem não se interessar pelo assunto. Não é possível compartilhar os formatos específicos (texto, fotos e áudio) individualmente.

Não há nenhuma forma de contato com os produtores da reportagem nas páginas dos capítulos. Encontramos o nome do repórter responsável, Thiago Uberreich, entretanto, não há um e-mail que o acompanhe, o contato só é possível de forma geral a partir do site da emissora. Essa ausência também distancia o usuário da produção.

Por outro lado, a circulação desse conteúdo por buscadores é facilitada pela etiquetagem em forma de tags com palavras-chave presente em todos os episódios da série. O capítulo um possui dez delas: Tancredo Neves; 30 anos; mdb; falas; áudios históricos; notícias; Brasil; política; e trajetória política. Destacamos aqui a tag “áudios históricos”, que está diretamente ligada ao conteúdo do áudio da reportagem e dá referência para o produto radiofônico produzido pela Jovem Pan, além de seu uso estar relacionado à atribuição de validade e veracidade da informação.

Sobre as ferramentas de atualização, não há nenhuma que informe o usuário se o conteúdo foi atualizado em cada um dos episódios, mas a reportagem geral tem atualizações quando cada um deles é colocado no ar. O especial foi postado em capítulos, ou seja, cada bloco possui uma data de postagem diferente e encontramos registros de que houve

atualizações posteriores a ela, mas não há apontamento do que foi mudado. O capítulo um foi postado às oito horas do dia 13 de abril de 2015 e atualizado às 14h11 de 21 de abril de 2015. Essa atualização traz um caráter do rádio de manter a audiência esperando pela complementação no episódio seguinte. E, a princípio, somente depois dessas atualizações prontas a transmissão estaria editorialmente completa — mesmo que ela possa ser compreendida isoladamente.

Com a ressalva de que não há vídeos no especial, dos sete itens apresentados na arquitetura da interação, três estão presentes na produção da Jovem Pan: espaço para comentário, possibilidade de compartilhamento e etiquetagem de conteúdo. A emissora produz uma reportagem com potencial de interação — apesar de não manter um diálogo com o público —, mas mantém indisponível a possibilidade de download dos arquivos de áudio.

Dos seis formatos previamente sugeridos por nós para análise, metade não aparece: o infográfico, o vídeo e a ilustração. O especial se utiliza de muitas fotografias e textos que acompanham o desenvolvimento da história pelo áudio.

Esse desenvolvimento é realizado através dos vários hiperlinks da reportagem, 27 no total. Todos são internos, ou seja, direcionam o usuário para conteúdos hospedados no próprio site da emissora. Encontramos oito deles no primeiro capítulo da série, sendo que os quatro primeiros estão dentro de um quadro intitulado “Confira também” e aparecem na sequência: (1) Especial “Tancredo Neves, o homem da transição”; capítulo dois: As diretas e a esperança democrática¹⁴; (2) Série de reportagens especial contará história de Tancredo Neves¹⁵; (3) Há 30 anos, José Sarney assumia a Presidência da República após morte de Tancredo Neves¹⁶; e (4) Especial 50 anos da Ditadura Militar — Queda

¹⁴ Direciona para o segundo episódio.

¹⁵ Esse link nos leva a uma chamada em vídeo, acompanhado de pequeno texto sobre a estreia da série.

¹⁶ Direciona para uma reportagem sobre o aniversário de 30 anos da posse de José Sarney.

de Jânio e de Jango e governo de Castello Branco¹⁷. Já os outros quatro aparecem ao final do capítulo e direcionam para cada um dos quatro episódios da série, incluindo o primeiro. Os links para os demais capítulos visam promover a unificação da narrativa como um todo, enquanto aqueles que direcionam para outras séries o fazem por terem assunto semelhante — nesse caso a história política no Brasil — e para manterem o usuário navegando nas páginas da emissora.

Observamos que esse grande número permite duas ocorrências importantes para essa pesquisa: (1) que o usuário navegue seguindo sua própria definição de consumo, entretanto, destacamos a existência de um roteiro de leitura sugerido pela emissora que disponibiliza os áudios no início da reportagem e a fraciona em capítulos. (2) Reforça a leitura horizontalizada, pois a navegação por capítulos requer esse elemento para possibilitar o acesso. Dessa forma, o usuário pode traçar seu próprio caminho, indo e voltando quantas vezes desejar.

Não encontramos na reportagem da Jovem Pan um espaço para que o usuário possa assinar uma newsletter com a finalidade de receber informação ou anúncios sobre novas séries relacionadas ao tema, nem mesmo no site da emissora há esse tipo de assinatura, nem também um espaço para cadastro do usuário, entretanto, a produção pode ser acessada por quem desejar, sem a necessidade de identificação para o consumo da reportagem. Enfatizamos que para contribuir com comentários, o usuário deve estar logado no Facebook. A emissora paulista permite uma adaptação das produções para consumo mobile, permitindo que o especial seja consumido em mobilidade por meio de smartphones e tablets, ampliando, dessa forma, seu potencial de audiência.

Sobre a utilização de banco de dados, ressaltamos que uma das características que a web traz para o jornalismo é a disponibilização de lugares de memórias nas produções (Nora, 1993) — ou seja, ter na sua origem uma intenção memorialista que garante sua identidade —, pois a plataforma digital não oferece limitações de tempo ou espaço e pode ser utilizada para complementar as informações do tema apresentado.

¹⁷ Direciona para o primeiro capítulo de outra série de reportagens, intitulada “50 anos da ditadura militar”.

A Jovem Pan explora essa possibilidade ao oferecer uma galeria de fotografias complementar e conteúdos históricos também relacionados ao tema. Há uma galeria de fotografias que aparece como banco de dados e cada uma vem acompanhada de legenda, servindo como complemento da informação para ampliar nosso conhecimento do tema. As fotografias que estão diretamente relacionadas à narrativa no áudio aparecem no desenvolvimento do texto, como por exemplo, a vitória de Tancredo nas eleições e o anúncio de sua morte por um jornalista.

Essas mesmas imagens que trazem um conteúdo histórico são utilizadas para complementar as informações disponíveis no áudio. No entanto, destacamos que seria interessante que a cada episódio as fotografias fossem diferentes nesse acervo, o que aprofundaria ainda mais as informações visuais, além de motivar o usuário a consumi-las. De forma geral, a produção dessa emissora permite uma interação com seus usuários, caracterizada como multimídia, possibilita escolhas de consumo para os usuários e trabalha com recursos peculiares da plataforma digital: a utilização de links e de banco de dados memorialísticos. O Quadro 4 apresenta a inferência sobre o conteúdo sonoro dessa série.

Quadro 4 – Análise de conteúdo sonoro na produção da Jovem Pan

Unidade de Registro	Unidade de Análise	Áudio 1
Característica do áudio	Número de áudios	1
	Duração	4'29"
	Indicação de tema principal	1
Uso do áudio	Aprofundamento	Sim
	Exclusivo	Não
	Replicação	Sim
	Sobreposição	Sim
Organização textual do áudio	Texto opinativo	Não
	Texto descritivo	Não
	Texto informativo	Sim
	Texto interpretativo	Sim

Unidade de Registro	Unidade de Análise	Áudio 1
Tipos de fonte	Especialista	2
	Personagem	1
	Oficial	0
	Testemunha	3
	Documentos sonoros	3
Composição sonora	Sem intervenção	Não
	Exclusivo de trilha	Não
	Sonora simples	Não
	Áudio em edição simples	Não
	Áudios de edição complexa	Sim
Expansão do Áudio	Site da emissora	Sim
	Redes sociais de áudio	Não
	Redes sociais generalistas	Não
	Aplicativo para dispositivos móveis	Não

Fonte: Viana (2017, p. 164)

Aqui, lançamos mão da mesma estratégia utilizada anteriormente: nos operadores Uso do áudio, Organização textual do áudio, Composição sonora e Expansão do áudio, olhamos para o caráter qualitativo. Em Características do áudio e Tipos de fonte, os números significam a quantidade de vezes que determinado operador aparece.

Os áudios contam a história da trajetória política de Tancredo Neves, trazendo diversas falas históricas, combinadas para construir uma narrativa por meio da locução do jornalista. A duração total dos arquivos sonoros do especial é de 18'46", 4'29" deles formam o primeiro capítulo, e todos iniciam com a vinheta "Jovem Pan.com.br", mas não citam o nome da produção.

O usuário consegue identificar o tema de forma direta, pois, por constituírem uma série de reportagens, os arquivos sonoros retratam uma retomada da história política do Brasil, e tem como personagem principal o presidente Tancredo Neves. Destacamos que todos eles foram veiculados também via ondas hertzianas pela Jovem Pan. Assim, o áudio

não foi produzido exclusivamente para a reportagem em plataforma digital. O conteúdo sonoro é uma replicação do que foi ao ar com algumas edições simples para adaptar à plataforma digital. Há sobreposição de informações, pois o áudio repete o conteúdo disponibilizado em texto.

Apesar do texto que acompanha a reportagem ser praticamente uma transcrição do áudio, ouvir o arquivo faz diferença em seu consumo, pois os elementos da linguagem radiofônica combinados entre si trazem ao ouvinte a emocionalidade, o cenário acústico, a proximidade, entre outros. Esse aprofundamento ocorre, inclusive, devido à utilização de áudios históricos, retomando a emoção nas vozes e criando uma ambientação para que o ouvinte possa imergir na narrativa.

Os quatro áudios possuem uma produção semelhante: reverbera na organização o texto informativo que nos conta como Tancredo Neves chegou ao poder e retoma historicamente os motivos pelos quais não pode tomar posse. Muitas datas são utilizadas para situar o ouvinte na época retratada e construir a narrativa baseada em uma cronologia dos acontecimentos. Os áudios vêm acompanhados de textos também informativos.

A composição sonora também é comum aos quatro áudios, há edição de trilha combinada com efeitos sonoros e silêncio, além da alternância entre as vozes do repórter e das fontes. Áudios históricos são utilizados para ilustrar a inquietação política pela qual o país passava. Esse tipo de recurso, bem como os efeitos sonoros utilizados, dá mais dinâmica para a composição sonora e prendem a atenção do usuário.

De acordo com Balsebre (2005, p. 333) a música radiofônica pode assumir duas funções estéticas principais, expressiva ou descritiva. Nesse especial encontramos uma função expressiva, pois o movimento afetivo desse elemento cria um clima emocional e uma atmosfera sonora para ambientar a narrativa. Já o efeito sonoro, para o autor, tem quatro funções: (1) ambiental; (2) expressiva; (3) narrativa; e (4) ornamental. Nesse caso, apontamos sua utilização como atmosférica, pois permite a representação de tonalidades psicológicas, como mistério, suspense, alegria, ilustrando o sentimento do povo brasileiro perante o encerra-

mento do ciclo autoritário imposto pela ditadura e a esperança acerca de um representante popular na presidência do Brasil. Essas classificações utilizadas juntas criaram um cenário acústico para desenvolvimento da narrativa e enquadramento de personagens.

As fontes são divididas em aquelas que dão depoimentos recentes para a produção da reportagem e as vozes presentes nos áudios históricos, que são considerados documentos sonoros. Dessa forma, no áudio do capítulo um encontramos dois especialistas (historiador da USP, Boris Fausto e o historiador da UFRJ, José Murilo de Carvalho), três vozes em documentos sonoros (Tancredo Neves, o secretário da imprensa Antônio Brito e um repórter não identificado do programa Repórter Esso) e uma testemunha (José Sarney).

Os personagens reforçam a veracidade do fato a partir de suas histórias, enquanto o papel das testemunhas é reforçar essa narrativa e complementar sob um olhar contemporâneo os acontecimentos do passado.

Os áudios estão hospedados no próprio site da emissora e não é possível compartilhá-los, nem fazer download. Também não encontramos no aplicativo oficial da Jovem Pan a expansão dos arquivos sonoros.

A utilização do áudio pela Jovem Pan segue a estrutura de produção da linguagem radiofônica para a antena. Encontramos diversos elementos na análise que nos comprovam isso: a utilização de vários tipos de fontes como especialistas, personagens e testemunhas; a composição sonora, elaborada pelos elementos voz humana, silêncio, efeitos e trilha; e a construção textual, optando por frases curtas e claras que chamem a atenção do ouvinte. Todavia, apontamos que a emissora busca na plataforma digital uma maneira de inserir a narrativa radiofônica, seja utilizando imagens que ilustram a história, do banco de dados possibilitado pela web, seja pela disponibilização de diversos hiperlinks ao longo da produção. Falta, ainda, investir em elementos que são essencialmente provenientes desse meio, como o uso de infográficos interativos ou a possibilidade de expandir o áudio para outras mídias por meio de compartilhamentos ou permitindo seu download pelo usuário.

Quadro 5 — Aplicação do conceito de reportagem radiofônica expandida

Reportagem Radiofônica Expandida	Tancredo, o homem da transição (Jovem Pan)
Linguagem radiofônica	Sim
Humanização do relato com uso de personagens	Sim
Destaque para o áudio	Sim
Áudio multiplataforma	Sim
Compartilhamento do áudio	Não
Elementos parassonoros	Sim
Uso de banco de dados	Sim
Espaço de interação com o usuário	Sim
Leitura multilinear	Sim

Fonte: Viana (2017, p. 189)

A linguagem radiofônica, composta além dos seus quatro elementos principais por frases simples, concisas e diretas, está presente na composição dos áudios da reportagem especial da Jovem Pan. A emissora utiliza edição complexa, combinando voz humana, efeitos, trilha e silêncio — características de uma produção para antena. Além disso, traz personagens como fontes para compor a narrativa, humanizando o relato. O uso planejado dessa linguagem, pensando em uma composição sonora que se aproxime da radiofonia e que aliado ao emprego de personagens na narrativa com o objetivo da humanização da produção e proximidade com o usuário, reforçam o caráter do rádio dentro da reportagem radiofônica expandida.

Há elementos parassonoros que complementam as informações disponibilizadas pela linguagem sonora, em fotografias e textos, dando destaque para o áudio. Seu conteúdo sonoro foi produzido originalmente para a veiculação em antena e, posteriormente disponibilizado em ambiente digital. A Jovem Pan faz uso do banco de dados, oferecen-

do conteúdo histórico como fotografias em uma galeria para ilustrar o enredo do áudio. Observamos que a reportagem possui uma narrativa multilinear proporcionada pelos links, que podem ser acessados da maneira que o usuário desejar. Para ser caracterizada como uma reportagem radiofônica expandida, é importante essa apropriação do espaço digital na composição de banco de dados, pois apesar de romper com a efemeridade característica da radiofonia ao arquivar informações, se aproxima do meio na construção de lugares de memória, unindo assim, suas características com potenciais do multimídia.

Em relação à narrativa multissequencial, esse atributo da plataforma digital se sobrepõe à linearidade do rádio para permitir que o usuário percorra o especial como desejar. Além disso, destacamos novamente que a reportagem da Jovem Pan nos revela que a composição de seu áudio foi pensada para veiculação em antena, pois possui uma composição sonora bem característica da radiofonia ao explorar a combinação de todos os elementos dessa linguagem, criando ambientações e despertando curiosidade para envolver o ouvinte, entre outros. As informações nesse áudio dispensam tudo o que foi oferecido pela plataforma digital que aparece como complementação para o usuário que se interessa pelo tema e deseja se aprofundar na história sobre Tancredo Neves.

Seu áudio tem origem na produção voltada para as ondas hertzianas e é utilizado no meio digital sem nenhuma adaptação, há apenas a transposição. Apontamos que “Tancredo, o homem da transição” só não possui a característica de compartilhamento do arquivo de áudio para possibilitar a circulação do conteúdo sonoro.

Diante de tal análise, percebemos que diversos formatos se agregam à radiofonia na produção de narrativas em plataforma digital, como textos complementares, fotografias, vídeos e infográficos, além de outras estratégias que vão permitir maior interação com os ouvintes. Ao ocupar espaços que vão além da transmissão via antena, o rádio somou forças: com a ubiquidade da internet é possível consumi-lo, assim como seus elementos complementares, em qualquer lugar que se tenha acesso à

rede, seja por meio de smartphones, tablets ou por computadores, notebooks, televisão, entre outros.

Considerações finais

As reportagens radiofônicas começaram a se hibridizar com as multimídias, resultando no que propomos conceituar como reportagens radiofônicas expandidas (Viana, 2018). As produções que se enquadram de forma ideal nesse conceito são caracterizadas por possuírem o áudio como destaque; seus arquivos sonoros devem ser multiplataforma e apresentarem possibilidade de compartilhamento, o que proporciona a circulação de conteúdo; os arquivos sonoros devem ser construídos com uma linguagem radiofônica e com um relato humanizado; deve haver utilização de elementos parassonoros e criação de banco de dados; e a reportagem deve ainda oferecer uma leitura multilinear e interação com os ouvintes-internautas.

Esses atributos se encaixam nas cinco categorias que Kischinhevsky (2016) acredita serem úteis para uma melhor compreensão do rádio expandido: arquitetura da interação, multimídia, hipertextualidade, personalização e memória. Pontuamos em nossa análise que ainda há muitos espaços a serem ocupados por essas produções a partir da circulação de conteúdos e muitas ferramentas da web a serem utilizadas na composição das narrativas.

Além disso, observamos que a comunicação entre ouvintes e emissora é intrínseca à história da radiofonia e aparentemente tem encontrado lacunas em um ambiente que deveria potencializar e aperfeiçoar essas relações. Após analisarmos a reportagem proposta, observamos, inclusive, que mesmo se expandindo para ambientes digitais, o eixo da narrativa é sempre centrado nas histórias humanas.

Portanto, como resposta ao objetivo central da aplicação das fichas metodológicas apresentadas neste capítulo, o de investigar como o áudio é utilizado em reportagens radiofônicas expandidas e em que medida

outros elementos midiáticos são utilizados para compor essas narrativas, ressaltamos que o papel do áudio nesse especial é reforçar essas histórias de vida e o relato humanizado utilizando personagens, fato que reafirma o vínculo dessas produções com características das reportagens radiofônicas, pois estão mais centrados nos próprios sujeitos do que na análise dos acontecimentos.

Apontamos, ainda, que a utilização de outros elementos midiáticos tem como finalidade uma combinação que resulte num melhor aproveitamento do que se obteria, caso as diferentes unidades atuassem de forma isolada, além de também contribuir para diversificar a audiência, complementar as informações presentes nos áudios e possibilitar múltiplos caminhos de leitura para o ouvinte-internauta.

Referências

BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo. (org.). *Teorias do rádio: textos e contextos* — Vol I. Florianópolis: Insular, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1977.

HERSCOVITZ, Heloíza. Análise de Conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; FERNÁNDEZ, José Luis; BENZECRY, Lena; MUSTAFÁ, Izani; CAMPOS, Luiza Borges; RIBEIRO, Cíntia; VICTOR, Renata. Estudos radiofônicos no século XXI — Perspectivas metodológicas dos trabalhos apresentados no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom entre 2001 e 2015 In: Valci Zuculoto; Debora Cristina Lopez; Marcelo Kischinhevsky. (org.). *Estudos radiofônicos no Brasil: 25 anos*

do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. 1ed.São Paulo: Intercom, 2016, v. 22, p. 142-155.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1. 152p. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3F671Iw>. Acesso em: 30 set. 2021.

PALACIOS, Marcos; MIELNICZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz; NARITA, Sandra. Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro e português. *Comunicarte*, Aveiro, v. 1, n. 2, 2002.

QUADROS, Mirian Redin de; ASSMANN, Gabriela; LOPEZ, Debora Cristina. A análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação: aplicações e derivações do método. In: Eugenia Mariano da Rocha Barichello; Anelise Rublescki. (org.). *Pesquisa em comunicação: olhares e abordagens*. 1ed.Santa Maria: Facos, p. 89-107, 2014.

TRIVINOS. Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais — A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas. 1987.

VIANA, Luana. Reportagens radiofônicas expandidas: a construção de um conceito. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, v. 6, p. 111-122, 2018.

VIANA, Luana. *O áudio em reportagens radiofônicas expandidas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, 2017.

CAPÍTULO 6

PESQUISA QUALITATIVA MULTIMETODOLÓGICA NA APREENSÃO DOS USOS SOCIAIS DE GRUPOS DO FACEBOOK POR MIGRANTES BRASILEIROS NA SUÉCIA

Laura Roratto Foletto

Introdução

Este capítulo compreende o processo metodológico utilizado na realização da dissertação de mestrado em Comunicação intitulada “Usos sociais do Facebook por migrantes brasileiros na Suécia: identidades, diferenças e dinâmicas interculturais nas redes sociais online” (Foletto, 2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. A perspectiva metodológica abordada no estudo teve como base uma pesquisa empírica qualitativa, com a combinação de diversos procedimentos metodológicos, ou seja, possui uma abordagem multimetodológica que auxiliou a obtenção de resultados para alcançar os objetivos¹⁸ da pesquisa.

Para tanto, partiu-se do entendimento de que as migrações não são algo recente ou novo, mas algo que constitui a condição humana, pois as migrações sempre ocorrem em diferentes épocas e por diversas razões. Com o advento da internet, novas configurações desse migrar foram possíveis, como a comunicação online com aqueles que se encontravam

¹⁸ Analisar os usos sociais que migrantes brasileiros na Suécia fazem de grupos do Facebook relacionados às questões de identidade e diferença. Mais especificamente: (1) compreender como ocorrem, e se ocorrem, dinâmicas interculturais nesses ambientes comunicacionais; (2) entender de que forma as questões de pertencimento são tensionadas e negociadas nos grupos; e (3) discutir os fatores que levam à negociação da identidade migrante nesses ambientes.

distantes, bem como a importância das redes sociais online — e no caso desta pesquisa, o Facebook — que constroem novas narrativas sobre a importância das redes de apoio nesses espaços.

Diante disso, a pesquisa partiu do questionamento de quais eram e como se davam os usos sociais do Facebook pelos migrantes brasileiros na Suécia no ambiente dos grupos¹⁹ pesquisados e como essas interações davam visibilidade e fomentavam questões de identidade e de diferença que eram experimentadas por esses sujeitos.

A fim de sanar as questões apresentadas na dissertação, optou-se por uma metodologia híbrida para dar conta do objeto, uma vez que a pesquisa qualitativa, segundo Fragoso *et al.* (2011, p. 67), tem por objetivo a compreensão “aprofundada e holística dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece seu caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social”, além disso é adequada para a apreensão de detalhes e singularidades, mas é frágil na apreensão de variações, padrões e tendências, que são captadas com amostragens mais quantitativas. A pesquisa qualitativa é utilizada conforme as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa em que são selecionados os elementos que compõem a amostra, pois a escolha depende do problema de pesquisa. Diante disso, considera-se importante destacar as diferenças entre as amostras quantitativas e qualitativas, uma vez que se costuma reduzi-las, de forma simplista, a uma questão de escala.

Ao contrário da amostragem quantitativa, que se propõe a utilizar critérios probabilísticos para chegar a um modelo do universo em escala reduzida, as amostragens qualitativas buscam selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa. Assim, ao contrário das amostras qualitativas, tipicamente probabilísticas, as amostras qualitativas são, portanto, tipicamente intencionais (Fragoso *et al.*, 2011, p. 67-68).

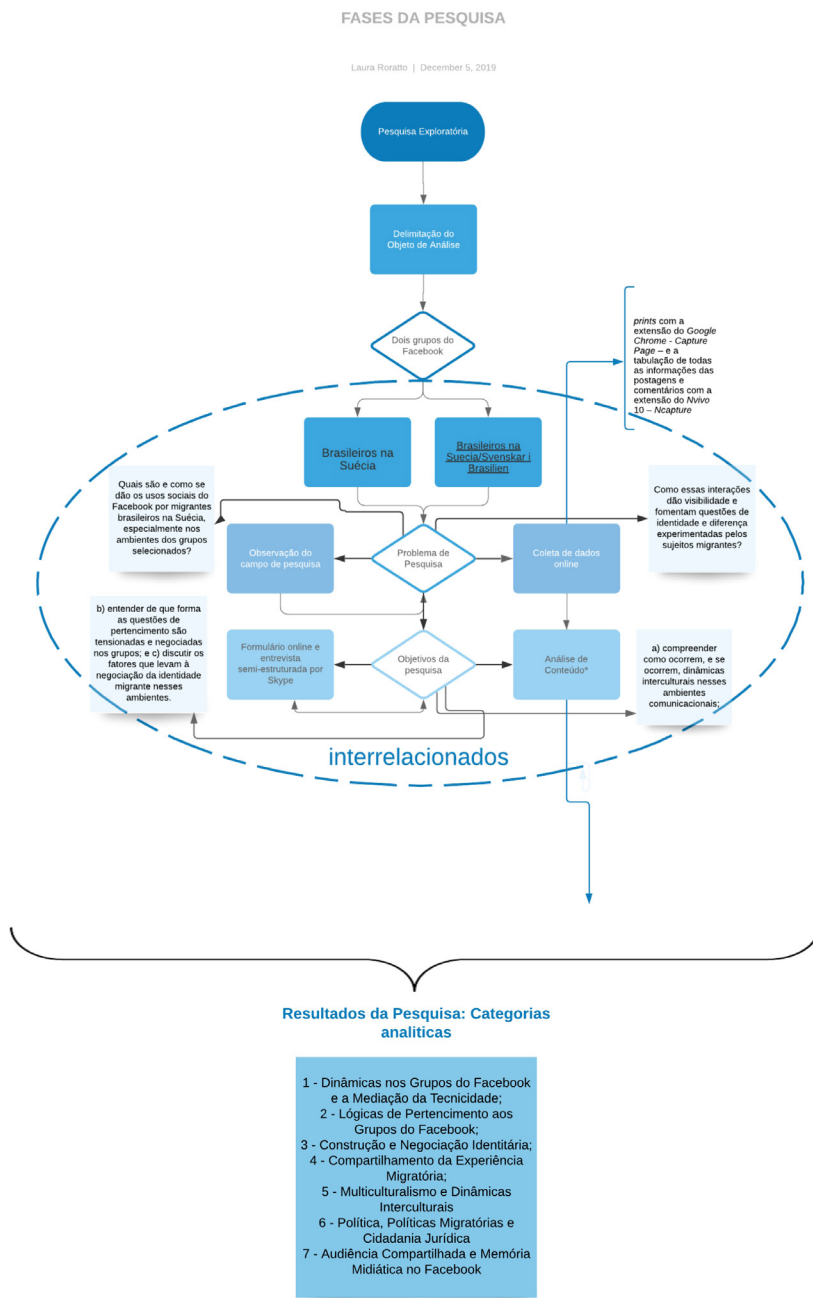
¹⁹ Dois grupos do Facebook: Brasileiros na Suécia e Brasileiros na Suécia/Svenskar i Brasilien.

Portanto, é preciso atentar para questões complexas, universos heterogêneos e dinâmicos — como a internet —, que frequentemente requerem observações em diferentes níveis de análise, bem como ferramentas metodológicas que combinem diferentes estratégias de amostragem. Os critérios de escolha e as estratégias de amostragem qualitativa podem se alterar conforme o desenvolvimento do trabalho, em que muitas vezes se utilizam combinações de amostragens qualitativas e quantitativas como abordagens complementares (Fragoso *et al.*, 2011). Na dissertação, buscou-se construir um percurso metodológico baseado em uma pesquisa qualitativa com a combinação de diferentes procedimentos metodológicos, baseados na imersão da pesquisadora no contexto online estudado e no aprofundamento dos resultados de análise, tornando-se, assim, um método híbrido de pesquisa. Faz-se interessante a combinação de técnicas de pesquisa, como a entrevista (Lago, 2010, p. 52). Como afirma Lago (2010), nem só de observação vive o campo, mas também de intercâmbios culturais, de ouvir os informantes, sendo a entrevista uma forma de contextualizar a pesquisa (Lago, 2010, p. 52). Assim, utilizou-se um formulário online e uma entrevista semiestruturada realizada por Skype. Inclui-se, ainda, de forma secundária, o procedimento da observação dos perfis. Assim, observou-se que os perfis desses migrantes na rede também se tornam uma possibilidade de tentar compreender os seus contextos.

Com base nos procedimentos metodológicos, foi realizada uma análise sistemática e aprofundada desses grupos. Além disso, utilizou-se, em um primeiro momento da pesquisa, a análise de conteúdo como uma técnica de organização das postagens monitoradas para compreender as lógicas de participação nos grupos no que diz respeito às temáticas discutidas.

Na Figura 1 é possível visualizar como se desenvolveu o processo de construção metodológica.

Figura 1 - Sistematização das fases da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Fase 1: Observação Exploratória

Mediante uma pesquisa exploratória, foi possível delimitar o objeto de análise, a qual teve por objetivo explorar o campo e conhecer outras possibilidades de pesquisa. Utilizou-se o buscador do Google com as seguintes palavras-chave: brasileiros na Suécia; site para brasileiros na Suécia; e brasileiros em Estocolmo. No buscador do Facebook, as palavras-chave foram: brasileiros na Suécia; Brasileiros em (Suécia); Brasileiros na — Suécia. A partir dessa busca, encontrou-se três sites, dois blogs, dois sites de reportagens televisivas, além de duas páginas e nove grupos no Facebook.

Tabela 1 - cenário da pesquisa exploratória

CENÁRIO DA PESQUISA EXPLORATÓRIA	
3	Sites
2	Blogs
2	Sites de reportagens televisivas
2	Páginas no Facebook
9	Grupos no Facebook

Fonte: Elaboração própria

No cenário da pesquisa exploratória, que originou a escolha dos grupos pesquisados — “Brasileiros na Suécia” e “Brasileiros na Suécia/ *Svenskar i Brasilien*” — foram encontrados nove grupos no Facebook. Desses, observou-se que há grupos fechados e abertos, recurso utilizado para restringir quem pode ver ou não as publicações. Os grupos que são fechados permitem apenas a visualização das postagens para aqueles que são membros. Ainda há a opção de colocar um grupo como secreto, sendo a inserção possível apenas mediante convite dos membros, pois esses grupos não aparecem nas buscas realizadas. Portanto, três desses grupos pesquisados são abertos e seis são fechados. Quanto aos grupos

fechados, para ser membro, é necessário o envio de uma solicitação de participação, a qual só é possível após a autorização do administrador²⁰.

A escolha pelos grupos “Brasileiros na Suécia” e “Brasileiros na Suécia/Svenskar i Brasilien” deveu-se ao fato de possuírem uma dinâmica interativa entre os membros, além de terem aceitado a participação da pesquisadora. Antes de participar dos grupos, não era possível visualizar nenhuma postagem, nem interagir. Era possível apenas visualizar os membros e os administradores, o número de total de participantes e a descrição desses espaços. Para a inserção nos grupos, foi enviado uma mensagem de apresentação para que aceitassem a participação da pesquisadora. Já como membro dos grupos, foi possível observar mais detalhes desses grupos.

Entrada no campo:

Em relação ao grupo “Brasileiros na Suécia/Svenskar i Brasilien”, foi enviada uma solicitação de participação em que um dos moderadores entrou em contato e indagou qual era o objetivo ao entrar no grupo, sendo esse um procedimento padrão dos administradores. Além disso, foi enviada uma mensagem padrão de esclarecimento das regras de participação. Na época, foi explicado que o interesse em participar do grupo era em virtude de um possível estudo sobre as questões de gênero (mais especificamente a neutralidade) na Suécia. Em se tratando do segundo grupo “Brasileiros na Suécia” a solicitação de participação foi aceita sem nenhuma intervenção. Mediante essas questões, a pesquisadora só apresentou seu interesse ao demais membros do grupo ao enviar o formulário online do Google Drive.

²⁰ É importante ressaltar que esse cenário estava presente quando a pesquisa foi realizada, em 2014.

Fase 2: Observação e coleta de dados online

Em um primeiro momento da pesquisa, realizou-se uma observação sem a participação ativa da pesquisadora. A observação constante desses grupos já vinha ocorrendo desde o projeto de ingresso no mestrado. Entretanto, em um período de quatro meses, foi realizada uma observação mais aprofundada, na qual foram acompanhadas, diariamente, as postagens e os comentários nos grupos, com o registro das observações da pesquisadora em um diário de campo. A coleta desse material foi feita por meio de *prints* com a extensão do Google Chrome — *Capture Page* — e a tabulação de todas as informações das postagens e comentários com a extensão do Nvivo 10 — *Ncapture* —, para, em um primeiro momento, realizarmos uma análise de conteúdo com o objetivo de identificar as temáticas mais recorrentes nas postagens. Posterior a isso, realizamos, com o material coletado e as observações, a análise dos usos sociais desses sujeitos.

Ao longo da pesquisa, optou-se por restringir a realização da observação aos domingos, coletando as postagens realizadas ao longo da semana, tendo como critério de inclusão das postagens a sua relevância aos objetivos da pesquisa e a participação interativa entre os membros dos grupos. O monitoramento dominical consistiu na captura e na coleta dos dados durante o período de cinco meses de observação sistemática do campo. Juntamente a isso, realizou-se, ao final de cada mês, uma captura do material completo dos grupos pesquisados com o auxílio da ferramenta *Ncapture* (extensão do Nvivo 10).

A ferramenta *Capture Page* funciona por meio da captura de tela de uma página web inteira ou apenas de uma parte específica, salvando-a como imagem ou como PDF. Já a ferramenta *Ncapture* permite coletar material da web e importá-lo para o Nvivo 10, transformando, assim, o conteúdo desse material em uma tabela do Excel ou em um arquivo em PDF. Ambas as ferramentas podem ser utilizadas para coletar conteúdo

de diversas mídias sociais, a exemplo do Facebook, LinkedIn, Twitter e YouTube²¹.

Fase 3: Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é considerada uma técnica híbrida à análise do texto por levar em conta “um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais” (Bauer, 2014, p. 190). Além do mais, possibilita a combinação de outras técnicas de investigação. De forma prática, essa técnica consiste na categorização e no reagrupamento do material, tornando os dados acessíveis (Fonseca Júnior, 2009, p. 298). Há vários critérios de categorização, segundo Bardin (1977, p. 118): “semântico, sintático, léxico e expressivo”. Para a pesquisa da dissertação, utilizou-se somente o critério semântico, que leva em conta a categorização das temáticas abordadas. Quanto às etapas de categorização, elas podem ser feitas por meio do isolamento dos elementos ou por meio da repartição dos elementos, de forma a reuni-los em grupos semelhantes (Fonseca Júnior, 2009, p. 298). Com isso, realizou-se uma classificação de temáticas que leva em conta a semelhança entre os elementos a serem categorizados. As categorias temáticas serviram de base para as categorias analíticas — identidade, diferença e interculturalidade — que serão observadas ao longo da análise, assim como as dinâmicas de interação — cooperação e conflito.

A observação dos temas durante a pesquisa de campo ocorreu em um primeiro momento da pesquisa e compreendeu as seguintes categorias: mídia, política, cidadania jurídica, trabalho, saúde e estética, culinária, hábitos, normas e costumes, remessas, sociabilidade, gênero, entre outras. Ademais, a análise de conteúdo, a categorização das postagens em temas mais discutidos pelos migrantes nos grupos e a análise dessas temáticas, composta pelos comentários e pelas postagens, ajudaram, em

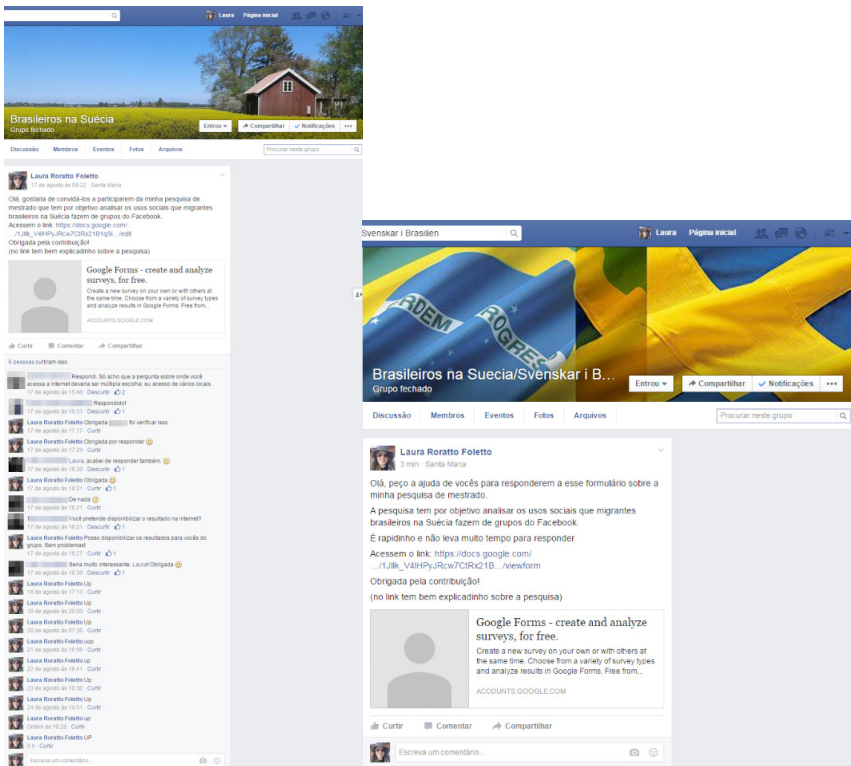
²¹ Atualmente o Nvivo 12 possui mais opções para a coleta em redes sociais.

um primeiro momento, a entender: (1) o que esses migrantes estavam construindo acerca das questões de identidade, diferença e interculturalidade; (2) quais eram as dinâmicas e os sentidos que circulavam nesses espaços. Posteriormente, com base na observação, nas postagens, nos comentários, no formulário e nas entrevistas, realizamos a análise dos usos sociais que são acionados para a construção de suas identidades relacionadas ao que os diferencia, de forma a estabelecer ou não dinâmicas interculturais.

Fase 4: Formulário online e entrevista semiestruturada por Skype

Em um segundo momento da pesquisa, foi aplicado um formulário online via Google Drive. Para a realização dessa etapa da pesquisa, a pesquisadora apresentou-se aos grupos enviando o seu currículo Lattes e explicando o objetivo da pesquisa, com a finalidade de convidar, por meio de um formulário online, os membros interessados a participarem de uma entrevista por Skype. Conforme observado na Figura 2, foi feito um convite nos grupos para o preenchimento do formulário:

Figura 2 - postagem nos grupos “Brasileiros na Suécia” (esquerda) e “Brasileiros na Suécia/Svenskar i Brasilien” (direita) convidando para responderem ao formulário online.



Fonte: Facebook

O contato posterior para marcar as entrevistas foi possível ao endereço de e-mail solicitado aos respondentes do formulário. O critério de seleção dos entrevistados deu-se pelo interesse dos participantes. Já em relação aos administradores, foi enviado por mensagem no Facebook um convite de participação; conforme o retorno, efetuamos a entrevista ou entramos em contato com o próximo administrador.

A aplicação do formulário antecedeu a entrevista, pois foi por meio dele que se pôde conhecer os participantes, além de ter sido o meio pelo qual foram convidados para a entrevista — as perguntas do formulário são diferentes da entrevista e complementares a ela. O formulário e a

entrevista tinham cinco eixos: Perfil sociodemográfico; Trajetória de migração e Suécia; Mídias no Brasil; Usos das mídias e internet na Suécia; Grupos do Facebook (Apêndice A e B).

Após a aplicação do formulário, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas via Skype com dez membros do grupo, três homens e sete mulheres que aceitaram participar das entrevistas. Uma das entrevistadas foi contatada diretamente pelo bate-papo do Facebook e convidada a responder ao formulário e posteriormente participar da entrevista. As entrevistas por Skype foram gravadas, tanto o áudio quanto a imagem.

A entrevista é uma das técnicas de investigação qualitativa mais utilizada, em que se busca questionar os sujeitos investigados, e eles devem responder ao que é proposto (Orozco e Gonzáles, 2011, p. 151). A entrevista semiestruturada compreende um modelo como um roteiro de questões-guia que dão subsídios ao interesse da pesquisa. Os questionamentos básicos se originam do problema de pesquisa e buscam tratar da amplitude do tema. Cada questão funciona como um guia para o controle da entrevista e sua flexibilidade permite que o pesquisador aprofunde cada uma delas com o entrevistado, a fim de extrair o máximo de informação que cada questão pode oferecer. O entrevistador estabelece as perguntas, sua ordem e sua forma de apresentação, o que vai depender, também, da disposição do entrevistado, do conhecimento que ele dispõe das questões, da qualidade das respostas e das circunstâncias da entrevista (Duarte, 2009, p. 66). A entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos que serão aprofundados ponto a ponto, até se chegar ao esgotamento de cada questão.

A entrevista compreendeu, além das perguntas abertas, previstas em uma entrevista semiestruturada, algumas fechadas, como por exemplo escolaridade e opções de usos de mídia e, sempre que necessário, interpelou-se os entrevistados para que esclarecessem dúvidas e explorassem lacunas que pudessem ter restado. Vale lembrar que na internet existem riscos de as entrevistas e os formulários não serem reenviados ou devidamente respondidos, o que faz com que, muitas vezes, ainda restem lacunas.

Para compreender o contexto desses entrevistados, construiu-se seus perfis com base na observação dos próprios perfis do Facebook, além das entrevistas e do formulário. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) da pesquisa foi enviado no corpo do e-mail e em anexo, tendo sido devidamente preenchimento pelos entrevistados (Apêndice C).

Considerações finais

A construção analítica da pesquisa de dissertação de mestrado foi alicerçada no questionamento sobre a importância desses grupos para os sujeitos pesquisados, qual a necessidade de participação e a inserção nesse ambiente online e, posteriormente, sobre o que eles discutiam e quais eram os usos sociais tecidos nesses ambientes comunicacionais. Mediante isso, foi possível compreender que os grupos funcionam como um lugar de busca e troca de informações, mas também um espaço de apropriação para construir suas identidades e, ao mesmo tempo, para estabelecer vínculos de pertencimento ao Brasil e a outros migrantes, criando-se uma rede de solidariedade e sociabilidade propiciadas pelas redes sociais online e, no caso estudado, os grupos do Facebook.

Além disso, o contexto de migração proporciona diversos tensionamentos, pois quem migra precisa lidar, muitas vezes, com adversidades correspondentes a cada contexto de migração na sociedade receptora, que engloba processos de adaptação e rearticulação de estilos de vida. Outra questão são os laços de pertencimento ao país de nascimento, que se encontram tensionados ao projeto de migração e à rede de familiares e de amigos que ficaram e que continuam mantendo vínculos após a migração a partir dos meios de comunicação online: FaceTime, WhatsApp entre outros.

Portanto, a partir da combinação de diferentes métodos e técnicas de análise e coleta de postagens e comentários nos grupos estudados do Facebook, foi possível construir uma discussão densa e uma análise

aprofundada a fim de responder as questões que nortearam a pesquisa. Nesse sentido, o método híbrido construído na pesquisa e apresentado neste capítulo serve de inspiração para futuras pesquisas, uma vez que se observa a importância das perspectivas metodológicas híbridas nas pesquisas em Comunicação.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.

FOLETTTO, Laura Roratto. *Usos Sociais do Facebook por Migrantes Brasileiros na Suécia: identidades, diferenças e dinâmicas interculturais nas redes sociais online*. Santa Maria: UFSM, 2016.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de Pesquisa para a Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OROZCO, Guillermo; GONZÁLES, Rodrigo. *Una cartada metodológica*.
México: Productora de contenidos culturales, 2011.

APÊNDICES

Apêndice A — Formulário *online*

Perguntas do Formulário:

Perfil sociodemográfico

Nome:

Sexo:

feminino () masculino ()

Idade:

() menos de 18 anos () 18 a 25 anos

() 26 a 45 anos

() 46 a 55 anos

() 56 a 59 anos

() mais de 60 anos

Região do Brasil que morava antes de migrar:

() Norte

() Nordeste

() Centro-Oeste

() Sudeste

() Sul

Cidade do Brasil que morava antes de migrar:

Cidade da Suécia que mora:

Escolaridade:

- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo
- pós-graduação/especialização

Profissão:

Atividade profissional que exerce na Suécia:

Email:

Trajetória de migração e Suécia

1. Qual seu tempo de residência na Suécia?

Mídias no BRASIL

2. Enumere de 1 a 5 (ordem de uso: 1 para o que mais usa e 5 para o que menos usa) os principais meios de comunicação que usava no Brasil?

- TV
- Jornal
- revista
- rádio
- internet

Usos das mídias e internet NA SUÉCIA

3. Enumere de 1 a 5 (ordem de uso: 1 para o que mais usa e 5 para o que menos usa) os principais meios de comunicação que consome no seu cotidiano hoje na Suécia:

- TV
- Jornal

- revista
- rádio
- internet

4. Por quanto tempo durante o dia você utiliza a Internet?

5. Onde acessa a Internet?

- Casa
- trabalho
- escola/universidade
- locais de acesso público
- bibliotecas
- Outros (Quais?___)

6. Qual é a conexão de acesso a Internet que você possui?

- xDSL
- Cabo (utiliza a mesma infraestrutura (cabo) do serviço de TV por assinatura)
- Satélite
- Rádio
- 3G
- 4G
- Wi-Fi

7. Através de que equipamento você acessa a internet? (escolha múltipla)

- celular
- tablete
- notebook
- computador de mesa
- outro(s) (Qual(is)?_____)

Grupos do Facebook

8. Qual dos dois grupos do Facebook de migrantes brasileiros na Suécia você participa? (*pode marcar mais de uma opção*)

- Brasileiros na Suécia
- Brasileiros na Suécia/Svenskar i Brasilien

9. Por que você participa do(s) grupo(s)?

10. Como você participa do(s) grupo(s)?

- apenas lê
- lê e comenta
- apenas comenta
- lê, comenta e curte
- apenas curte
- lê, comenta, curte e compartilha
- apenas Compartilha
- lê, comenta, curte, compartilha e cria postagens
- apenas cria postagens

11. Conhece outros grupos, sites, blogs, portais sobre migração de brasileiros na Suécia? Quais?

Entrevista por Skype

(Lembrando que a identidade do participante será mantida em sigilo e as respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos)

12. Você aceitaria participar de uma entrevista por *Skype*?

- Sim
- Não

Apêndice B – Entrevista semiestruturada por *Skype*

Cabeçalho da entrevista:

Universidade Federal de Santa Maria
Mestrado em Ciências da Comunicação
Dissertação de Mestrado de Laura Roratto Foletto

Título da dissertação: *Usos sociais do Facebook por migrantes brasileiros na Suécia: identidade, diferença e interculturalidade*

Perfil sociodemográfico

Nome:

Sexo:

feminino () masculino ()

Trajetória de migração e Suécia

13. Fale sobre o local (cidade, país) em que nasceu.

14. Já viveu em outros lugares fora do Brasil? Quais?

15. Como era seu dia-a-dia antes de morar na Suécia?

16. A que se dedicava (profissionalmente ou nos estudos) antes de migrar?

17. Qual seu tempo de residência na Suécia?

18. Fale sobre o seu trabalho/atividade profissional ou de estudos atualmente na Suécia.

19. Fale sobre onde você mora e com quem mora hoje na Suécia.

20. O que te levou a morar em um lugar diferente do Brasil?
21. Quais os motivos para ter escolhido viver na Suécia? Por que a Suécia?
22. O que te fez escolher esta cidade específica na Suécia para morar?
23. O que imaginava ou sabia sobre a Suécia antes de migrar?
24. Qual a primeira impressão que teve quando chegou ao país?
25. Como se sente hoje morando na Suécia?
26. Percebe diferenças e semelhanças entre a Suécia e o Brasil? Quais?
27. Qual a sua condição de cidadania na Suécia (condição jurídica, visto)?
28. Teve alguma dificuldade no processo de migração? Qual?
29. Como você observa a relação dos suecos com os migrantes de modo geral?
30. E como é a relação dos suecos com os migrantes brasileiros? Há alguma diferença na forma de tratamento entre os migrantes?
31. Como é a relação de trabalho entre os suecos e os migrantes brasileiros (empregado/empregador)?

Mídias no BRASIL

32. Você tinha acesso a algum meio de comunicação sueco? Qual?

33. Lembra ter visto algo específico sobre a Suécia nos meios de comunicação?
34. Antes de migrar, conhecia outras pessoas que já moravam na Suécia?
35. Você se comunicava com alguém que já vivia na Suécia? Com quem? Através de que meios de comunicação?

Usos das mídias e internet NA SUÉCIA

36. Usa a internet para quê?
37. Quais os principais sites, blogs, fóruns acessados na internet?
38. Além do Facebook quais outras redes sociais online você usa? Com que objetivos?
39. Você se interessa em saber o que está acontecendo no Brasil? Por quê?
40. Que tipo de informação sobre o Brasil você busca?
41. O que tu consome hoje na Suécia que você antes não consumia no Brasil (questões materiais, padrão de vida...)?

Grupos do Facebook

42. Quanto tempo faz que você está no(s) grupo(s)?
43. Em que momento surgiu a necessidade de entrar no(s) grupo(s)?

44. Qual a importância desse(s) grupo(s) na tua experiência como migrante? OU O que representa o(s) grupo(s) na tua experiência de ser um migrante na Suécia?
45. Como você avaliaria a sua vida na Suécia caso não existisse o(s) grupo(s) e a internet?
46. Quais os assuntos que você acha que são mais importantes de serem discutidos no(s) grupo(s)?
47. Você considera que o(s) grupo(s) ajuda(m) os migrantes a conseguirem se adaptar mais fácil a vida na Suécia, se integra a cultura??
48. Quais são os limites e problemas que você observa no(s) grupo(s)?
49. Quanto tempo por dia você acessa o(s) grupo(s)?
- menos de 2h
 - de 2h a 3h
 - de 3h a 4h
 - mais de 4h
50. Como você observa as relações entre os brasileiros fora dos grupos? Os brasileiros na Suécia se encontram e há essa solidariedade também no presencial (fora dos grupos) assim como há nos grupos?

Apêndice C – *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Título do estudo: Usos sociais do Facebook por migrantes brasileiros na Suécia: identidades, diferenças e dinâmicas interculturais nas redes sociais *online*.

Mestranda responsável: Laura Roratto Foletto

Orientador responsável: Dra. Liliane Dutra Brignol

Instituição/Departamento: UFSM/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática

A pesquisa tem o objetivo de analisar os usos sociais que migrantes brasileiros na Suécia fazem de grupos do Facebook que estejam relacionados a questões de identidade e diferença, a partir do relato de experiências de brasileiros que estão residindo atualmente na Suécia. A colaboração com a pesquisa se dá através da participação voluntária em entrevistas sobre migração, questões de identidade e usos da mídia.

Expressamos o compromisso de utilizar os dados somente para fins acadêmicos relacionados com esta investigação. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros dados, não sendo divulgada a identificação de nenhum entrevistado.

Em qualquer etapa do estudo, o entrevistado pode entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimento de eventuais dúvidas ou para indicar seu desejo de não colaborar mais com a pesquisa.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em colaborar como entrevistado neste estudo.

Assinatura do sujeito de pesquisa

CAPÍTULO 7

AVERSÃO AO POLITICAMENTE CORRETO EM PERÍODO ELEITORAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Bruna Silveira de Oliveira

Introdução

A defesa incontestável da liberdade de expressão, independente do conteúdo da mensagem disseminada, é um dos posicionamentos sintomáticos da ascensão de reações conservadoras consolidadas na esfera pública atualmente (Dryzek e Dunleavy, 2009; Norris e Inglehart, 2019). Influenciada pelas *alt rights* americanas, a direita brasileira, em grande parte responsável pela eleição de Jair Bolsonaro (ex-PSL) em 2018, se caracteriza a partir de valores alinhados ao anti-intelectualismo, ao antipartidarismo, à religiosidade acima de tudo, à criminalização da esquerda, à oposição às políticas públicas de inclusão social e, entre outros fatores, pelo revisionismo histórico de negação das agendas das minorias (Burity, 2018; Di Carlo e Kamradt, 2018; Santos Junior, 2019; Solano, 2019).

Assim, na medida em que o politicamente correto é aqui entendido como uma contestação da ofensa dirigida a grupos estigmatizados (Dzenis e Faria, 2020), assiste-se, atualmente, a uma contrariedade aos princípios e linguagem politicamente corretos, fato que se configurou objeto de análise da dissertação de mestrado “O Mal-Estar da Regulação Discursiva: o Brasileiro e a Aversão ao Politicamente Correto no Período Eleitoral de 2018”²². A regulação discursiva²³, assim nomeada no

²² Dissertação defendida em fevereiro de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), sob orientação da professora doutora Rousiley Maia.

²³ Ver mais em: De Oliveira e Maia (2020).

trabalho, corresponde a uma orientação para o alinhamento de regras sociais, capazes de construir uma esfera pública mais inclusiva e respeitosa. Sinônimo de tal regulação, o politicamente correto²⁴, ao transformar a linguagem comum com o intuito de prevenir a discriminação social, pode contribuir para assertividade de mudanças sociais (Dzenis e Faria, 2020; Strauts e Blanton, 2015). Há variadas formas de se apreender as interações sociais e de se compreender o contexto civil em que as articulações políticas são desenvolvidas. A utilização dos métodos digitais é uma delas. O presente capítulo pretende refletir sobre a discussão metodológica que se ajusta à construção da dissertação apresentada. Isto posto, busca-se discutir sobre as opções metodológicas escolhidas para a pesquisa (conforme mostra a Figura 1), que incluem coleta dos dados a partir dos métodos digitais, categorização e análise de conteúdo (Bardin, 2016; Neuendorf, 2002), bem como as controvérsias que rondam o debate sobre as perspectivas metodológicas contemporâneas.

Buscando tensionar as visões político-ideológicas brasileiras no período eleitoral de 2018, a dissertação investigou como são configurados os discursos das pessoas que sofrem do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, tomando como objeto empírico os comentários nas páginas de Facebook dos três principais candidatos à presidência em 2018, Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT). Os objetivos do trabalho foram analisar quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva; compreender o que essas pessoas que comentaram nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva; analisar se os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são de ataque e/ou de negação das pautas identitárias; compreender se tal mal-estar da regulação discursiva está ligado à defesa da liberdade de expressão; distinguir se a regulação discursiva é um mal-estar sofrido, majoritariamente, por eleitores de Bolsonaro, Haddad ou Ciro Gomes.

²⁴ É válido ressaltar que a dissertação empreende uma revisão teórica sobre as críticas recebidas pelo politicamente correto desde o seu surgimento, já que o termo, em certas circunstâncias, é tratado de maneira pejorativa (Feres Júnior, 2017; Kohl, 1992; Rajagopalan, 2000; Ramos, 2017).

O corpus da pesquisa

Segundo Bardin (2016), a constituição do corpus implica em escolhas, soluções e regras — regra da exaustividade, pela qual não se pode deixar de fora elementos do universo selecionado sem justificativa plausível; regra da representatividade, que faz referência à rigorosidade da amostragem; regra da homogeneidade, cujo padrão afirma que os documentos selecionados devem obedecer a critérios precisos de escolha; e a regra da pertinência, em que os documentos devem corresponder aos objetivos da análise. Portanto, seguindo os passos definidos pela autora, para a pesquisa em questão, primeiramente, foi necessária a delimitação do contexto a se trabalhar e a delimitação dos atores.

O contexto polarizado das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, causado pelo protagonismo de candidatos com visões e agendas políticas opostas, é alvo de diversos estudos (Abranches, 2019; Baptista *et al.*, 2018; Churi, 2018; Goya *et al.*, 2019). Nessa conjuntura, assistimos a um crescente enaltecimento do politicamente incorreto, traduzido como um antagonismo a tudo que representa o politicamente correto. Conforme descrevem Di Carlo e Kamradt (2018), a expressão politicamente incorreta, que passa por embates discursivos, é apropriada, no enquadramento da situação brasileira, por aqueles que desrespeitam as minorias. Logo, ainda de acordo com os autores, tal visão estabelece uma condição do exercício do poder político, o que acaba colocando em risco o processo democrático no país. Ainda no âmbito eleitoral de 2018, não se pode negligenciar fatores como o uso das plataformas digitais, o medo e a ansiedade das classes médias, a escalada das direitas conservadoras, a preocupação com a corrupção, a persuasão advinda do populismo, a batalha sobre o que é verdade, a discussão antissistema, o antipetismo, as pautas identitárias, entre outros.

Definido o contexto de análise, o segundo passo foi a delimitação dos atores²⁵ tidos como base para a pesquisa: Jair Bolsonaro (ex-PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PSL). A justificativa da escolha se deve ao fato de serem os três primeiros colocados na disputa, e, além disso, foram colocadas em questão, também, as diferentes posições políticas que ocupam. Bolsonaro se assume como direita conservadora, Haddad, como representante dos ideais de esquerda, e Ciro Gomes, como centro-esquerda. Com 49 milhões de votos, o candidato do PSL teve liderança disparada no primeiro turno das eleições, realizado no dia 7 de outubro de 2018, já Fernando Haddad ficou em segundo lugar, com aproximadamente 31 milhões, e o candidato do PDT em terceiro, com cerca de 13 milhões de votos. Empreendido no dia 28 de outubro, o segundo turno apresentou os seguintes dados: Jair Bolsonaro com aproximadamente 57 milhões de votos e Fernando Haddad com cerca de 47 milhões de votos. Como recorte temporal para a pesquisa, toma-se o período de propaganda eleitoral oficial brasileiro, realizado de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. Na Tabela 1, é possível acompanhar o passo a passo da construção metodológica da pesquisa.

A definição do Facebook como plataforma para a coleta dos dados se explica por ser a plataforma que tanto Haddad quanto Bolsonaro apresentavam maior número de seguidores no dia 29 de outubro de 2018, um dia após o término das eleições. Para Ciro Gomes, o Instagram era a principal plataforma em relação ao número de seguidores. No entanto, optou-se pelo critério da maioria.

O banco de dados com os comentários nas páginas dos candidatos possui, no total, cerca de 3 milhões de comentários, e 600 mil respostas. Após a seleção específica dos dados, descrita na seção “A filtragem dos dados” deste capítulo, chegamos a 2.669 proferimentos.

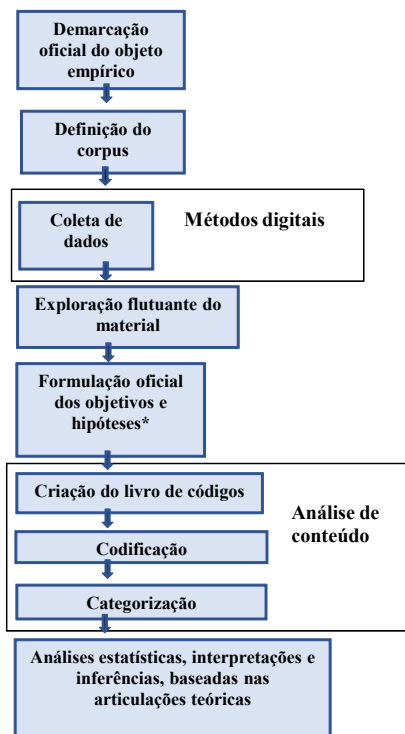
²⁵ É importante destacar o fato de a candidatura de Fernando Haddad ter sido anunciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) apenas no dia 11 de setembro. Haddad entrou na disputa em substituição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve o registro de candidatura rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal acontecimento é essencial para a análise, já que explica, em certa medida, o nível de popularidade do candidato. Além disso, também deve ser considerado o fato de Ciro Gomes ter concorrido apenas ao primeiro turno.

No trabalho, compreendem-se os ambientes digitais enquanto esferas públicas de discussões políticas (Bruns e Highfield, 2016; Rossini, 2020), mesmo que esses lugares ainda não sejam ideais em relação ao respeito à pluralidade de ideias, parâmetro-base para a democracia deliberativa, que é o padrão normativo norteador do embasamento teórico da pesquisa. A esfera pública, vista como o uso que os sujeitos fazem da comunicação, se relaciona, particularmente, à troca argumentativa (Maia, 2007).

Ir além do modelo ortodoxo da esfera pública para um sistema mais dinâmico e complexo oferece a oportunidade de reconhecer mais claramente as formas variadas de comunicação pública online. Descompactar a esfera pública tradicional em uma série de públicos esféricos e micropúblicos, nenhum dos quais são mutuamente exclusivos, mas que coexistem, se cruzando e se sobrepondo em várias formas, é uma abordagem para compreender a transformação estrutural em curso da esfera pública (Bruns e Highfield, 2016, p. 125, tradução nossa²⁶).

²⁶ No original: *Moving beyond the orthodox model of the public sphere to a more dynamic and complex system provides the opportunity to more clearly recognise the varying forms public communication can take online. Unpacking the traditional public sphere into a series of public sphericules and micro-publics, none of which are mutually exclusive but which co-exist, intersecting and overlapping in multiple forms, is one approach to understanding the ongoing structural transformation of the public sphere.* (Bruns; Highfield, 2016, p. 125).

Figura 1 — Passo a passo do processo metodológico da dissertação



Fonte: elaboração própria.

* Essa etapa começou a ser feita com a revisão teórica.

Para Mounk (2019), as mídias sociais alteraram a dinâmica de distribuição ao criarem uma rede de usuários difusa na qual todo mundo comunica entre si. O autor ainda tensiona a mediação das plataformas como instrumentos para avanços ou perdas democráticas. Abranches (2019, p. 19) coloca o fenômeno global de polarização como uma consequência do crescimento das plataformas digitais, “cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se importar como via principal do debate político digital”.

A raspagem de dados do Facebook

Preliminarmente, se faz necessária, aqui, a discussão do significado de API — *Application Programming Interface* ou Interface de Programação de Aplicativos. As API podem ser entendidas como um agrupamento de protocolos e ferramentas que ditam como os componentes e aplicativos de software devem interagir entre si (Beal, 2016; Puschmann; Ausserhofer, 2017). Em outras palavras, uma API é criada para que um sistema possa usar as funcionalidades de outro sistema, de acordo com as linguagens programáticas. Conforme descrevem Puschmann e Ausserhofer (2017), algumas plataformas de mídias sociais fornecem API para desenvolvedores, que também podem ser aplicadas na coleta de informações para cientistas, pesquisadores e jornalistas.

Para a raspagem de dados do Facebook (*web scraping*) na dissertação aqui descrita, foi elaborado um *script* exclusivo para a pesquisa. Como as páginas da web são criadas para usuários finais, houve a necessidade do uso de API específica para a comunicação entre sistemas, e, nesse caso, o *web scraper* corresponde à API aplicada. Em alguns casos, o *web scraping* se torna a maior dificuldade para a pesquisa. O Facebook, após o incidente com a *Cambridge Analytica*²⁷, que usou dados da plataforma durante a propaganda eleitoral dos EUA, levando à vitória de Donald Trump em 2016, desativou sua API. Portanto, para cada tipo de raspagem de dados da plataforma, é necessário um *script* diferente. Devido a essa condição, o universo de comentários para a pesquisa representa uma amostra, já que o Facebook não disponibilizou toda a rede de comentários e respostas da época.

²⁷AHRENS, J. M. Vendaval Cambridge Analytica abala os EUA pro fraudes com dados do Facebook. El País, Washington, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3imhVA9>.

As controvérsias dos métodos digitais

A análise da pesquisa abordou as plataformas digitais e as relações ali travadas enquanto enquadramentos da esfera pública. Porém, ao passo que, durante a coleta de dados, o Facebook envia os dados fornecidos, é pertinente ressaltar a consciência das limitações do uso dos métodos digitais, por isso, as inferências produzidas dizem respeito à amostra coletada e servem como base para posteriores reflexões mais profundas acerca do nosso arranjo político-social. A questão é como identificar mudanças culturais e condições sociais por meio da internet (Rogers, 2016), isto é, considera-se a internet como um espaço de pesquisa, para além de se tensionar acerca da cultura online. Sendo assim, as interações digitais participam da formação da opinião pública sobre diversos assuntos, entre eles, a política, e, desse modo, contribuem para a estruturação dos posicionamentos ideológicos da sociedade. Para Savage (2013), os métodos possuem um caráter performativo ao participarem e encenarem a realidade, e, dessa forma, o autor destaca a relação de interdependência entre os métodos e os movimentos da pesquisa.

De acordo com a performatividade descrita por Goffman (1959), as pessoas estão sempre construindo sua presença em público, portanto, as plataformas de mídias sociais, como espaços públicos, também são cenários para desempenhos performáticos dos usuários. Entende-se, então, que a atuação dos usuários no Facebook pode representar um retrato enquadrado da realidade. É apropriado evidenciar que a pesquisa se dedicou a examinar os sujeitos ativos (que escrevem comentários, no caso) nas páginas dos candidatos em período eleitoral, em conformidade aos pressupostos de Ruppert *et al.* (2013) que afirmam que os métodos digitais investigam o mundo como uma rede de ações e transações. O foco era sobre os sujeitos que estão em ação realizando atividades em detrimento das ações que não são registradas pelo sistema. Os autores ainda chamam atenção para o fato de que, em alguns casos, podem ser produzidas leituras não humanísticas no campo da ciência social, já que pode haver participações não-humanas nas interações.

Além das questões relativas à performatividade dos métodos, é necessário olhar para os discursos empreendidos nas plataformas como combinações entre forma e conteúdo. As ferramentas, configurações e as próprias *affordances* das plataformas moldam as interações ali travadas entre as pessoas. Para Hepp *et al.* (2018), as pesquisas que consideram os traços digitais como um fenômeno neutro ou até mesmo como uma forma de acesso direto ao mundo social negligenciam os diversos contextos nos quais os métodos digitais estão inseridos, assim como aqueles que produzem os dados e os rastros. Dessa forma, interpretar como os traços digitais dos comportamentos dos indivíduos influenciam e são influenciados pelas articulações políticas, econômicas, históricas e, principalmente, pelas configurações das próprias plataformas, é essencial para as pesquisas que utilizam tais métodos digitais.

Seja em suas dimensões mais evidentes, como nas alterações de políticas de uso, seja em questões mais especializadas, como na interoperabilidade de dados via APIs, ou ainda nas crescentes mediações algorítmicas dos fluxos informacionais, parece-nos evidente que as plataformas são cada vez mais não apenas os ambientes com as quais as controvérsias se desenrolam, mas muitas vezes o fator desencadeador de novas disputas e conflitos. Em outras palavras, as controvérsias se dão não apenas com, mas também por causa das tecnopolíticas das plataformas, o que sinaliza novos desafios teórico-metodológicos para as pesquisas sobre o tema (D'Andréa, 2018, p. 37).

D'Andréa (2018), ao discorrer sobre as controvérsias das plataformas, cita a polêmica que envolveu o Facebook e a vitória de Donald Trump, já que a plataforma não impediu nem dificultou a circulação de desinformações durante as eleições. O autor também coloca em pauta a proibição de fotos de corpos, principalmente femininos, total ou parcialmente nus no Instagram e no Facebook.

Para além do exercício feito aqui — uma discussão sobre as limitações do processo investigativo — é necessário fazer uma reflexão sobre o significado das implicações metodológicas. Toda metodologia represen-

ta, de certo modo, um recorte de um fenômeno, o que denota que toda metodologia exclui algo para primar por uma análise mais detalhada de um evento específico.

A filtragem dos dados

O Excel possui uma limitação para trabalhar com todo o banco de dados disponível, por isso, foi acionada a linguagem *Python* para visualização e organização dos arquivos CSV. Segundo descrição do Python.org, o *Python* é uma linguagem de programação que garante mais agilidade ao trabalho e mais eficiência na integração do sistema. Com licença de código aberto, a linguagem, que é multiplataforma, traduz o raciocínio em algoritmo. Por meio do programa, é possível visualizar os comentários e as respostas, bem como as publicações referentes ao corpus, identificados por data e ID. Assim, teve início o trabalho da filtragem dos dados a partir da exploração de proferimentos que continham as seguintes palavras-chave: “politicamente correto”; “politicamente incorreto”; “mimimi”; “firula”; “frescura”; “vitimização”; “vitimismo”; “discurso bonito”. Além da base teórica que alicerçou a justificativa para tais expressões, os termos foram obtidos por meio de uma leitura flutuante do material que continha os termos “politicamente correto” e “politicamente incorreto”, assim, encontramos sinônimos nos próprios comentários do corpus. O universo total, após essa filtragem, contou com 2.669 proferimentos, conforme já mencionado.

O uso da linguagem *Python* em uma pesquisa de caráter político-comunicacional pode ser explicado pelas humanidades digitais. Manovich (2012) traça uma visão otimista de um novo paradigma aberto às ciências humanas e sociais e, para ele, é necessário que os humanistas possam usar análise de dados e visualização de softwares para que sejam possíveis abordagens quantitativas e qualitativas em seu trabalho diário. À medida que o mundo se torna cada vez mais digital, são primordiais os avanços de técnicas para pesquisar, analisar e entender os materiais

empíricos. Vimieiro e Bargas (2018) defendem o fato de que os parâmetros computacionais devem ser configurados enquanto meio, e não como fim, tratando-se de pesquisas em comunicação. Para as autoras, “metodologias híbridas são uma das melhores soluções para nos beneficiarmos humanamente da virada computacional em nossa área” (Vimieiro e Bargas, 2018, p. 3).

A categorização e interpretação dos dados

No trabalho, foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 2016; Neuendorf, 2002) que requer as seguintes fases: (1) organização da análise; (2) a codificação; (3) a categorização; (4) a inferência. Dessa maneira, discutiu-se sobre o que o imaginário dos brasileiros que comentaram nas plataformas dos candidatos à Presidência da República em período eleitoral traz de contrariedade ao politicamente correto. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2016, p. 44).

Durante a organização da análise, após a leitura flutuante, a delimitação do corpus e a formulação dos objetivos, há a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores, ou a construção do chamado livro de códigos. Reiteram-se aqui os objetivos da pesquisa: analisar quais são os argumentos acionados pelas pessoas indispostas à regulação discursiva; compreender o que essas pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva; analisar se os posicionamentos indispostos à regulação discursiva são de ataque e/ou de negação das pautas identitárias; compreender se tal mal-estar da regulação discursiva está ligado à defesa da liberdade de expressão; distinguir se a regulação discursiva é um mal-estar sofrido, majoritariamente, por eleitores de Bolsonaro, Haddad ou Ciro Gomes. Após a definição de tais objetivos, foi construído o livro de códigos para que os dados respondam à questão principal: como são configurados os

discursos das pessoas que sofrem do fenômeno do mal-estar da regulação discursiva, que comentaram nas páginas dos três principais candidatos à presidência?

Quanto às unidades de contexto, trabalhou-se com as próprias páginas de Facebook dos candidatos. Com 50 códigos, o livro de códigos da dissertação teve como unidades de registro cada comentário postado nas páginas em questão. As categorias do livro de códigos foram:

- Geral — pertinência; página; gênero do usuário; ataque ou defesa da/à regulação discursiva;
- Natureza do entendimento sobre a regulação discursiva — referência a pautas identitárias; robustez da linguagem; ligação restrita ao âmbito discursivo; símbolo de honestidade;
- Alvos: ataque ou defesa — grupos políticos; grupos ideológicos; grupos estigmatizados;
- Ataque ou defesa a/de medidas sociopolíticas — leis e políticas públicas; mobilizações sociais; pautas ambientais;
- Ataque ou defesa ao/do sistema político formal — candidatos e instituições;
- Ataque ou defesa a/de formas de governança — democracia; ditadura militar;
- Ataque ou defesa a/de ações do governo;
- Argumento acionado — em nome da liberdade de expressão; para salvar o Brasil; o Brasil é um só; negação ou reconhecimento da problemática; contra a “ideologia de gênero”; a favor da família; menção a Deus;
- Caráter da argumentação — incivilidade; intolerância.

Conforme descreve Bardin (2016), tratar o material é codificá-lo. Codificar é transformar os dados brutos em unidades agregadas de maneira sistemática, em que tais unidades correspondem a descrições relativas ao conteúdo (Bardin, 2016; Holsti, 1969).

Portanto, por meio de planilhas com os códigos já pré-estabelecidos, são codificados os dados. Essa é a fase mais demorada da pesquisa

que utiliza a análise de conteúdo enquanto metodologia, já que a tarefa requer um cuidado específico e minucioso. Para Neuendorf (2002), embora seja necessário um treinamento especial da pessoa que projeta uma análise de conteúdo, a noção central dessa metodologia é a de que as pessoas são potencialmente “codificadores humanos” válidos, isto é, indivíduos capazes de fazerem julgamentos de acordo com as variáveis formuladas de cada unidade das mensagens. “O esquema de codificação deve ser tão objetivo e confiável que, uma vez treinados, indivíduos de origens e orientações variadas geralmente concordem em sua aplicação” (Neuendorf, 2002, p. 8).

A pesquisadora descreve alguns fatores importantes para a codificação da análise de conteúdo, são eles: confiança, generalização, validação, replicação e teste de hipótese. Em relação ao nível de confiança, a autora afirma que quando são acionados codificadores humanos, é necessário que haja um nível de concordância entre dois ou mais codificadores. A generalização diz respeito ao fato de se compreender até que ponto as mesmas inferências podem ser aplicadas em outros casos, geralmente para uma população maior do que a amostra definida. A validação é o tópico relativo à questão: “Nós realmente estamos medindo o que nós queremos medir?” (Neuendorf, 2002, p. 12, tradução nossa²⁸). O pesquisador deve tomar as decisões finais sobre quais conceitos medir e como medi-los. Assim, com o objetivo de garantir a objetividade analítica e o rigor metodológico, foi realizado o teste de confiabilidade do livro de códigos. Duas diferentes codificadoras empreenderam a codificação de 10% do corpus empírico — 275 proferimentos²⁹ — e, baseado no coeficiente alfa de Krippendorff (2007), o maior resultado foi um e o menor foi 0,676. Fazer a média dos alfas encontrados em cada uma das variáveis não é uma medida válida para definir a confiabilidade. Acima

²⁸No original: *Are we really measuring what we want to measure?* (Neuendorf, 2002, p. 12)

²⁹O universo dos comentários anteriormente ao processo do teste de confiabilidade era de 2.750. Porém, ao longo da codificação, notaram-se comentários repetidos (seja por erro da própria raspagem dos dados ou por erro da autora no momento de aglutinar os comentários na tabela). Sendo assim, chegou-se ao número de 2669 comentários.

de 0,6, o alfa de Krippendorff já é considerado satisfatório e pode ser aprovado. A compatibilidade acima de 0,8 é vista como a ideal.

Sobre a replicação, Babbie (1995) e Neuendorf (2002) descrevem que essa questão envolve a possibilidade de repetição do estudo em diferentes casos e diferentes contextos, a fim de se checar se resultados similares são obtidos ao mesmo tempo. Caso seja possível, para Neuendorf (2002), a pesquisa então deve prover informações suficientes sobre os métodos e protocolos para que outros possam conduzir replicações. O teste de hipótese prevê que o método científico seja hipotético-dedutivo, o que significa que, por meio do arcabouço teórico, uma ou mais hipóteses são construídas. Neuendorf (2002) alega que a pergunta de pesquisa traça os possíveis relacionamentos entre variáveis, e, no modelo científico-dedutivo, são criadas as hipóteses e as questões de pesquisa anteriormente ao processo da coleta de dados. Como hipóteses do trabalho, tivemos:

- H1: Os apoiadores do Jair Bolsonaro expressarão mais mal-estar acerca da regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva, já os de Ciro Gomes serão mistos;
- H2: Os argumentos que defendem a liberdade de expressão serão mais avessos à regulação discursiva em relação àqueles argumentos que não acionam a premissa da liberdade de expressão;
- H3: Haverá mais intolerância entre aqueles usuários contrários à regulação discursiva em comparação àqueles que defendem a regulação discursiva;
- H4: Haverá mais comentários de pessoas contrárias à regulação discursiva entre os grupos conservadores de direita (que atacam políticas de redistribuição e inclusão, atacam a esquerda, o progressismo, que são a favor da família, contra a ideologia de gênero, e fazem menção a Deus) — em relação àqueles progressistas de esquerda (que defendem políticas de redistribuição e inclusão, atacam a direita e o conservadorismo);

- H5: As pessoas que negam as diferenças históricas, sociais, políticas e econômicas das diversas identidades serão mais contrárias à regulação discursiva em comparação àquelas que reconhecem essas diferenças.

Para tratar os resultados obtidos, utilizou-se na pesquisa o IBM SPSS *Statistics*, software que auxilia e automatiza o cruzamento dos dados a fim de se chegar a análises estatísticas e, posteriormente, a análises qualitativas mais detalhadas. De acordo com Bardin (2016), o processo de categorização permite o agrupamento dos dados com o viés de se enxergar o que há de comum entre eles. Tal processo, de caráter estruturalista, em conformidade com os achados da pesquisadora, deve comportar duas etapas: inventário — isolamento dos elementos; e classificação — imposição de organização das mensagens. Sendo assim, a análise de conteúdo coloca a categorização como uma fase de transformação dos dados brutos em dados organizados. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos — ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2016, p. 131). Além disso, a confrontação sistemática com o material pode servir como fundamentação para outras análises.

Considerações finais

Estudar os métodos digitais é, de certa forma, compreender a internet enquanto arranjo social que articula a criação de certas esferas públicas para estimular discussões de interesse público. Os métodos constroem e são construídos pelos movimentos da pesquisa, por isso, é fundamental utilizá-los com perspectivas críticas e questionar sua criação, performatividade, aplicação, exploração e investigação. O ponto principal perpassa por não confiar cegamente na objetividade e eficiência dos métodos digitais, tampouco colocá-los no pedestal mitológico

como únicas maneiras efetivas de se encarar a realidade dos fatos, nem mesmo como superiores aos outros métodos tradicionais nas pesquisas em comunicação. Deve-se, assim, assumir tal opção metodológica com lucidez sobre suas limitações e controvérsias.

A pesquisa levou em consideração a eficiência do cruzamento de metodologias para contemplar estratégias que olhem para os ambientes online de forma mais assertiva. Desse modo, optou-se também pela utilização da análise de conteúdo, já que essa seria a metodologia que desempenharia com assertividade o papel de responder aos objetivos e às hipóteses do trabalho. A direção metodológica pela qual a dissertação se empenhou nos encaminhou à criação de um termo para explicar o fenômeno contemporâneo da indisposição ao alinhamento da linguagem que objetiva respeitar as diversas identidades e vozes que convivem em esfera pública. O mal-estar da regulação discursiva, como intitulado pelo trabalho, refere-se a um discurso metalinguístico que trata de si próprio. Partindo da premissa da teoria crítica, que olha para a linguagem e seu caráter emancipatório dos sujeitos, entendemos que nomear o preconceito como vitimismo, frescura ou “mimimi” é uma maneira de deslegitimar o sofrimento do outro.

Por meio do alinhamento dos desfechos obtidos com a codificação aos cruzamentos estatísticos, a pesquisa chegou a alguns resultados. Primeiro, confirmou-se o pressuposto de que o ataque à regulação discursiva é um cenário roteirizado pela ascensão das direitas brasileiras. Em segundo lugar, a partir do processo de codificação, pôde-se inferir algumas premissas acerca do que as pessoas que comentam nas páginas dos candidatos entendem por politicamente correto e por regulação discursiva. Os resultados nos levaram a entender que, predominantemente, os indivíduos/comentários analisados assimilam a regulação discursiva às pautas identitárias, já que 10,5% do nosso corpus pôde ser categorizado nesse conjunto, enquanto 1,8% foi enquadrado no código que alinha a regulação a um elitismo na linguagem, 1,5% no código que atrela a regulação de maneira restrita ao discurso e 0,1% veem o politicamente correto como símbolo de honestidade.

Como terceiro resultado, podemos evidenciar o fato de que, dentre os comentários que sofrem de uma indisposição à regulação da linguagem, 10% são intolerantes às pessoas e/ou grupos, enquanto 28,2% são de negação das problemáticas. Isso significa que as pessoas estão mais passíveis à negação das questões do que à expressão explícita de suas adversidades, o que não deixa de ser um problema. Tal discurso é compatível com o de Jair Messias Bolsonaro durante o período eleitoral. Em quarto lugar, compreendemos, que, tratando-se do nosso corpus, não houve relação entre o mal-estar da regulação discursiva com a liberdade de expressão. Por fim, em relação à associação do mal-estar com a postura de cada um dos candidatos, concluímos que, como a aversão à regulação é mais perceptível entre os apoiadores de Bolsonaro (44,9%, em comparação com Haddad, 0,5%, e Ciro, 0,1%), os comportamentos do então candidato poderiam estar avalizando e estimulando o mal-estar da regulação discursiva.

Afirma-se, aqui, que a dissertação não teve como objetivo posicionar a regulação discursiva como a salvação para os problemas sociais brasileiros. Pelo contrário, entendemos a regulação como um caminho pelo qual a resolução dos problemas deve passar, mas nunca o fim.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES *et al.* *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-34, 2019.

BABBIE, Earl. *The practice of social research (7th ed.)*. Beumont, CA: Wadsworth, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAPTISTA, Érica Anita; Lopes, Nayla; Martins, Ana Clara; Melo, Paulo Victor. Eleições 2018: a campanha para o cidadão de bem. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42, 2018, Caxambú. Anpocs, 2018, Caxambú, MG. *Anais [...]*. Caxambú: ANPOCS, 2018.

BEAL, Vangie. 2016. API — Application Program Interface. *Webopedia*. Disponível em <www.webopedia.com/TERM/A/API.html>. Acesso em 16 out 2019.

BURITY, Joanildo. A Onda Conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOI, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018.

BRUNS, Axel; HIGHFIELD, Tim. Is Habermas on Twitter? Social Media and the Public Sphere. In: BRUNS, Axel; ENLI, Gunn; SKOGERBO, Eli; LARSSON, Anders Olof; CHRISTENSEN, Christian. *The Routledge Companion to Social Media and Politics*. New York: Routledge, p. 56–73, 2016.

CHUERI, Juliana. People against the elite? Jair Bolsonaro's presidential campaign. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42, 2018, Caxambú. Anpocs, 2018, Caxambú, MG. *Anais [...]*. Caxambú: ANPOCS, 2018.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. *Galáxia*, São Paulo, n. 38. p. 28-39, 2018.

DE OLIVEIRA, Bruna Silveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Redes Bolsonaroistas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. *Confluências*, Niterói, v. 22, n.3, p. 83-114, 2020.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

DRYZEK, John; DUNLEAVY, Patrick. The conservative reaction. In: DRYZEK, John; DUNLEAVY, Patrick. *Theories of the democratic state*. Hampshire: New York, 2009. p. 269-288.

DZENIS, Sandra; FARIA, Filipe Nobre. Political Correctness: the Two-fold Protection of Liberalism. *Philosophia*, 48, 2020. p. 95-114.

FERES JÚNIOR, João. Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado. *Revista USP*, São Paulo, n. 115, p. 51-66, 2017.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova Iorque: Anchor Books, 1959.

GOYA, Denise Hideko. A polarização ideológica no Twitter: um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018. *Compolítica*. São Paulo, v. 8, 2019.

HEPP, Andreas; BREITER, Andreas; FRIEMEL, Thomas N. Digital Traces in Context — An Introduction. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 12, n. 11, 2018.

HOLSTI, Ole Rudolf. A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performances. In: GERBNER, G (org.). *The analysis of communication content, development in scientific theories and computer techniques*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1969.

KOHL, Herbert. Uncommon Differences: On Political Correctness, Core Curriculum and Democracy in Education. *The Lion and the Unicorn*, Baltimore, v. 16, n. 1, p. 1-16, 1992.

KRIPPENDORFF, Klaus. Testing the reliability of content analysis data: what is involved and why. In: Klaus Krippendorff; Mary Angela Bock. *The Content Analysis Reader*. Los Angeles: Sage Publications, p. 350-357, 2007.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 63, p. 91-116, 2007.

MANOVICH, Lev. Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data. In: M. K. Gold (ed.). *Debates in the Digital Humanities*. University of Minnesota Press, p. 460–475, 2012.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NEUENDORF, Kimberly A. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. The cultural backlash theory; Eroding the civic culture. In: *Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PUSCHMANN, Cornelius; AUSSERHOFER, John. Social Data APIs. In: SCHÄFER, M. T.; VAN ES, K (ed.). *The Datafied Society. Studying Culture Through Data*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 147–154, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: F. Silva & H. Moura (Orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, p. 93-102, 2000.

RAMOS, Silvana de Souza. O politicamente correto e a topologia da exclusão. *Revista USP*, São Paulo, n. 115, p. 41-50, 2017.

ROGERS, Richard. O fim do virtual: os métodos digitais. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 10, n. 3, p. 1-34, 2016.

ROSSINI, Patrícia. Beyond Incivility: Understanding Patterns of Uncivil and Intolerant Discourse in Online Political Talk. *Communication Research*, 1-27, 2020.

RUPPERT, Evelyn; LAW, John; SAVAGE, Mike. Reassembling social science methods: The challenge of digital devices. *Theory, Culture & Society*, Nova Iorque, v. 30, n. 4, p. 22-46, 2013.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. *#VaipraCuba!:* A gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.

SAVAGE, Mike. The ‘social life of methods’: A critical introduction. *Theory, Culture & Society*, Nova Iorque, v. 30, n. 4, p. 3-21, 2013.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES *et al.*, *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 307-322, 2019.

STRAUTS, Erin; BLANTON, Hart. That’s not funny: Instrument validation of the concern for political correctness scale. *Personality and Individual Differences*, v. 80, 2015.

VIMIEIRO, Ana Carolina; BARGAS, Janine. A virada computacional nas pesquisas em Comunicação. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23*, Belo Horizonte, 2018. *Anais [...]*. Belo Horizonte: COMPÓS, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Ana Luísa Ruggieri é Mestra em Comunicação e Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. Graduanda em Letras pela Universidade Paulista.

Bruna Silveira de Oliveira é Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública - EME/UFMG.

Laura Foletto é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa Usos Sociais da Mídia (UFSM).

Luana Viana é Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto. É membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (UFOP) e do Grupo Laboratório de Mídia Digital (UFJF). Coordena o projeto de extensão institucional “Pequenos Ouvintes” vinculado à Pró-reitoria de Extensão da UFOP.

Marcelo Sena é Jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Especialista em Gestão de Projetos Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa Ponto (PPGCOM/UFOP).

Rafael Medeiros é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Integrante do

Grupo de Pesquisa Usos Sociais da Mídia (UFSM); Escutas — Grupo de Pesquisa e Estudos em Sonoridades, Comunicação, Textualidades e Sociabilidade (UFMG) e do ConJor — Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (UFOP).

Thalita Neves é Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestra em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e Jornalista pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisa disputa de classes na cobertura de rivalidades clu-
bísticas do futebol brasileiro. Integra o Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte (LEME/UERJ) e é uma das autoras do blog Comunicação, Esporte e Cultura (CNPq).

Este livro foi desenvolvido com as fontes Berkeley
Oldstyle e Pill Gothic, conforme Projeto Gráfico
aprovado pela Diretoria da Editora UFOP.

